

Relatório e Contas 2018

SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA 7
1. Apresentação e enquadramento 10
1.1. Síntese histórica 10
1.2. Missão, Visão e Valores 11
2. Factos relevantes ocorridos em 2018 15
3. Estrutura Organizacional 21
4. Atividade 22
4.1. Atividade Comercial 22
4.1.1. Atividade Desenvolvida 22
4.1.2. Procura 22
4.1.3. Receitas Tarifárias 23
4.1.4. Receitas Não Tarifárias 24
4.1.5. Reclamações 24
4.1.6. Serviço de apoio ao Cliente (Cartões Lisboa Viva) 25
4.2. Exploração Operacional 25
4.2.1. Frota 25
4.2.2. Oferta 25
4.2.3. Taxa de Regularidade 26
4.3. Segurança de Exploração (Safety) 26
5. Gestão Corporativa 28
5.1. Segurança e Vigilância 28
5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho 28
5.1.2. Vigilância e Segurança Humana 28
5.1.3. Sinistralidade 29
5.2. Gestão Ambiental 29
5.3. Recursos Materiais 31
5.3.1. Gestão e Manutenção da Frota 31
5.3.2. Gestão das Infraestruturas 32
5.4. Recursos Tecnológicos 34
5.4.1. Informação em tempo real 34
5.4.2. Sistemas de Informação 34
5.4.3. Inovação e Desenvolvimento 35
5.5. Auditoria Interna e Gestão de Risco 35
5.6. Comunicação e Marketing 36
5.7. Relações Internacionais 42
6. Gestão de Pessoas 43
6.1. Gestão do Efetivo 43
6.2. Princípio de Igualdade do Género 44
6.3. Política Salarial 46
6.4. Formação 47
6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho 47

6.5.1. Horário de Trabalho 47
6.5.2. Taxa de Absentismo 47
6.5.3. Horas Trabalhadas 48
7. Situação Económica e Financeira 49
7.1. A Soflusa como Entidade Pública Reclassificada 49
7.2. Adoção do SNC-AP 49
7.3. Fluxos Financeiros 51
7.4. Modelo de Financiamento 52
7.5. Esforço Financeiro do Estado 53
7.6. Investimentos 53
7.7. Estrutura Patrimonial 54
7.8. Gestão de Risco Financeiro 56
7.9. Resultados Globais 56
7.9.1. Evolução de Resultados 56
7.9.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais 57
7.9.3. Gastos Totais por Natureza 59
8. Governo Societário 66
9. Cumprimento das Orientações Legais 67
10. Notas Finais 80
10.1. Agradecimentos 80
10.2. Proposta de aplicação de Resultados 80
11. Declaração de Cumprimento 81
SIGLAS E ACRÓNIMOS 82

Anexo I - Demonstrações Finaneiras e Anexo às Demonstrações Financeiras 2018
Anexo I I - Demonstrações Orçamentais e Anexo às Demonstrações Orçamentais 2018

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Diagrama de rede SOFLUSA 10
Ilustração 2 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2018 21
Ilustração 3 - Frota da SOFLUSA em 31-12-2018 25

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Receitas Tarifárias (2018) 24
Gráfico 2 – Número de supressões por motivo (2018) 26
Gráfico 3 - Distribuição do efetivo, por faixa etária e área de atividade a 31 de dezembro de 2018 43
Gráfico 4 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2018 47
Gráfico 5 - Causas do absentismo – 2018 48
Gráfico 6 – Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2018) 57
Gráfico 7 - Estrutura de Rendimentos (2018) 58
Gráfico 8 - Estrutura de Gastos (2018) 59
Gráfico 9 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2004-2018) 60
Gráfico 10 - Estrutura de FSE (2018) 61
Gráfico 11 – Distribuição dos Gastos de Manutenção da Frota de Navios (2018) 62
Gráfico 12 – Evolução dos Gastos Operacionais (2016-2018) 64

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores de Procura (2016-2018) 22
Tabela 2 –Procura por título de transporte (2016-2018) 23
Tabela 3 - Estrutura de passageiros por título de transporte (2016-2018) 23
Tabela 4 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2016-2018) 24
Tabela 5 - Reclamações por motivos (2014-2018) 25
Tabela 6 - Indicadores de Oferta (2016-2018) 26
Tabela 7 – Taxa de Regularidade (2016-2018) 26
Tabela 8 - Indicadores de Sinistralidade (2016-2018) 29
Tabela 9 - Gastos de Manutenção por navio (€) 31
Tabela 10 – Ponderação das avarias dos navios nos motivos de supressão de viagens, 2016-2018 32
Tabela 11 - Gestão do Efetivo (2016-2018) 43
Tabela 12 - Variação do número de efetivos (2016-2018) 43
Tabela 13 - Efetivos por área de atividade, género e faixa etária a 31 de dezembro de 2018 44
Tabela 14 - Remunerações pagas em 2018, por género 46
Tabela 15 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2016-2018) 46
Tabela 16 - Formação – Horas, ações e participações (2016-2018) 47
Tabela 17 - Evolução da Taxa de Absentismo (2016-2018) 47
Tabela 18 - Horas Trabalhadas (2016-2018) 48
Tabela 19 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2016-2018) 51
Tabela 20 - Variação de caixa e seus equivalentes (2016-2018) 52
Tabela 21 – Endividamento (2016-2018) 53
Tabela 22 – Rendimentos de Subsídios à Exploração (2016-2018) 53
Tabela 23 – Despesa de Investimento (2016-2018) 54
Tabela 24 – Variação do Património (2016-2018) 54
Tabela 25 – Stock da Dívida – Evolução 56
Tabela 26 – Resultados (2016-2018) 57
Tabela 27 – Rendimentos Operacionais (2015-2017) 58
Tabela 28 – Síntese de Gastos (2016-2018) 59
Tabela 29 – Detalhe CMVMC (2016-2018) 59
Tabela 30 – Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2016-2018) 60

Tabela 31 – Detalhe de FSE (2016-2018) 61
Tabela 32 – Detalhe de Gastos com Pessoal (2016-2018) 63
Tabela 33 – Gastos de Financiamento (2016-2018) 63
Tabela 34 – Plano de Redução dos Gastos (2010-2018) 65
Tabela 35 – Grelha-resumo das boas práticas de governação 66
Tabela 36 – Indicadores de Acompanhamento 2018 67
Tabela 37 – Indicadores de Execução PAO (2018) 68
Tabela 39 – PMP (2018-2017) 69
Tabela 40 – Atrasos nos Pagamentos (2018) 69
Tabela 41 – Remunerações da Mesa da Assembleia Geral 70
Tabela 42 – Identificação dos Membros do Conselho de Administração 70
Tabela 43 – Acumulação de Funções 70
Tabela 44 – Estatuto do Gestor Público 71
Tabela 45 – Remunerações CA 71
Tabela 46 – Benefícios Sociais 71
Tabela 47 – Encargos com Viaturas 71
Tabela 48 – Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço 72
Tabela 49 – Identificação do ROC 72
Tabela 50 – Remuneração do ROC 72
Tabela 51 – Identificação do Auditor Externo 72
Tabela 52 –Remuneração do Auditor Externo 72
Tabela 53 – Remunerações do Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2015-2018 73
Tabela 54 – Gastos com Comunicações 73
Tabela 55 – Gastos com Viaturas 73
Tabela 56 – Avaliação do cumprimento do PRC (2018) 76
Tabela 57 – Cumprimento Princípio UTE 77
Tabela 58 – Informação divulgada no SEE 78
Tabela 59 – Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2018) 79

NOTA DE ABERTURA

A atividade desenvolvida pela Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. ("Soflusa") e o modelo de governo desta sociedade têm vindo a ser marcados nos últimos anos, por efeitos decorrentes do contexto e enquadramento institucional, com particular destaque para os seguintes aspetos:

i) Integração desde 2001, com a Transtejo – Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo"), sua acionista, tendo como principal objetivo a obtenção de sinergias, otimização de recursos e uniformização de procedimentos de gestão, no âmbito de um projeto de fusão subjacente às orientações governamentais que vigoraram até final de 2014;

ii) Condição de Entidade Pública Reclassificada determinada em 2013, equiparada a Serviço e Fundo Autónomo, com efeitos ao nível da sujeição à disciplina orçamental e cumprimento de orientações legais, aplicáveis ao setor das Administrações Públicas;

iii) Integração em 2015, no projeto de gestão conjunta das empresas de transportes de Lisboa, enquadrado pela nomeação de um Conselho de Administração único e comum às empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (Conforme determinado pelo Decreto-Lei nº 161/2014 de 29 de outubro dando seguimento ao Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011 de 10 de novembro);

iv) Novo enquadramento ministerial da atividade desenvolvida pela Soflusa sob a tutela do Ministério do Ambiente, que desde 2016 assume a responsabilidade pelas políticas de transportes urbanos e habitação;

v) Reversão do projeto de gestão conjunta das empresas de transportes de Lisboa iniciado em 2015, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, tendo sido reestabelecida a autonomia jurídica das sociedades Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., conforme determinado pela Lei nº 22/2016, de 4 de agosto, que revogou os Decretos-Lei nº 98/2012 e 161/2014, de 03 de maio e 29 de outubro, respetivamente.

O programa do XXI Governo Constitucional para o mandato 2016-2019, contemplou o desenvolvimento de uma política de transportes, enquadrada num projeto marcado pela inversão das anteriores políticas económicas e sociais e o desenvolvimento de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa.

A referida alteração de enquadramento ministerial do setor, visou assegurar um dos grandes objetivos do programa, a "descarbonização da economia", pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, reforçando as competências das autarquias locais na área dos transportes, implicando como medida prioritária, a reversão dos processos de subconcessão, que se encontravam projetados e que estiveram na origem do processo que levara à concentração das empresas.



Como ponto de partida para o restabelecimento da autonomização das empresas e reversão do processo empreendido nos anos 2015 e 2016, caracterizado pelo projeto de Gestão conjunta das empresas de Transportes de Lisboa, o acionista Estado nomeou em 30/12/2016 um novo Conselho de Administração para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A., que por sua vez, nomeou a 2 de janeiro de 2017, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, novo Conselho de Administração para a participada Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., em regime de acumulação de funções, para o mandato 2017-2019[1].

Conselho de Administração da Soflusa - Nomeação em 02/01/2017	
Presidente	**Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira**
Vogal	**Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro**
Vogal	**Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão**

[1] Nota sobre alterações na estrutura e composição do Conselho de Administração

Na data da apresentação deste processo de Prestação de Contas do exercício de 2018, o Conselho de Administração da Soflusa é composto pelos signatários, tendo ocorrido as seguintes alterações à estrutura e composição deste Órgão de Gestão:

1) Cessação de funções, do Vogal do Conselho de Administração, Senhor Eng.º José Osvaldo do Carmo Batista Bagarrão, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2018;
2) Nomeação para Vogal do Conselho de Administração da Transtejo, através da Deliberação Social Unânime por Escrito de 31.01.2019 e nomeação em regime de acumulação de funções, para Vogal do Conselho de Administração da Soflusa, do Senhor Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia, para acompanhar o mandato em curso, de 2017-2019, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019;
3) Cessação de funções, da Vogal do Conselho de Administração da Transtejo, S.A., Senhora Dra. Sara Maria Murta Ribeiro, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2019;

Na sequência da sua nomeação, este Conselho de Administração foi confrontado com os exigentes desafios, decorrentes da necessidade de implementar uma gestão autónoma destas empresas, constatando, desde então, a situação de insuficiência de recursos, competências técnicas e fragilidades de várias ordens que foi necessário colmatar.

Ao longo do ano de 2018, procedeu-se à consolidação do novo modelo de Gestão corporativa e recuperação da atividade da Soflusa, dando continuidade ao processo iniciado em 2017 com prioridade para a recomposição da estrutura organizacional, recuperação de processos, reforço de recursos e competências técnicas, considerando estes fatores como críticos para o negócio da empresa (com principal destaque, para a continuidade da recuperação do atraso nas intervenções de manutenção da frota de navios).

O foco principal manteve-se no restabelecimento da capacidade de prestar um serviço público sustentável e de qualidade, adequado às necessidades de mobilidade dos Clientes, recuperando a confiança dos vários *stakeholders* e atenuando, permanentemente, os efeitos decorrentes das condicionantes a que a empresa se encontra sujeita, pela da aplicação da disciplina do Orçamento de Estado.

Apresenta-se neste relatório a síntese do desempenho do exercício de 2018 que se reconhece, implicou um esforço contínuo apreciável, sendo de assinalar o empenho de toda a equipa de Gestão, que com resiliência, confiança e dedicação, permitiram superar as dificuldades deste exigente ano. Sem este comprometimento de todos, não teria sido possível assegurar a continuidade da prestação do serviço público e o cumprimento da missão da Soflusa.

O Conselho de Administração

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira, Presidente

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia, Vogal

1. Apresentação e enquadramento

1.1. Síntese histórica

A Soflusa foi constituída em 1992, no âmbito de um projeto subjacente à intenção governamental de individualizar a exploração da travessia fluvial Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro, integrada na rede ferroviária nacional, motivo que levou à constituição do "setor fluvial" da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

Desde então, nos termos dos seus Estatutos, a Soflusa assegura o serviço de transporte de passageiros no rio Tejo, na travessia entre Lisboa (Terreiro do Paço) e o Barreiro, desenvolvendo *"a exploração de transportes fluviais, bem como o exercício de quaisquer atividades comerciais ou industriais conexas ou complementares"*.

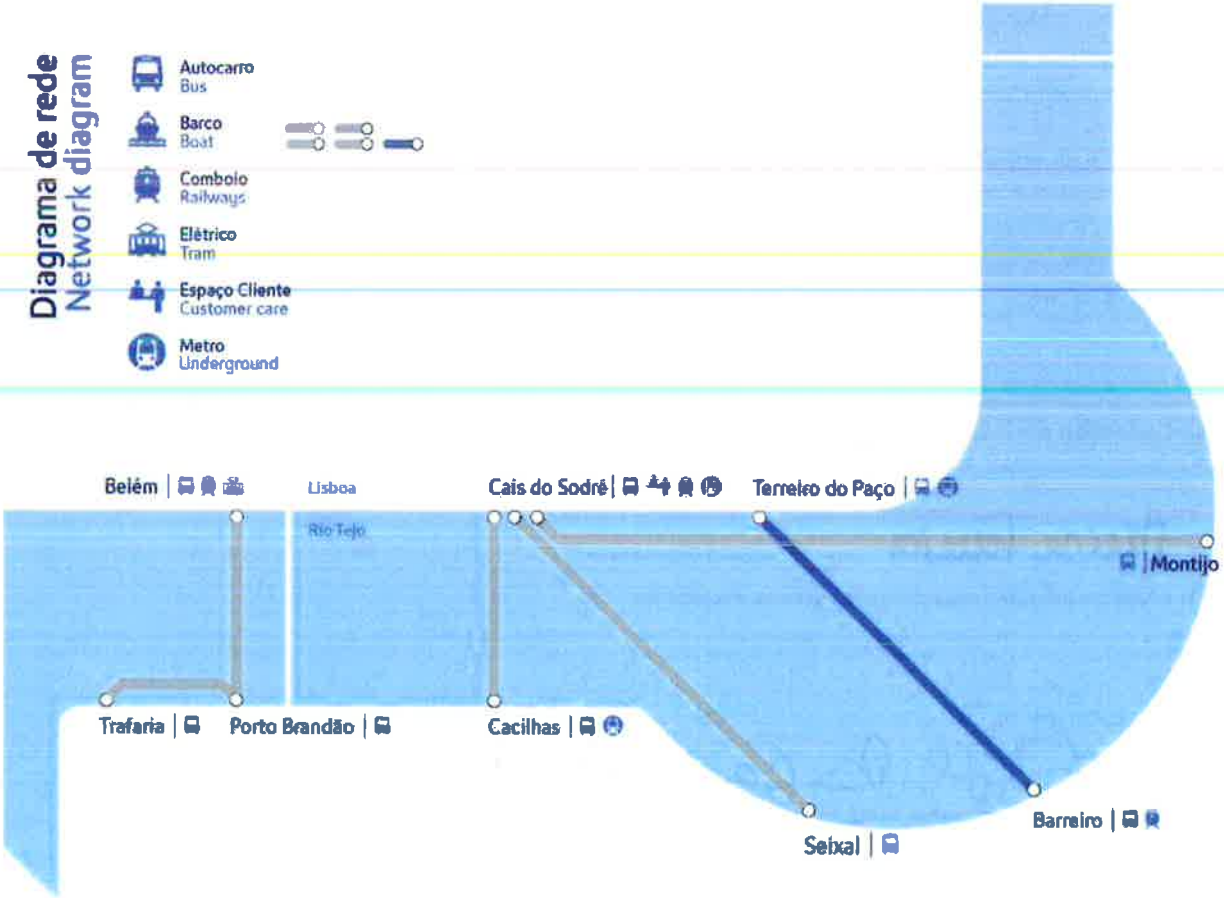


Ilustração 1 - Diagrama de rede SOFLUSA

Em 2001, a totalidade do capital social da Soflusa foi adquirido à CP pela Transtejo, passando esta a ser acionista única da sociedade.

De referir que, em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Soflusa, no montante de 59.500.000€, se encontrava totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 11.900.000 ações com valor nominal de 5,00€, mantendo-se integralmente detido pela Transtejo.

Desde 2001, os sucessivos Conselhos de Administração, comuns às duas empresas do Grupo (Transtejo e Soflusa), procuraram dar seguimento à concentração societária, com o objetivo de concretizar a reorganização e uniformização do modelo de transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do Tejo.

Neste sentido, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 15 de dezembro, que enquadrava as medidas de consolidação orçamental referentes ao OE2011 decorrentes do Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, foi incluída no Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o período 2011-2015, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011 de 10 de novembro, a operação de extinção da Soflusa por integração na Transtejo.

Considerando o regime de acumulação de funções previsto no Decreto-Lei n.º 161/2014 de 29 de outubro, os Conselhos de Administração das sociedades Transtejo, Soflusa, Metro e Carris passaram a ser integrados pelos mesmos membros, a partir de 8 de janeiro de 2015, data em que foram nomeados por Resolução do Conselho de Ministros.

De acordo com o enquadramento legal sobre este tema, a partir de 2011 foram desenvolvidas medidas no sentido da concretização da fusão entre as duas sociedades, prioridade que passou a integrar os objetivos da Gestão, destacando-se, as medidas operacionais decorrentes do modelo de gestão aplicado em 2015, como fatores facilitadores da concentração empresarial, perspetivando-se a concretização da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, ao longo daquele exercício.

Nesse contexto, encontravam-se reunidas as seguintes condições:

i) A efetiva concretização da concentração da atividade comercial e das áreas de suporte (administrativa, financeira e recursos humanos);

ii) O esforço de aproximação e integração das duas sociedades, subjacente à preparação de Planos de Atividades numa base consolidada;

iii) A aprovação de Instrumentos de Gestão unificados, aplicáveis ao Grupo, designadamente Código de Ética, Sistema de Gestão Ambiental e Sistema de Avaliação de Desempenho.

Não obstante a orientação seguida no antecedente, a aplicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, com especial referência à autonomização das várias sociedades (até então em fase de integração), com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, deu origem a uma nova abordagem deste enquadramento, com impactos relevantes ao nível do modelo organizacional e da Gestão da Atividade desenvolvida pela Soflusa.

A perspetiva de autonomização assumiu inevitáveis reflexos ao nível da estrutura de gastos operacionais e de funcionamento. Não obstante, esta alteração permitiu recuperar o foco da Gestão no cumprimento da Missão assumida pela empresa, no âmbito da prestação de um serviço público de transporte fluvial de passageiros, com níveis de qualidade, frequência e fiabilidade efetivamente persentidos pelos seus Clientes.

1.2. Missão, Visão e Valores

Considerando a participação total da Transtejo no Capital Social da Soflusa e o projeto de Gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, é inevitável destacar o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

Missão

A Soflusa tem como missão a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros com padrões elevados de qualidade e segurança, seguindo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental.

Visão

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

Valores

Os valores/ princípios de natureza ética que regem a atuação da Soflusa e dos seus colaboradores são os seguintes:

Transparência - Como empresa do SEE a Soflusa promove uma Gestão transparente, fomentando as boas práticas de governação, gestão dos fundos públicos e divulgação do grau de cumprimento dos seus objetivos, com respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação, assumindo uma posição de integridade e ética na relação com clientes e fornecedores.

Rigor - A Soflusa procura ser rigorosa no cumprimento das obrigações que decorrem dos normativos a que se encontra sujeita e na prestação de informação ao seu acionista e ao público em geral, procurando maximizar a eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado.

Eficiência - A Soflusa procura fazer o melhor com os recursos que tem ao seu dispor, ainda que escassos, numa perspetiva de melhoria constante do serviço.

Segurança - A segurança dos clientes e trabalhadores é condição essencial do serviço prestado pela Soflusa, a par da proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens.

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação da Soflusa e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no Código de Ética, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta, tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência. Nos termos previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o código de ética aplicável às empresas Transtejo e Soflusa encontra-se disponível para consulta nos *sites* da DGTF e da Soflusa (https://ttsl.pt/).

Com o objetivo de melhorar continuamente o serviço de transporte público fluvial e a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, mais especificamente entre as margens do rio Tejo, foi criada a Carta do Cliente, documento que procura fortalecer a relação entre as empresas do Grupo e os seus Clientes, estabelecendo os seguintes **compromissos para com o cliente:**

1. Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expetativas do cliente;
2. Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
3. Ajustar a sua atividade às necessidades de mercado e implementar horários que respondam eficazmente à procura existente;
4. Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;

5. Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações do Serviço, ou situações excecionais, seja por motivos decorrentes da própria operação, seja por motivos alheios aa Transtejo/Soflusa;
6. Disponibilizar toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação de serviço, de forma clara, percetível e rigorosa, em espaços próprios existentes nos locais de espera e no interior dos navios, bem como nos demais suportes de comunicação com o cliente;
7. Assegurar que os diversos equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível;
8. Garantir que os locais de espera sob sua gestão, bem como os navios e equipamentos, se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos;
9. Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos para que executem o serviço de forma competente e profissional, assegurando a qualidade e rigor no atendimento ao cliente;
10. Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida;
11. Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
12. Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, providenciando, em tempo útil, o envio da respetiva resposta e promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria;
13. Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

Por outro lado, o mesmo documento procura suscitar a colaboração dos clientes de forma a serem atingidos os padrões de qualidade e segurança propostos. São os seguintes **deveres do cliente:**

1. Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo aos agentes ao serviço da Transtejo/Soflusa sempre que for solicitado;
2. Validar sempre o título de transporte. Caso não valide o título, o cliente incorre numa situação de transgressão (Lei n. 28/2006, de 4 de julho, com alterações introduzidas pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de Dezembro, e Portaria n.º 343/2002 de 02 de abril);
3. Não fumar nas instalações e no interior dos navios. Caso o faça, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei (Lei 37/2007 de 14 de agosto, com alterações introduzidas pela Lei n.º 109/2015, de 16 de agosto);
4. Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais (Dec. Lei 315/2009 de 29 de outubro, Portaria 968/2009 de 26 de agosto, Portaria 422/2004 de 24 de abril), bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
5. Utilizar os equipamentos de forma adequada, respeitando as indicações e regras de utilização;
6. Respeitar o sinal de fecho de canais e portões de embarque e respetivos avisos de segurança;
7. Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida sempre que necessário e respeitar os lugares que lhes são destinados;
8. Ajudar a manter os locais de espera e navios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
9. Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;
10. Alertar os agentes ao serviço da Transtejo/Soflusa para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.

Ao longo do exercício de 2018, a Soflusa, manteve como objetivo contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados, mantendo como desafio permanente, ser uma

alternativa de valor ao transporte individual, diferenciando-se pela crescente qualidade do serviço prestado e pela melhoria do seu desempenho ambiental.









2. Factos relevantes ocorridos em 2018

Ao longo do ano 2018, a Soflusa procurou cumprir a sua Missão, assegurando a oferta do serviço de transporte fluvial na travessia Barreiro - Terreiro do Paço. Persistiram os constrangimentos já sentidos em 2017, ao nível da insuficiência de recursos humanos, financeiros e materiais, qualidade e disponibilidade de meios para a operação, situação que, inevitavelmente, implicou a supressão de algumas ligações, com todos os efeitos menos positivos daí decorrentes para o Serviço Público e satisfação das necessidades de mobilidade dos nossos Clientes.

Estas circunstâncias continuam associadas à situação de desinvestimento a que a empresa esteve sujeita nos últimos anos, daí resultando um estado de degradação dos ativos de exploração que levará o seu tempo a recuperar. O principal impacto ocorreu na disponibilidade de navios para operar e assegurar a oferta programada. Tais dificuldades resultam essencialmente, do elevando número de navios com certificados de navegabilidade caducados, por incapacidade de cumprimento do plano de docagens obrigatórias exigidas pelas Autoridades Marítimas (por restrições orçamentais e condicionantes processuais).

No início de 2018 encontravam-se em curso várias intervenções na frota de navios, iniciadas em 2017, após os processos de autorização e disponibilização de enquadramento orçamental, que só foi possível obter no segundo semestre de 2017, na sequência das diligências desenvolvidas junto da Tutela.

Mantendo o sentido de recuperar o atraso e dinamizar o lançamento dos procedimentos contratuais necessários para concretizar o plano de intervenções na frota de navios, reposição dos recursos operacionais e contenção dos níveis de degradação de ativos considerados críticos para assegurar os níveis de oferta programada (navios e pontões), o ano de 2018 obrigou, ainda, a um esforço continuado de recuperação do atraso existente nas imprescindíveis grandes intervenções na frota de navios e pontões da Soflusa, bem como na reposição das condições operacionais e de seguranças adequadas ao serviço prestado em acordo com o nível de serviço exigido.

Destacam-se os factos relevantes ocorridos desde a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de2018 e diretamente relacionados com o mesmo:

- O **Plano de Atividades e Orçamento referente a 2018**, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Soflusa em 16 de novembro de 2017;
- Na mesma data, a Soflusa solicitou pedido de **exceção do cumprimento dos limites financeiros de referência**, constantes do PAO 2018, o qual obteve despacho favorável do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, com indicação da remissão do mesmo, para o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Ofício nº 2838, de 15-12-2017
- **Atualização tarifária** - Em 11 de dezembro de 2017, foi publicado o Despacho Normativo 21-a/2017, que no seu n.º 1, alínea b), fixou em 2,0% a percentagem máxima de aumento médio de atualização das tarifas atualmente praticadas para os títulos de transporte relativos aos transportes coletivos de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, incluindo transportes fluviais. De acordo com n.º 19, do mesmo despacho, as tarifas dos títulos de transporte público de passageiros decorrentes da aplicação do presente despacho seriam praticadas a partir de 1 de janeiro de 2018;
- **1º pedido de alteração orçamental - reforço aquisição de bens e serviços** - Por ofício de 26 de janeiro de 2018 (2018E02001050), a Soflusa solicitou uma descativação em Aquisição de Bens e Serviços (ABS), no montante de 2.666.288 € - Fontes de Financiamento 513 e 713 - tendo obtido despacho de autorização do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, em 09 de fevereiro de 2018

Este pedido mereceu subsequente despacho favorável n.º 557/2018/SEO do Senhor Secretário de Estado do Orçamento, de 09 de abril de 2018, no montante de 2.000.000 € - descativação de 1.000.000 € em ABS e reforço por contrapartida em Aquisição de Bens de Capital em 1.000.000 €, com dispensa de cativos adicionais, no sentido de permitir a concretização do plano de manutenção da frota;

- **Cobrança de coimas** - A 29 de janeiro de 2018, entrou em vigor a Portaria n.º 37/2018, que no seu artigo 3.º aprovou o conteúdo da notificação prevista no n.º 2, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 11//2017, de 12 de setembro, a enviar aos arguidos de contraordenações praticadas antes da entrada em vigor do referido diploma e cuja prescrição ainda não tenha ocorrido. Para este efeito, as empresas exploradoras dos serviços de transportes coletivos passaram a dispor de 6 meses, a contar da data da entrada em vigor do Decreto-Lei, para notificar os arguidos, por correio registado, da possibilidade de procederem ao pagamento voluntário das respetivas coimas;
- **Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – UTE -** Através de ofício de 08 de fevereiro de 2018, a Soflusa solicitou à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2018, reforçado por ofício de 06 de junho de 2018 solicitando extensão do pedido para o ano de 2019. Por ofício de 9 de julho de 2018, o IGCP comunicou o despacho de autorização para excecionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2018 e 2019
- Em 24 de abril de 2018, foi publicado a **Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2018**, que determinou:
  - ✓ N.º 1, que a Soflusa pode celebrar os contratos necessários para a execução das rubricas orçamentais relativas a empreitadas de grande e pequena manutenção, bem como para o cumprimento dos requisitos de segurança da respetiva atividade operacional, previsto no orçamento;
  - ✓ N.º 2, dispensar a Soflusa, do cumprimento do n.º 1, do artigo 58.º, da Lei do Orçamento de Estado de 2018, aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, por força do n.º 3 do referido artigo, sempre que esteja em causa a celebração de contratos abrangidos pelo número anterior;
  - ✓ N.º 3, alínea a), que, para efeitos da autorização conferida no número anterior, são considerados, especificamente, os encargos com a manutenção, a conservação e certificação da frota e pontões;
  - ✓ N.º 4, que a assunção de encargos ao abrigo da presente resolução está limitada aos valores e dotações disponíveis no orçamento da empresa, a aferir no momento da assunção dos respetivos compromissos.
- **Necessidades de Financiamento 2018:** Por ofício de 04 de maio de 2018, a Transtejo (empresa-mãe) solicitou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, um pedido de financiamento - necessidades de financiamento de maio a dezembro de 2018, no qual considerou o valor necessário para apoio financeiro a conceder à sua participada Soflusa, no montante até 6.947.134 €, sendo que para assegurar a existência de fundos disponíveis deveria ser no mínimo de 2.000.000 €, até final de junho de 2018. Por despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 519/18-SET, de 3 de julho, foi autorizada a concessão do 1º empréstimo de 2018 a celebrar entre o Estado e a Transtejo, no valor de 6.000.000 €
- **2º Pedido de Alteração Orçamental – reforço aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital**: Através de ofício de 26 de maio de 2018 (2018E02004869) a Soflusa apresentou pedido de descativação adicional de rubricas de ABS – Gasóleo e manutenção de frota, nos montantes de 767.646 € e 331.289 € respetivamente, rubricas diretamente relacionadas com a prestação do serviço público. Apresentou ainda, a cobro do mesmo ofício, pedido de aplicação parcial do saldo de gerência transitado de 2017, no montante total autorizado (1,1 M€), para reforço de aquisição de bens de capital (grandes intervenções na frota =

900.000 €) e reforço de ABS (enquadramento do novo contrato de gestão técnica de apoio à manutenção = 200.000 €).

- **3º Pedido de alteração orçamental – reforço despesas com pessoal:** Através de ofício de 20 de junho de 2018 (2018E02006776), a Soflusa solicitou a aplicação do saldo de gerência, no montante de 71.005 €, por forma a colmatar a necessidade de reforço orçamental, consequência do impacto financeiro do acordo de revisão salarial, ratificado pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, autorizado por despacho do Senhor Ministro do Ambiente, de 13 de julho de 2018 Este pedido mereceu despacho favorável do Senhor Ministro do Ambiente, emitido em 11 de julho de 2018, remetido para apreciação pelo Senhor Ministro das Finanças
- **Regulação de carreiras de técnicos -** Por deliberação n.º 2018A03007007, de 28 de junho de 2018, a Soflusa passou a aplicar a Ordem de Serviço da Transtejo (empresa-mãe), n.º 39/96, para regulação das carreiras de técnicos, com fundamento na igualdade de tratamento entre trabalhadores da Transtejo e da Soflusa associada a uma gestão criteriosa de recursos humanos;
- **Delegação de competências – assunção de encargos plurianuais:** Por Despacho n.º 25/2018, de 24 de julho de 2018, o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente delega no Concelho de Administração da Soflusa a competência a que se refere o n.º 5 do artigo 44.º do Decreto-lei n.º 33/2018, de 15 de maio, para o ano de 2018;
- **Apoio financeiro intragrupo (TT-SL):** Por deliberação n.º 2018A03008264, de 26 de julho de 2018, o Conselho de Administração da Transtejo aprovou a operação de apoio financiamento à Soflusa através da concessão de empréstimo de médio/longo prazo no montante de 2.200.000 €, no âmbito do Orçamento de 2018 e com efeitos a julho de 2018;
- **Contratação de trabalhadores:** Por ofício de 26 de julho de 2018, a Soflusa solicitou, ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, pedido de autorização para a contratação de 11 trabalhadores (1 Maquinista Prático de 1.ª Classe, 7 Marinheiros de Tráfego Local, 2 Auxiliares de Terra e 1 Agente Comercial), o qual obteve despacho de autorização em 28 de setembro de 2018;
- **Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros:** Por ofício de 27 de julho de 2018, endereçado ao Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Ministro das Finanças, a Transtejo na qualidade de acionista da Soflusa requereu, nos termos do n.º3, do artigo 35.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a celebração de contrato de serviço público de transporte de passageiros, como medida de sustentabilidade financeira, destinada a superar a situação deficitária da empresa;
- **Necessidades de Financiamento 2018 – Reavaliação:** Por ofício de 30 de agosto de 2018, a Transtejo apresentou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, proposta de reavaliação das necessidades de financiamento para o 4.º trimestre de 2018 - sob a forma de dotações de capital, no montante de 3.476.723€ para cobertura do plano de investimentos revisto e de 2.º empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 10.000.00€. Este pedido, incluiu o apoio financeiro a conceder à Soflusa, no montante até 3.800.000€;

- **4º Pedido de alteração orçamental - Reforço de aquisição de bens e serviços:** Através de ofício de 14 de setembro de 2018 (2018E020010357), a Soflusa solicitou uma descativação em Aquisição de Bens e Serviços - Combustíveis e lubrificantes - Gasóleo, no montante de 1.032.144 € - Fonte de Financiamento 713 - por insuficiência orçamental, a qual obteve despacho de autorização do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, em 28 de setembro de 2018;
- **Reforço orçamental -** Através do Despacho nº 1828/2018/SEO, foi autorizado pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento o reforço do orçamento da Soflusa no montante de 800.000 e para combustíveis (gasóleo) por descativação em ABS e reforço com base nos cativos restantes (2.216.690 €) de despesas com pessoal e encargos sociais.

Relativamente ao desenvolvimento da atividade de prestação de serviço público e níveis de desempenho, apresentam-se no painel seguinte os principais indicadores de monitorização, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2018 nas dimensões **Oferta**, **Procura**, **Qualidade do Serviço**, **Frota**, **Recursos Humanos** e **Resultados**, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2016-2018.

Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.



SOFLUSA

PAINEL DE INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE		2016	2017	2018	Δ 2018/2017 Abs	Δ 2018/2017 %
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	Un.	7 740 779	7 955 909	8 420 349	464 440	5,8%
PKT (Passageiros x Km)	Un.	72 144 060	74 149 072	78 477 651	4 328 579	5,8%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x Km)	Un.	237 642 478	225 618 858	233 468 050	7 849 192	3,5%
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	97,9%	95,8%	96,9%	1,07 pp	-
Taxa de Ocupação	%	30,4%	32,9%	33,6%	0,75 pp	-
INDICADORES DE RH		**2016**	**2017**	**2018**		
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	145	139	133	-6	-4,3%
Número médio de efetivos	Un.	145	143	135	-8	-5,6%
Massa Salarial	Milhares€	2 937	3 156	3 115	-42	-1,3%
Indemnização por Rescisões	Milhares€	20	65	0	-65	-100,0%
ESTRUTURA ACIONISTA		**2016**	**2017**	**2018**		
Total do Capital Social	Milhares€	44 500	44 500	59 500	15 000	33,7%
Cap. Social detido pela **TRANSTEJO**	%	100	100	100	-	-
SITUAÇÃO PATRIMONIAL		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Ativo não corrente	Milhares€	17 228	15 508	14 710	(798)	-5,1%
Ativo corrente	Milhares€	2 630	4 906	7 051	2 145	43,7%
Total Ativo	Milhares€	**19 857**	**20 415**	**21 761**	**1 347**	**6,6%**
Património Líquido (Capital Próprio)	Milhares€	(5 243)	2 940	14 421	11 481	390,5%
Passivo	Milhares€	25 100	17 475	7 341	(10 134)	-58,0%
Total Património Líquido e Passivo	Milhares€	**19 857**	**20 415**	**21 761**	**1 347**	**6,6%**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
EBITDA	Milhares€	(273)	1 036	960	(77)	-7,4%
RESULTADO OPERACIONAL	Milhares€	(1 276)	(1 489)	(1 619)	(130)	8,7%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	(1 555)	(1 781)	(1 952)	(171)	9,6%
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	(1 557)	(1 784)	(1 956)	(172)	9,6%
INVESTIMENTOS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Renovação e Beneficiação Infraestrutura	Milhares€	-	-	175	175	-
Renovação e Beneficiação de Frota (Navios e Pontões)	Milhares€	76	683	1 538	855	125,2%
Outros Investimentos	Milhares€	0,7	123	67	(56)	-45,6%
Total de INVESTIMENTO	Milhares€	**76**	**806**	**1 780**	**974**	**120,9%**
INDICADORES DE ESTRUTURA		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Passivo Remunerado	Milhares€	11 558	15 326	4 791	(10 535)	-68,7%
Autonomia Financeira	%	-26,4%	14,4%	66,3%	51,87 pp	-
Solvabilidade	%	-20,9%	16,8%	196,5%	179,63 pp	-
INDICADORES FINANCEIROS		**2016**	**2017 ***	**2018**		
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	64	54	43	-11	-21,0%
Volume de Negócios	Milhares€	8 459	8 996	9 645	649	7,2%
Margem do EBITDA	%	-2,29%	11,52%	9,95%	-1,57 pp	-
Rendimentos Operacionais [1]	Milhares€	9 937	12 354	12 693	340	2,8%
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)* [2]	Milhares€	10 111	13 777	14 312	535	3,9%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	1,31	1,73	1,70	-0,03	-1,8%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais [3]	%	98,3%	89,7%	88,7%	-0,98 pp	-

(3) = (1)/(2)

** Valores reexpressos SNC-AP*

Principais destaques na evolução 2018-2017:

- Aumento da Procura em 5,8%;
- Aumento da Oferta em 3,5% (aferido pelo n.º de Lugares.Km oferecidos - **LKO**);
- Redução em 4,3%, do número de efetivos a 31 de dezembro (-6 trabalhadores);
- Redução da Massa Salarial em 42 mil € (1,3%), não tendo sido despendidas quaisquer verbas com Indemnizações por rescisão;
- Total de Investimento = 1.780 mil € (ótica capitalização);
- Passivo Remunerado = 4.791 mil € (salientando-se uma redução de 10.535 mil € no período);
- PMP = 54 dias (estabilização face ao período anterior);
- EBITDA = 960 mil € (agravamento em 77 mil €);
- Rendimentos Operacionais = 12.693 mil € (aumento de 2,8%, 340 mil €).



3. Estrutura Organizacional

A 30 de março de 2017, foi aprovada uma nova estrutura organizacional da Soflusa, consubstanciada num Manual de Organização que definiu as atribuições da macroestrutura. Foram ainda aprovadas as dependências hierárquicas e funcionais dos novos Órgãos de Direção assim como nomeados os respetivos responsáveis e aprovado o seu estatuto remuneratório.

Posteriormente procederam-se a pequenos ajustes na Organização, sendo que, no final de 2018 a estrutura, comum à Transtejo e à Soflusa, se encontrava sintetizada no seguinte organograma:

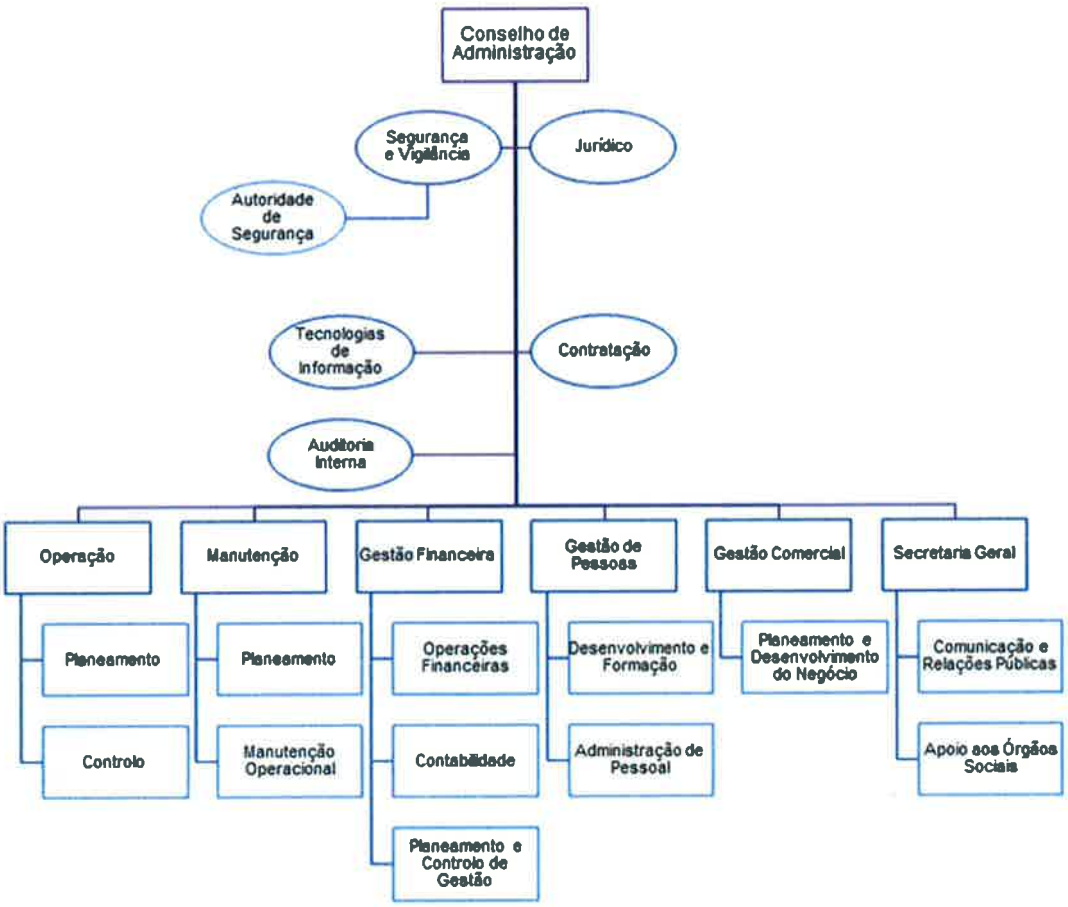


Ilustração 2 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2018

4. Atividade

4.1. Atividade Comercial

4.1.1. Atividade Desenvolvida

No que diz respeito ao serviço prestado ao Cliente, o ano 2018 foi marcado por um conjunto de novas funcionalidades, destacando-se as seguintes melhorias:

a) Novos validadores de acesso para embarque nos terminais fluviais do Barreiro e Terreiro do Paço;
b) Substituição dos noteiros e dispensadores de cartões em todas as máquinas de venda automática (MAVB),
c) Novo sistema informático de venda manual de títulos de transporte;
d) Novos écrans LCD com informação online de horários de partidas, supressões ou atrasos, nos terminais do Barreiro e Terreiro do Paço;
e) Novos equipamentos de fiscalização;
f) Intervenção de reabilitação no Terminal do Barreiro, nomeadamente a substituição dos abrigos para os autocarros, substituição da iluminação exterior do Terminal, incluindo o parque de estacionamento, e reparação da sua estrutura metálica e cobertura;
g) Externalização de serviços complementares ao serviço de recolha e transporte de valores, designadamente, logística de trocos e abastecimento de MAVB;
h) Reforço do serviço de vigilância no terminal do Terreiro do Paço.

Foram ainda notificados 217 passageiros da Soflusa para pagamento voluntário de coimas atrasadas, gerando uma receita de 1.305€. Esta notificação decorreu do regime especial e transitório previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 117/2017, de 12 de outubro de 2017, onde foi admitida a possibilidade de pagamento voluntário das coimas aplicadas a contraordenações praticadas antes de 13/09/2017, e ainda não prescritas.

No serviço de Apoio ao Cliente foi implementado um sistema de chamada, permitindo a triagem dos atendimentos, que são em média 90/dia. Em particular, nos meses de setembro e outubro, altura em que o Passe 4_18 passou a ter apenas como limite a idade dos jovens, houve um grande esforço dos trabalhadores do Espaço Cliente para fazer face à elevada solicitação dos clientes.

4.1.2. Procura

No ano em análise, a Procura do Transporte Fluvial na ligação servida pela Soflusa (Barreiro - Terreiro do Paço) registou um crescimento de 5,8% relativamente ao ano anterior, mantendo assim a tendência de crescimento verificada em 2016 e 2017, conforme se pode observar na tabela abaixo.

Ligação - Barreiro / Terreiro do Paço	Δ 18/17		2018	2017	2016
Passageiros Transportados (PT)	5,84%	464 440	8 420 349	7 955 909	7 740 779
Passageiros km Transportados (PK)	5,84%	4 328 579	78 477 651	74 149 072	72 144 060

Tabela 1 - Indicadores de Procura (2016-2018)

De entre os títulos ocasionais, o zapping obteve a preferência dos passageiros, constituindo 11,5% de incremento comparativamente a 2017. O bilhete simples foi o título que apresentou no ano em apreço o menor desvio - apenas 2%.

Para o bom resultado desta ligação contribuiu o aumento da preferência dos passageiros pelo título denominado "passe combinado", com uma variação positiva de 6,9%, à qual se junta a preferência verificada pelos títulos multimodais, que apresentam um crescimento de 3,4%. Não podemos descorar a variação no que diz respeito aos Títulos Próprios, onde se verifica igualmente, um aumento de 5,3%,

Estes dados decorrem da análise da estrutura de procura por tarifário, apresentada na tabela seguinte:

PROCURA POR TÍTULO TRANSPORTE	Δ 18/17	2018	2017	2016
TÍTULOS	**5,8%**	**8 420 349**	**7 955 909**	**7 740 779**
Títulos Próprios	**5,3%**	**1 817 944**	**1 726 441**	**1 696 649**
Bilhetes	2,0%	826 529	809 928	796 806
Bilhetes *(Zapping)*	11,5%	482 551	432 708	432 197
Passes	5,2%	508 864	483 805	467 646
Combinados	**6,9%**	**4 765 146**	**4 457 514**	**4 300 267**
Multimodais	**3,4%**	**1 724 610**	**1 667 692**	**1 640 467**
Outros (1)	**8,0%**	**112 649**	**104 262**	**103 396**

(1) Inclui validações, apoio ao cliente e gratuitos

Tabela 2 -Procura por título de transporte (2016-2018)

De acordo com a tabela seguinte, a distribuição da estrutura de passageiros transportados assenta no título denominado "*passe combinado*" com 56,6%, mantendo a tendência verificada nos últimos anos, acompanhada da preferência dos passes "multimodais" que representa 20,5% da distribuição e os restantes 21,6% pela aquisição de títulos próprios da Soflusa.

ESTRUTURA DE PASSAGEIROS	Dif 17/18	2018	2017	2016
TÍTULOS				
Títulos Próprios	**-0,11 pp**	**21,6%**	**21,7%**	**21,9%**
Bilhetes	-0,36 pp	9,8%	10,2%	10,3%
Bilhetes *(Zapping)*	0,29 pp	5,7%	5,4%	5,6%
Passes	-0,04 pp	6,0%	6,1%	6,0%
Combinados	**0,56 pp**	**56,6%**	**56,0%**	**55,6%**
Multimodais	**-0,48 pp**	**20,5%**	**21,0%**	**21,2%**
Outros	**0,03 pp**	**1,3%**	**1,3%**	**1,3%**

Tabela 3 - Estrutura de passageiros por título de transporte (2016-2018)

4.1.3. Receitas Tarifárias

A receita total de Títulos de Transporte, apresenta um crescimento de 7,1%.

Conforme ilustra o gráfico seguinte, face a 2017, verifica-se uma variação positiva em todas as naturezas de títulos. Dos 34,3% que compõem a estrutura de receitas dos nossos títulos próprios, os bilhetes simples apresentam um

desvio positivo em cerca de 2,4% e 6,7% nos passes de rede (próprios), mas a preferência dos nossos passageiros continua a ser os bilhetes zapping com mais de 14% de aumento mantendo a sua tendência de crescimento.

Entre os passes mensais e comparativamente com 2017, salienta-se o crescimento da receita dos passes Multimodais em 7,6% e passes Combinados em 6,45%, sendo que o conjunto destes títulos representou 65,7% da receita tarifária total.

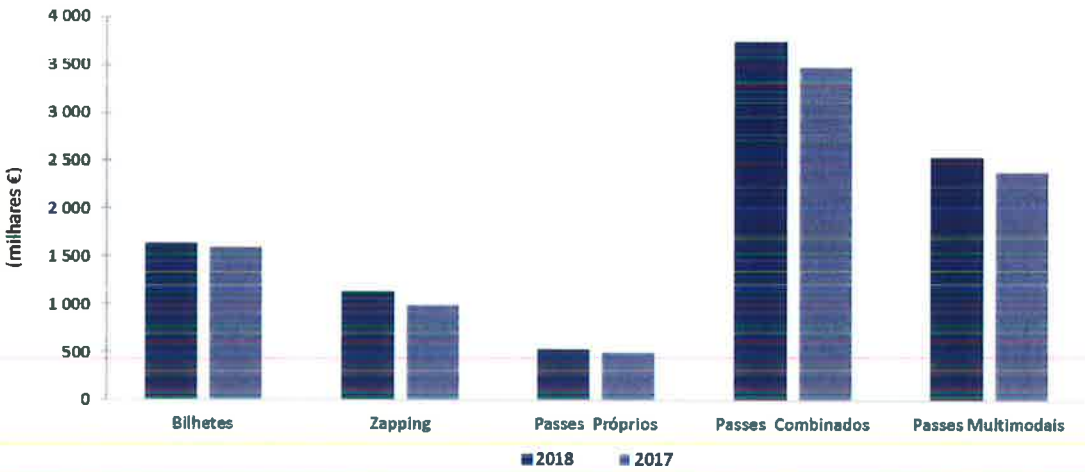


Gráfico 1 - Receitas Tarifárias (2018)

4.1.4. Receitas Não Tarifárias

Durante o ano 2018, e em complemento da atividade de transporte de passageiros na ligação Barreiro - Terreiro do Paço, a Soflusa manteve a exploração de atividades acessórias, proporcionando aos seus clientes um conjunto de serviços e comodidades complementares nos terminais e a bordo dos navios.

Atividades Acessórias *(milhares de €)*	Δ 18/17		2018	2017	2016
Aluguer de Espaços Comerciais	1,0%	2	234	231	228
Parques de Estacionamento	0,6%	0	55	54	54
Espaços para Publicidade	26,0%	1	7	5	6
Total	**1,4%**	**4**	**295**	**291**	**288**

Tabela 4 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2016-2018)

O "Aluguer de Espaços Comerciais", atividade que desde 2014 têm vindo a ser gerida internamente na sequência da cessação do contrato de exploração com a anterior concessionada REFER Património, apresenta um crescimento de 1% face a 2017.

Os rendimentos da exploração do parque de estacionamento do Barreiro mantiveram-se ao nível de 2017.

4.1.5. Reclamações

A Soflusa registou uma diminuição de 44%, no número total de reclamações recebidas relativamente a 2017. A tabela seguinte apresenta o número de reclamações, classificadas pelo motivo que as originou:

Motivos	Δ 18/17		2018	2017	2016	2015	2014
Atendimento	-17%	-12	60	72	93	118	66
Equipamentos	-29%	-8	20	28	12	12	13
Instalações terminais / estações	-51%	-30	29	59	31	131	34
Embarcações	-30%	-16	38	54	38	17	1
Horários	-51%	-319	302	621	125	110	34
Suportes lisboa viva	-38%	-12	20	32	9	13	12
Suportes viva viagem	-56%	-19	15	34	9	8	8
Diversos / outros	-11%	-6	50	56	15	63	16
Total	**-44%**	**-422**	**534**	**956**	**332**	**472**	**184**

Tabela 5 - Reclamações por motivos (2014-2018)

A diminuição verificada do número global de reclamações recebidas, relativamente ao período homólogo, apresenta maior enfâse nas reclamações motivadas pelo incumprimento do horário das ligações. Este valor apresentou expressiva diminuição, em virtude de uma maior disponibilidade de frota, apesar de pontualmente se terem registado anomalias devido à insuficiência de navios disponíveis;

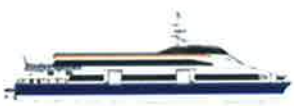
4.1.6. Serviço de apoio ao Cliente (Cartões Lisboa Viva)

A atividade do Espaço Cliente apresenta significativo crescimento, sendo registada uma produção média mensal de 1.500 cartões Lisboa Viva personalizados "na hora". Destaca-se, ainda, o atendimento presencial diário, médio, de 90 clientes. Isto apesar da diminuição do horário de atividade, face aos constrangimentos resultantes de falta de meios humanos.

4.2. Exploração Operacional

4.2.1. Frota

No final de 2018, a frota da Soflusa era composta por 11 catamarans com a seguinte tipologia:



Classe Damen – 8 navios

Catamarans com capacidade para 600 passageiros.
Idade média: 14 anos



Classe Austal – 2 navios

Catamarans com capacidade para 320 passageiros.
Idade média: 16 anos



Navio Fantasia

Catamaran com capacidade para 150 passageiros.
Idade média: 19 anos

Ilustração 3 - Frota da SOFLUSA em 31-12-2018

Os 8 navios da classe *Damen*, com capacidade para 600 passageiros, operaram exclusivamente na ligação entre o Barreiro e o Terreiro do Paço. As outras 3 embarcações estiveram ao serviço da Transtejo, conforme contrato de fretamento celebrado entre as duas sociedades (operação intragrupo).

4.2.2. Oferta

O ano de 2018 regista um aumento no número de viagens realizadas devido á redução do número de supressões pelo motivo de insuficiência de frota. Regista-se na ligação do Barreiro um aumento das Horas de Serviço (+3,8%), face ao período homólogo.

Ligação - Barreiro / Terreiro do Paço	Δ 18/17		2018	2017	2016
Número de Viagens	2,40%	978	41 736	40 758	42 530
Horas de Serviço	3,80%	842	23 010	22 168	23 006
LKO - Lugares Km oferecidos *(milhares)*	3,48%	7 849	233 468	225 619	237 642
Taxa de Ocupação da Frota (PKT/LKO)	0,75 pp		33,61%	32,86%	30,36%

Tabela 6 - Indicadores de Oferta (2016-2018)

Considerando que em setembro de 2018 se procedeu a um ajuste de horário que formalizou a redução, no período de ponta da manhã, do n.º de embarcações em operação nesta ligação fluvial (7 para 6), importa, assim, referir que a oferta apresenta um desvio positivo na ordem dos 3,5% (+ 7.849 mil LKO) face ao período homólogo. Deve-se, entre outros fatores, ao facto de, no período de janeiro a julho de 2017, terem sido efetuadas 950 viagens por catamarans da Transtejo – 157 viagens com Navios Transcat e 793 com classe Austal - com lotação para 496 e 320 passageiros respetivamente. Em 2018 essas viagens já foram realizadas com os navios da frota própria da Soflusa (classe Damen) que operam nesta ligação, tendo capacidade máxima de transporte para 600 passageiros.

4.2.3. Taxa de Regularidade

No que diz respeito a este indicador, a taxa de regularidade foi de 96,9%, justificando-se a variação face ao planeado, pelas viagens suprimidas e considerando, também, as alterações das viagens planeadas na ligação Barreiro – Terreiro do Paço devido ao ajuste do horário ocorrido a 11 de setembro de 2018.

	Δ 18/17		2018	2017	2016
Viagens Planeadas	1,3%	539	43 074	42 535	43 459
Viagens Realizadas	2,4%	978	41 736	40 758	42 530
Taxa de Regularidade	1,07 pp		96,9%	95,8%	97,9%

Tabela 7 – Taxa de Regularidade (2016-2018)

A Soflusa apresentou uma significativa diminuição do total de supressões, em relação a 2017, justificado essencialmente pela redução de supressões motivadas por avarias/insuficiência de frota.

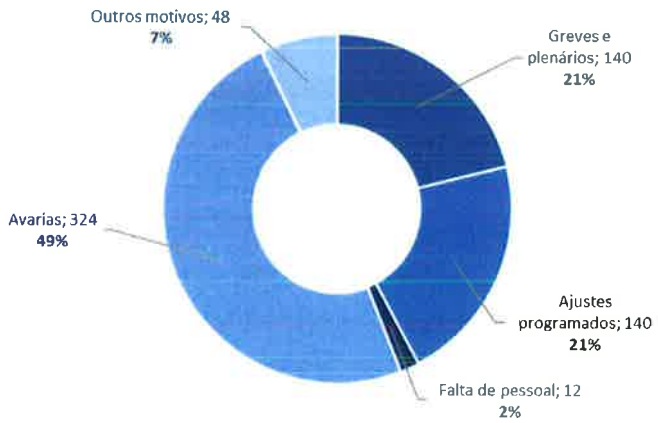


Gráfico 2 – Número de supressões por motivo (2018)

4.3. Segurança de Exploração (*Safety*)

No âmbito do desenvolvimento das funções de Autoridade de Segurança do modo Navio, definidas do Despacho N.º 1094/98 (2ª série), de 19 de janeiro, do Ministério do Equipamento, Planeamento e da

Administração do Território, a ação reparte-se pela elaboração, verificação, atualização e treino dos procedimentos e mecanismos de resposta a emergências na operação de transporte fluvial de passageiros.

Inclui, ainda, a definição de procedimentos de segurança, análise de ocorrências e a promoção de ações de formação, por forma a serem adotadas as melhores práticas e supridas deficiências detetadas, agindo preventivamente sobre a cadeia de erros para minimizar os acidentes em exploração.

Deve-se assim desenvolver os processos necessários à garantia da prestação do serviço de transporte público em Segurança, nomeadamente no que diz respeito às operações e à circulação de pessoas e bens da Organização.

Enumeram-se as ações e medidas preventivas tomadas, no que diz respeito à verificação das boas práticas (individuais e da organização) conducentes a uma operação segura dos navios da frota e da operação dos terminais:

a) Avaliação das ações de treino obrigatórias mensais a bordo dos navios com a realização de algumas visitas acompanhando a realização de um dos exercícios definidos nas Instruções de Emergência do Plano de Emergência Interno;

b) Acompanhamento das vistorias e inspeções, a nado, para certificação e classificação dos navios e pontões – avaliando as competências das tripulações envolvidas e colaborando com as entidades certificadoras no sentido da correção de não conformidades;

c) Inspeção dos meios de salvação dos navios e pontões, designadamente balsas rígidas, jangadas pneumáticas, boias circulares, coletes de salvação, sinais pirotécnicos e outros equipamentos de emergência e socorro;

d) Acompanhamento das ações de manutenção, teste e inspeção anual, realizada por entidade externa certificada, aos equipamentos e meios de combate a incêndio de todas as embarcações, terminais fluviais, armazéns e outras instalações da Empresa.

e) Realização das vistorias regulamentares aos equipamentos de deteção e combate a incêndio de todos os terminais e estações fluviais bem como de armazéns e outras instalações indispensáveis ao exercício da atividade.

f) Está em curso a redefinição das medidas de autoproteção em todas as instalações da Soflusa, bem como a atualização do Manual de Segurança e Proteção do Ambiente e do Plano de Emergência Interno da Organização.







5. Gestão Corporativa

5.1. Segurança e Vigilância

5.1.1. Higiene e Segurança no Trabalho

No ano de 2018, foram realizadas 10 intervenções no âmbito da segurança e saúde no trabalho, tendo a Soflusa contado com a prestação de serviço externo por parte da Ecosaúde, S.A.

Ocorreram 8 acidentes de trabalho, o mesmo número verificado em 2017.







5.1.2. Vigilância e Segurança Humana

- *Formação*

  Durante o ano de 2017, foram desenvolvidas as seguintes ações de formação no domínio da proteção e segurança:

  a) Operador de Desfibrilhador Automático Externo (DAE) / Renovação do Certificado de Operador de DAE (6 operadores);
  b) Prevenção e Extinção de Incêndios (5 formandos).

- *Proteção*

  Manteve-se em 2018 o modelo de gestão desta atividade, em continuidade com o processo em curso nos anos anteriores, designadamente:

  a) Gestão do contrato e do serviço de Vigilância e Segurança Humana;
  b) Acompanhamento da prestação de serviços gratificados contratados com as forças policiais (Polícia de Segurança Pública e Polícia Marítima);
  c) Planeamento e reforço operacional em situações de greve, falha de navios e outros eventos de massa que requereram reforço das medidas de proteção e de controlo de acessos;
  d) Gestão e manutenção das centrais de alarme de intrusão, existentes nos terminais e estações.

- *Equipamentos de deteção de intrusão*

  Procedeu-se à ligação do equipamento de deteção de intrusão à central de deteção de incendio do armazém do Barreiro, ficando a totalidade dos supracitados equipamentos ligados a central de receção e gestão de alarmes.

- *Equipamentos de videovigilância dos edifícios*

  Foi concluída a substituição integral do sistema de videovigilância, compreendendo todas as instalações da Soflusa.

- *Equipamentos de deteção e combate a incêndios de edifícios*

  Os equipamentos de combate a incendio, bem como a respetiva sinalética, foram objeto de vistorias programadas, com uma periodicidade mínima mensal, sendo que a manutenção anual foi assegurada por empresa certificada. Tendo sido efetuada a gestão e acompanhada a manutenção dos equipamentos de combate a incêndios em conjunto com o prestador de serviços.

  Trimestralmente, foram realizados testes aos equipamentos de deteção automática de incêndio (SADI), tendo estado a cargo de empresas certificadas a sua manutenção anual.

5.1.3. Sinistralidade

Com o objetivo de melhorar as condições de exploração, estão estabelecidos procedimentos de averiguação e análise de ocorrências com a finalidade de determinar as causas, circunstâncias e consequências sobre os intervenientes envolvidos a fim de propor melhorias no sentido de reduzir os riscos associados e, eventualmente, agir sobre as medidas e mecanismos de prevenção instituídos.

SINISTRALIDADE	Δ 18/17		2018	2017	2016
Emergências	0,0%	0	1	1	1
Acidentes com Passageiros	-88,4%	-61	8	69	15
Incidentes Criminais	-36,8%	-21	36	57	62
Outros	-18,8%	-12	52	64	42

Tabela 8 - Indicadores de Sinistralidade (2016-2018)

Enquadramento das principais ocorrências verificadas na Soflusa, durante o ano de 2018:

a) Emergência [de Grau 1] => 1 → Ocorrência derivada da colisão entre navios onde apenas se registaram danos materiais;

b) Acidentes com passageiros => 8 → Destes, 4 deram-se a bordo das embarcações, e outros 4 nos passadiços e pontões durante o embarque ou desembarque;

c) Outras ocorrências durante a exploração da atividade => 52;
   - Embates e avarias com passageiros a bordo (sem danos pessoais) => 6;
   - Doença súbita de passageiros a bordo => 18;
   - Doença súbita nos terminais fluviais = 16;
   - Outros (ocorrências singulares) = 12.

5.2. Gestão Ambiental

Em cumprimento das obrigações legais e contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos, destacam-se as atividades, com maior relevância, desenvolvidas:

a) Renovação do certificado energético do edifício do Terreiro do Paço;

b) Redução de 50% do consumo de água no Terminal do Barreiro, como consequência do esforço conjunto da Soflusa e da Câmara Municipal do Barreiro na deteção de fugas de água na rede de abastecimento e rápida intervenção para a sua reparação;

c) Substituição da iluminação do parque de estacionamento por lâmpadas LED de baixo consumo;

d) Com o objetivo sensibilizar, envolver e informar os trabalhadores e suas famílias acerca das temáticas da utilização sustentada dos recursos, preservação ambiental e da proteção dos rios e oceanos, desafiou os trabalhadores corporativos, com filhos a frequentar o ensino pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico, a convidar o grupo escolar de cada filho/a para a construção de recipientes destinados à separação de resíduos domésticos (papel/cartão, embalagens e metal, vidro), a partir da reutilização artística e funcional de diversos materiais utilizados na operação e manutenção do transporte fluvial. As peças resultantes deste projeto piloto foram disponibilizadas em vários espaços, a fim de serem utilizadas, diariamente, por todo os trabalhadores;

e) Considerando a importância da preservação ambiental, a Soflusa contactou algumas escolas secundárias do concelho do Barreiro, com vista á sua participação num projeto a que chamou de "A Arte de Reciclar". Com o objetivo de sensibilizar, envolver e informar acerca das temáticas da utilização sustentada dos recursos, da proteção dos rios e oceanos bem como da educação pela arte. Na sequência deste contacto fomos convidados a participar no Projeto a "Casa, Oficina Criativa" uma parceria do Agrupamento de Escolas de Santo André e do Centro Comunitário de Santo André - Casa dos Rapazes. A Oficina criativa, pelo seu carácter eminentemente lúdico e facultativo, é um espaço privilegiado para a consagração de diversos saberes e onde os jovens podem estimular o seu lado criativo, pelo que lhes foi colocado o desafio de construir um ecoponto com materiais reciclados oriundo na nossa atividade de exploração. A Soflusa forneceu os materiais, que foram trabalhados e o resultado foi o ecoponto que se encontra em funcionamento nos escritórios do Barreiro.






Ainda no que diz respeito à Gestão Ambiental, procedeu-se à implementação e monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, com a realização regular de reuniões de acompanhamento dos processos definidos no Manual de Gestão.

O processo em curso permitiu, durante o ano de 2018, fechar não conformidades legais transitadas e contribuir para a melhoria da eficácia e eficiência dos processos com vista ao cumprimento das obrigações legais no âmbito da preservação do meio ambiente.

5.3. Recursos Materiais

5.3.1. Gestão e Manutenção da Frota

A Soflusa procurou assegurar ao longo do ano 2018, o cumprimento do Serviço Público na ligação Barreiro - Terreiro do Paço, operação que, de acordo com o plano de oferta, carecia da disponibilidade permanente de 6 navios.

O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Soflusa é assegurado por uma entidade externa (gestão técnica em regime de outsourcing), compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, obtenção de certificação estatutária e de classe da frota e a realização de grandes intervenções em motores, de obrigatoriedade periódica (consideradas no Plano de Investimentos).

O Plano de Manutenção apresentado no PAO2019 foi preparado em colaboração com a entidade que presta o serviço externo supra referido, em linha com o objetivo estratégico de continuar a recuperar o atraso nas intervenções indispensáveis para manter as condições de operacionalidade da frota de navios e pontões, assegurando que estes equipamentos se encontram em perfeitas condições técnicas, de segurança, fiabilidade e detentores de Certificados de Navegabilidade devidamente validados pelas autoridades marítimas.

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, destacam-se as seguintes intervenções realizadas durante o ano de 2018:

euros €

Grandes rubricas REAL 2018	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS				Total GASTOS	INVESTIMENTO (Motores + Cx. Redutoras)	Total NAVIOS
	Serviço Gestão Técnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais			
Damião de Goes	131 727		4 442		136 169		136 169
Miguel Torga	120 972				120 972	81 485	202 458
Fernando Namora	138 838	31 153	41 078	39 160	250 228	737 236	987 464
Gil Vicente	133 131	3 489	42 610	46 375	225 605	306 499	532 104
Jorge de Sena	109 979		0	42 719	152 698		152 698
Almeida Garret	127 918	79 493	28 245	125 092	360 749	51 199	411 948
Fernando Pessoa	150 651			33 879	184 530		184 530
Antero de Quental	123 877				123 877		123 877
Cesário Verde	104 467	47 680	23 463	85 619	261 229	41 950	303 179
Fantasia	0	47 982			47 982	70 000	117 982
Pedro Nunes	111 179				111 179		111 179
Rotáveis						183 994	183 994
TOTAL	1 252 739	209 797	139 838	372 845	1 975 219	1 472 364	3 447 583

Tabela 9 - Gastos de Manutenção por navio (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 51.112€ com a manutenção dos pontões de atracação das embarcações, perfazendo o total de 2.026.330€ - Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

O quadro seguinte ilustra a preponderância do fator manutenção (preventiva e corretiva / planeamento de docagens, ações de manutenção periódicas e reparação de avarias) na disponibilidade de navios para operação:

Motivo	Δ 18/17		2018		2017		2016	
Avarias	-74,6%	-952	324	48,8%	1 276	59,9%	220	21,5%
Total	**-68,8%**	**-1 465**	**664**	100,0%	**2 129**	100,0%	**1 024**	100,0%

Tabela 10 - Ponderação das avarias dos navios nos motivos de supressão de viagens, 2016-2018

Apesar da elevada redução de supressões motivadas por avarias em 2018 comparativamente ao ano de 2017, observa-se que cerca de metade das supressões do serviço são motivadas por causas, direta ou indiretamente, ligadas com o fator manutenção.

5.3.2. Gestão das Infraestruturas

Em 2018 teve início o contrato de prestação de serviços de conservação de edifícios e manutenção das instalações da Soflusa. Neste âmbito foram realizadas várias ações de manutenção preventiva e corretiva nos terminais fluviais do Barreiro e Terreiro do Paço.

Neste primeiro ano do contrato, naturalmente, foram realizadas mais ações corretivas. Pretendeu-se corrigir as anomalias e não conformidades encontradas, decorrentes da falta de manutenção nos edifícios ao longo do tempo.

Muitas das patologias encontradas nos edifícios da empresa, resultam de infiltrações e irregularidades nas coberturas, tornando-se assim essencial a sua reabilitação e impermeabilização. Neste sentido, foram adquiridos os consumíveis e corrigidas/beneficiadas as coberturas no âmbito do contrato de manutenção, no Terminal Fluvial do Barreiro. No entanto, e atendendo ao elevado estado de degradação deste terminal, sobretudo destas coberturas, e por questões de segurança, foram feitas as intervenções possíveis, de fixação das placas e nos painéis de rebordo. Foram, ainda, retirados painéis/placas que apresentavam riscos de segurança.

Para além das coberturas, outra grande preocupação foram as condições de segurança das instalações, tendo sido executados vários trabalhos, projetos e empreitadas com esse objetivo, como são exemplo:

a) Substituição das tampas de pavimento no Terminal Fluvial do Barreiro;
b) Substituição da iluminação do parque de estacionamento e vias de acesso ao Terminal Fluvial do Barreiro;
c) Beneficiação das não conformidades detetadas pelo Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas 2017/2018 - esta empreitada deverá ser concluída no 1º semestre de 2019;
d) Serviços de desmatação;
e) Aquisição de termos de responsabilidade dos termoacumuladores (foram verificados/beneficiados e ou substituídos todos os termoacumuladores da empresa, operação certificada por técnico credenciado, através da emissão de documentação atestando a conformidade dos mesmos).

Com vista à melhoria das condições de conforto, acessibilidade e circulação dos nossos passageiros e funcionários, foram efetuadas beneficiações gerais nas estações, terminais e edifícios de escritórios, com destaque para diversas melhorias/reparações ao nível dos portões de embarque e desembarque, construção de novos abrigos (paragens) no Terminal Fluvial do Barreiro e reparação ou substituição de equipamentos de AVAC (ar condicionado).

Em termos de eficiência energética, procedeu-se à substituição de diversas luminárias por LED, prevendo-se continuar com esta boa prática nos próximos anos, adquirindo luminárias que não sejam eficientes.

Terminal Fluvial do Barreiro

Considerando o elevado estado de degradação do Terminal Fluvial do Barreiro, foram elaborados projetos/estudos e diagnósticos com vista a preparar uma intervenção mais profunda, reabilitando integralmente todo o Terminal, promovendo a redefinição de espaços e a melhoria das condições de segurança e de conforto, quer para os funcionários quer para os utentes.

Considerando o aumento da procura neste terminal, está também, prevista uma ampliação e adaptação do espaço para mobilidade condicionada, incluindo invisuais. Todos estes objetivos encontram-se contemplados nos projetos em desenvolvimento, destacando-se:

a) Projetos de arquitetura e especialidades para a reabilitação geral;
b) Estudo geológico, geotécnico e geofísico, como procedimento preparatório para a aquisição da elaboração de projeto para a instalação dos funcionários da Soflusa e projeto de compatibilização dos vários projetos de reabilitação previstos
c) Projeto de reformulação dos espaços comerciais e de serviços existentes.

Terminal fluvial do Terreiro do Paço

No Terminal Fluvial do Terreiro do Paço, foram realizadas pequenas intervenções, como beneficiações nos portões de acesso ao terminal por questões de segurança, através da redefinição do seu desenho, de modo a barrar o acesso ao terminal quando encerrado.

Na sequência da cedência da Estação Sul Sueste à Associação de Turismo de Lisboa, foram desenvolvidos trabalhos preparatórios com vista à separação e individualização dos dois terminais, uma vez que as infraestruturas são comuns/dependentes. Foram definidas as características, lógicas de intervenção e de comunicação entre estes dois terminais, estando prevista a utilização de um pontão da Estação Sul Sueste pela Soflusa sempre que seja necessário por questões de serviço público. Todas estas questões deverão ser vertidas em projeto a apresentar à nossa empresa em 2019.

Em termos das não conformidades legais detetadas, foram efetuadas correções às situações identificadas pelo Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas (TREIE); elevadores, geradores, AVAC e termoacumuladores.

Gestão da manutenção

Ao nível da gestão da manutenção, no ano de 2018 foram definidas as estratégias de manutenção e de ação, destacando-se a uniformização dos modelos e equipamentos e a substituição (progressiva) dos geradores por sistemas UPS (fonte de alimentação ininterrupta). Teve, ainda, início no ano de 2018 o estudo de soluções compatibilização dos motores dos portões de embarque com as necessidades de operação e de segurança. Todos os projetos em desenvolvimento ou que venham a ser desenvolvidos já terão contempladas estas especificidades definidas em conjunto com o Gabinete de Segurança e Vigilância e a Direção de Gestão Comercial.

Ainda, a respeito da uniformização, ao nível da imagem dos edifícios da empresa, também foram definidas estratégias, quer pela escolha de materiais e/ou cores, com o objetivo de identificação da empresa.

A inexistência de arquivo dos projetos e das intervenções tem provocado vários constrangimentos, pelo que em 2018 teve início a organização, arquivo e cadastro dos projetos, empreitadas e intervenções de manutenção em

suporte papel e digital (apenas dos processos a partir de 2018). Está previsto para 2019 a elaboração de um Plano Estratégico das Infraestruturas, bem como a seleção e organização do arquivo histórico mais antigo (anterior a 2018) e a digitalização da documentação relevante.



5.4. Recursos Tecnológicos

5.4.1. Informação em tempo real

Foi disponibilizada ferramenta aos terminais para poderem ajustar a oferta, indicando supressões ou alterações de horário.

5.4.2. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração na Soflusa, ao longo de 2018 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

A. **Implementação de melhorias funcionais,** realizadas em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:
   a) Consolidação e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Documental - TTDoc, desenvolvido e implementado em 2017;
   b) Desenvolvimento de melhorias e adaptações para novas funcionalidades no sistema *Workflow*.

B. **Implementação de projetos**, salientando-se os seguintes:
   a) Implementação de novo ERP - Software Primavera, substituindo o programa de contabilidade vigente (UNIT 4 - AGRESSO) e algumas funcionalidades do *Workflow*, permitindo assegurar de forma

integrada, a contabilidade financeira, analítica e orçamental, o processo aquisitivo, a gestão da tesouraria e de contratos, permitindo a adoção, a partir de 01 de janeiro de 2018, do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, determinado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro

b) Renovação do posto de trabalho - aquisição de computadores pessoais e monitores.
c) Melhoria da rede instalando links com maior a largura de banda para a ligação entre os diferentes sites;
d) Implementação de novo sistema de venda assistida PMV;
e) Implementação de novos componentes nas MAVB (noteiros e contadores de trocos);
f) Implementação de novos painéis de informação ao público disponibilizando informação em tempo real.

C. Estudo / análise para a implementação de novos projetos

a) Deu-se início ao estudo de implementação de novo software de Recursos Humanos para integrar com o ERP Primavera;
b) Deu-se início ao projeto de validação de viagens por telemóvel, em parceria com a Via Verde.

5.4.3. Inovação e Desenvolvimento

No capítulo da Inovação e Desenvolvimento, e tendo em conta a melhoria constante do serviço bem como a eficiência nos custos e investimentos, assinalam-se os seguintes projetos/ações:

a) Instalação de novos validadores de títulos de transporte em todas as salas de embarque de todos os terminais e estações, durante o primeiro semestre de 2018. Esta renovação de equipamentos, com mais de duas décadas de serviço, permitiu dar resposta à incontornável necessidade de atualização tecnológica, capaz de fazer face às alterações de bilhética que aconteceram ao longo do ano de 2018 e às exigências técnicas dos projetos de inovação agendados para 2019;

b) Desenvolvimento de melhorias nos sistemas de informação e renovação do sistema de comunicação entre os diversos locais (escritórios e terminais fluviais) pela substituição das antenas de comunicações sem fio por ligações físicas em fibra ótica;

c) Aquisição de painéis de informação sobre "Partidas", bem como painéis de informação personalizada sobre "Destino", instalados, respetivamente, nos principais átrios e entrada de cada sala de embarque, em ambos os terminais fluviais (Barreiro e Terreiro do Paço);

d) Arranque do projeto de desenvolvimento de aplicação TTSL para telemóvel, a lançar no 2.º semestre de 2019, que permitirá aos clientes um acesso personalizado e em tempo real a informação do serviço da Soflusa.

5.5. Auditoria Interna e Gestão de Risco

Durante o ano de 2018, o Gabinete de Auditoria Interna continuou a assumir as funções de auditoria e de consultoria das empresas Soflusa e Transtejo.

O plano anual de auditoria interna apresentado formalizava e propunha, entre outras ações, a realização de duas auditorias internas:

- ✓ Processo de tratamento de reclamações
- ✓ Implementação do RGPD

Condicionalismos de várias ordens e o cumprimento das prioridades definidas pela gestão de topo, não permitiram a sua realização.

Em 2018 relativamente à função auditoria interna baseada na gestão de risco, as ações tiveram incidência no follow-up das recomendações e pareceres emitidos em relatórios de auditorias anteriores (externos e internos), designadamente a monitorização da implementação, pelas áreas, das propostas de melhoria então avançadas.

As ações de auditoria interna realizadas em 2018 limitaram-se à validação do cumprimento dos requisitos legais em matéria de Qualidade, Ambiente e Higiene e Segurança do trabalho e à realização de auditorias energéticas aos edifícios do Cais de Sodré e do terminal fluvial do Terreiro do Paço, com vista à sua certificação.

No âmbito da Gestão do Risco, foi elaborado em 2018 o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo a 2017, o qual obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de setembro de 2018, tendo o mesmo sido carregado no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) em 25 de fevereiro de 2019. Foi, também, elaborado o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo a 2018, que obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de junho de 2019.

5.6. Comunicação e Marketing

A. Desenvolvimento e implementação de novo website para a Transtejo, S.A. e Soflusa, S.A.

O site ttsl.pt, online desde 29.08.2018, destaca-se pela sua informação em tempo real, pela apresentação otimizada das informações e conteúdos relevantes para os passageiros, em virtude de uma experiência de navegação melhorada, resultante de um grafismo mais apelativo, mais light, mais transparente e mais intuitivo.

B. Política de Apoios e Patrocínios do Grupo:

Apoio à divulgação de iniciativas de âmbito educacional, social, desportivo, artístico e cultural:

a) Inicie o ano a pedalar

A Soflusa apoiou a realização do evento "Inicie o ano a pedalar", organizado pela FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta tendo autorizado, no dia 6 de janeiro, o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados horários da ligação fluvial do Barreiro.

b) Iniciativa «Faz-te ao Futuro, com a Garantia Jovem»

Iniciativa promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e apoiada pela Comissão Europeia, que visa informar e envolver melhor os parceiros de terreno da Garantia Jovem e simultaneamente, sensibilizar os jovens sobre a plataforma, mobilizando a sociedade e diversos parceiros de forma mais alargada.

A partir do mês de fevereiro, a Soflusa apoiou a divulgação da campanha de sensibilização junto dos seus colaboradores, dos seus clientes e da população em geral, em especial dos jovens que não se encontrem a estudar, a trabalhar ou em formação.

c) Iniciativas da Direção-Geral do Património Cultural

A Soflusa apoiou, gratuitamente, a divulgação online das iniciativas "Dia Internacional dos Monumentos e Sítios - 18 de abril", "Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus - 18 e 19 de maio", "Festa do Património - 9 de junho" e "Jornadas Europeias do Património - 28, 29 e 30 de setembro".

Em contrapartida, a Direção-Geral do Património Cultural comprometeu-se a inserir a marca em todos os materiais, suportes, meios e plataformas informativos e promocionais das iniciativas.

d) Plataforma REDE | Ligações solidárias

Em maio, o Metropolitano de Lisboa lançou a plataforma solidária REDE [Renascer, Erguer, Dedicar, Envolver]: um mercado solidário digital que pretende diminuir o tempo e a distância entre doadores (particulares ou entidades coletivas, públicas ou privadas) e entidades beneficiárias (Autarquias, IPSS, ONG, etc.) que registam, na plataforma, os bens e serviços necessários à população que auxiliam.

A Soflusa, cumprindo com a sua missão de serviço público, desenvolvendo a sua política de sustentabilidade e valorizando o seu compromisso ético e social, apoiou e promoveu esta iniciativa, criada para ligar os que mais precisam àqueles que, de forma voluntária, querem ajudar.

e) *"Lisbon Music Fest"*

A Soflusa apoiou a divulgação online da 4.ª edição do *"Lisbon Music Fest"*, iniciativa anual promotora da cultura e do intercâmbio de jovens músicos de todo o mundo que, de 12 a 28 de julho, levou concertos gratuitos a vários monumentos e emblemáticos locais de Lisboa, bem como a outras cidades de Portugal.

C. Comunicação Institucional:

- Eventos;

n.a.

- Publicações Oficiais;

Entrada em vigor a 1 de setembro do Código de Conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho.



D. Comunicação Externa:

- Eventos e campanhas;

"Jazz na Rua" no Terminal fluvial do Barreiro

Na manhã de 17 de setembro, entre as 7h e as 9h, o terminal fluvial do Barreiro recebeu a iniciativa "Jazz na Rua", permitindo aos passageiros e utilizadores do terminal desfrutarem da boa energia dos sons musicais da Escola de Jazz do Barreiro

- Informações e comunicados;

a) Alteração das condições gerais do Cartão Lisboa Viva

A Soflusa, a par dos operadores que compõem a OTLIS, veiculou, online, informação relativa às novas Condições Gerais do Cartão Lisboa VIVA, decorrentes da entrada em vigor do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (com efeitos a partir de 25 de maio de 2018).

b) Alargamento do desconto de 25% do Lisboa Viva 4_18

A Soflusa, a par dos vários operadores de transporte, veiculou, online, informação relativa à extensão do desconto de 25% no valor do título de transporte a todas as crianças estudantes com idade inferior ou igual a 18 anos, que não frequentem o ensino superior e que não se encontrem abrangidos pelo transporte escolar (Portaria n.º 249-A/2018)

c) Tarifário 2019

A 21 de dezembro, a Soflusa iniciou a divulgação do Tarifário 2019 junto dos seus passageiros, quer através do seu site quer através de Informação ao Cliente específica veiculada nos terminais e estações fluviais.

- Iniciativas, apoios e parcerias / Temas abordados;

a) Projeto MOVE-SE

Dando seguimento à colaboração iniciada em 2017, a Soflusa apoiou, durante o primeiro semestre do ano, a realização de várias ações de rastreio do Projeto MOVE-SE, da responsabilidade do GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos, junto do Terminal fluvial do Barreiro.

Autorizando o estacionamento gratuito da unidade móvel de rastreios, a empresa contribuiu para a divulgação do projeto, para a realização de rastreios e distribuição de material informativo e preventivo.

b) Rock in Rio Lisboa 2018

Na 8.ª edição do Rock in Rio - 23, 24, 29 e 30 de junho - a Soflusa garantiu ligações à Cidade do Rock durante o seu normal horário de funcionamento, mantendo-se a postos para, em caso de procura, realizar serviço especial (após últimas carreiras) na ligação fluvial do Barreiro.



A par do reforço de oferta, a Soflusa fez-se representar no stand "Transportes Públicos", existente no interior do recinto, através de voluntários que prestaram informação sobre oferta e horários do transporte pública fluvial.

c) Protocolo de colaboração «Comunicação em Saúde: *Everyone, Everywhere, Every day*»

No dia 20 de julho, a Transtejo/Soflusa assinou, a par de outras oito empresas de transporte público, o protocolo de colaboração com a Direção Geral de Saúde «Comunicação em Saúde: *Everyone, Everywhere, Every day*», iniciativa, que visou divulgar campanhas de promoção de saúde junto de todos os cidadãos, tornando mais próxima e acessível informação relevante, útil para uma vida saudável.

d) *"World Bike Tour"* 2018

A Soflusa apoiou, no dia 5 de agosto, a realização do *"World Bike Tour 2018"*, tendo autorizado o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo) por navio em determinados horários da ligação fluvial do Barreiro.

e) Lisboa Ciclável

A Soflusa apoiou a realização do evento "Lisboa Ciclável", organizado pela FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, tendo autorizado, no dia 16 de setembro, o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados horários da ligação fluvial do Barreiro.

f) Campanha Passe a Passe 2018

No dia 19 de setembro, no âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, a Área Metropolitana de Lisboa lançou uma campanha de promoção da utilização do transporte público, em parceria com vários operadores de transporte.

A Campanha Passe a Passe 2018 destinou-se a quem nunca usou o sistema e a quem não carregava títulos mensais há mais de 12 meses. Através desta iniciativa, na qual a Soflusa participou ativamente, foi oferecido o segundo mês de passe aos novos utilizadores do cartão Lisboa Viva.



g) 7ª edição do OPEN HOUSE Lisboa

Nos dias 22 e 23 de setembro, a Soflusa "abriu as portas" do seu Terminal fluvial do Terreiro do Paço, para visitas guiadas a este espaço de grande valor arquitetónico e cultural da cidade de Lisboa. Iniciativa inserida na 7ª edição do OPEN HOUSE Lisboa, organizada pela Trienal de Arquitetura de Lisboa, a qual pretendeu dar a conhecer, de forma gratuita, 84 espaços de referência na cidade.

As visitas guiadas ao Terminal fluvial do Terreiro do Paço, contaram com os testemunhos pessoais dos arquitetos e artistas responsáveis pela obra do atual terminal.

h) Evento "Combina e Move-te"



No dia 29 de setembro, a cidade de Lisboa encerrou as comemorações da Semana Europeia da Mobilidade 2018 com um grande evento que reuniu todos os operadores de transporte de passageiros e as principais entidades, empresas e marcas de mobilidade, inovação, ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida. Sob o mote "Combina e Move-te", a Avenida da Liberdade tornou-se o grande palco da mobilidade sustentável e da vida saudável.

Sob o lema "Mobilidade sustentável, proteção do rio e do ambiente", a TTSL marcou presença nesta iniciativa, com um espaço próprio original e promoveu, de forma lúdica e divertida, o transporte público fluvial e as travessias do Tejo.

i) Festival Bicicleta Solidária 2018

A Soflusa apoiou a realização do evento "Festival Bicicleta Solidária", organizado pela FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta. No dia 28 de outubro, foi autorizado o transporte excecional de 20 bicicletas (n.º máximo), por navio, em determinados horários da ligação fluvial do Barreiro.

j) Chave Móvel Digital

No dia 11 de dezembro, o terminal fluvial do Terreiro do Paço recebeu a campanha "Chave Móvel Digital", um método de autenticação alternativo, simples e seguro que permite o acesso a diversos sites públicos e também a alguns privados, apenas com um nome de utilizador e um pin.



Esta ação da responsabilidade da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), acolhida no âmbito da estratégia de responsabilidade social da empresa, permitiu sensibilizar e informar os passageiros da ligação fluvial do Barreiro.

E. Comunicação Interna / Temas abordados:

a) Alterações remuneratórias decorrentes da Lei do Orçamento de Estado 2018

No início de janeiro, a Soflusa divulgou internamente – email via "Comunicação Interna", artigo na Intranet e cartazes nos principais espaços sociais da empresa – as alterações remuneratórias decorrentes da entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2018.

b) Dia Internacional da Mulher



No dia 8 de março, a Soflusa assinalou o Dia Internacional da Mulher, destacando a Igualdade de Género, através de uma mensagem ativada na Intranet e enviada, por email, a todos os trabalhadores.

c) Meia Maratona de Lisboa 2018

Como contrapartida do apoio logístico da Transtejo à realização da Meia Maratona de Lisboa, realizada em março, a Soflusa recebeu dorsais de participação para as modalidades Minimaratona e Meia Maratona. Os dorsais foram distribuídos pelos trabalhadores e familiares diretos (marido/mulher, filhos, pais, irmãos, avós), mediante passatempo, veiculado pelos habituais canais de comunicação interna.

d) # 40 dias sem plástico

Em março, a Soflusa iniciou uma campanha digital de sensibilização, junto dos trabalhadores. Sob o mote "# 40 dias sem plástico" e tendo por base curiosidades relacionadas com os hábitos diários, foram apresentados os objetos e as práticas inimigas do ambiente e de um futuro sustentável.

e) Novo RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em maio, com a aplicação do RGPD 2016/679, 27 de abril (de acordo com o artigo 99º), a empresa deu a conhecer a forma como, a partir de 25 de maio, passaria realizar o tratamento de dados pessoais dos seus trabalhadores. Tal informação foi efetuada em suporte digital e suporte papel.

f) Dia Nacional da Energia

No dia 29 de maio, comemorando o Dia Nacional da Energia, a empresa realizou uma campanha de digital (email e Intranet) junto dos trabalhadores através da qual veiculou, ao longo do dia, 8 mensagens sobre consumo sustentável de energia quer em casa quer no trabalho. Numa linguagem factual, prática e acessível e com uma imagem atrativa foram lançados a reflexão desafios tais como: "Sabe quais são os eletrodomésticos com maior consumo na sua casa?", "Quer saber como poupar no consumo de eletricidade?", "Sabe que pode poupar 700€ com uma simples mudança de lâmpada?", "Está a par do consumo de energia nos nossos terminais?", "Conhece as metas da Estratégia Europeia para a Energia?".

g) Dia Mundial do Ambiente



Através de uma imagem disruptiva publicada na Intranet, no dia 5 de junho, a Soflusa chamou a atenção do seu público interno para os oito milhões de toneladas de plásticos que, a cada ano, chegam aos oceanos, ameaçando as vidas marinha e humana.

h) Dia Mundial dos Oceanos

Mantendo o seu esforço na preservação do seu património natural, a Soflusa celebrou a data de 8 de junho através de um artigo, na Intranet, sobre o TOP 10 do Lixo marinho na costa e nas praias. Os objetivos foram sensibilizar e informar o público interno sobre o valor dos rios, mares e oceanos, bem como sobre o risco do designado lixo marinho nos vários ecossistemas.

i) Recrutamento de voluntários - Rock in Rio 2018

No âmbito da participação da Soflusa no stand de representação dos operadores de transporte de passageiros, instalado no interior do recinto, foi lançado o desafio de recrutar 3 voluntários, junto dos filhos dos trabalhadores. A sua missão foi prestar informação sobre a oferta e horários das ligações fluviais, durante os 4 dias do evento.

j) Earth Overshoot Day

No dia 1 de agosto, a Soflusa assinalou, na Intranet, a data em que a pressão anual da humanidade sobre a natureza excede o que os ecossistemas da Terra podem fornecer naquele ano (de acordo com a *Global Footprint Network* (GFN). A associação a este movimento mundial junta-se a outras ações que concorrem para os objetivos estratégicos de sustentabilidade da empresa.

k) Nova marca TTSL

Em final de agosto, alcançadas as condições estruturais para uma nova imagem, foi apresentada a marca TTSL aos trabalhadores. Uma identidade renovada e projetada para o futuro, mais próxima das pessoas, alicerçada numa nova maneira de estar, numa outra forma de comunicar os valores, a memória e o património imaterial da empresa

No início de setembro, a nova marca e os seus elementos gráficos e visuais – logotipo, cores, tipografia, imagética - começou a ser utilizada, dando-se a conhecer através dos suportes e meios de informação e comunicação da empresa, nas interações potenciadas por todos.

l) Dia Nacional da Água



No dia 1 de outubro, a Soflusa assinalou o Dia Nacional da Água com a publicação, na Intranet, de um artigo de sensibilização sobre importância deste recuso natural, analisando as vertentes disponibilidade, consumo, custo, medidas de poupança.

m) Campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal 2018

A já tradicional iniciativa de prevenção de saúde decorreu entre 14 e 30 de novembro, com ações localizadas no Barreiro e no Terreiro do Paço, que facilitaram a adesão de todos os interessados.

n) Dia Nacional do Mar

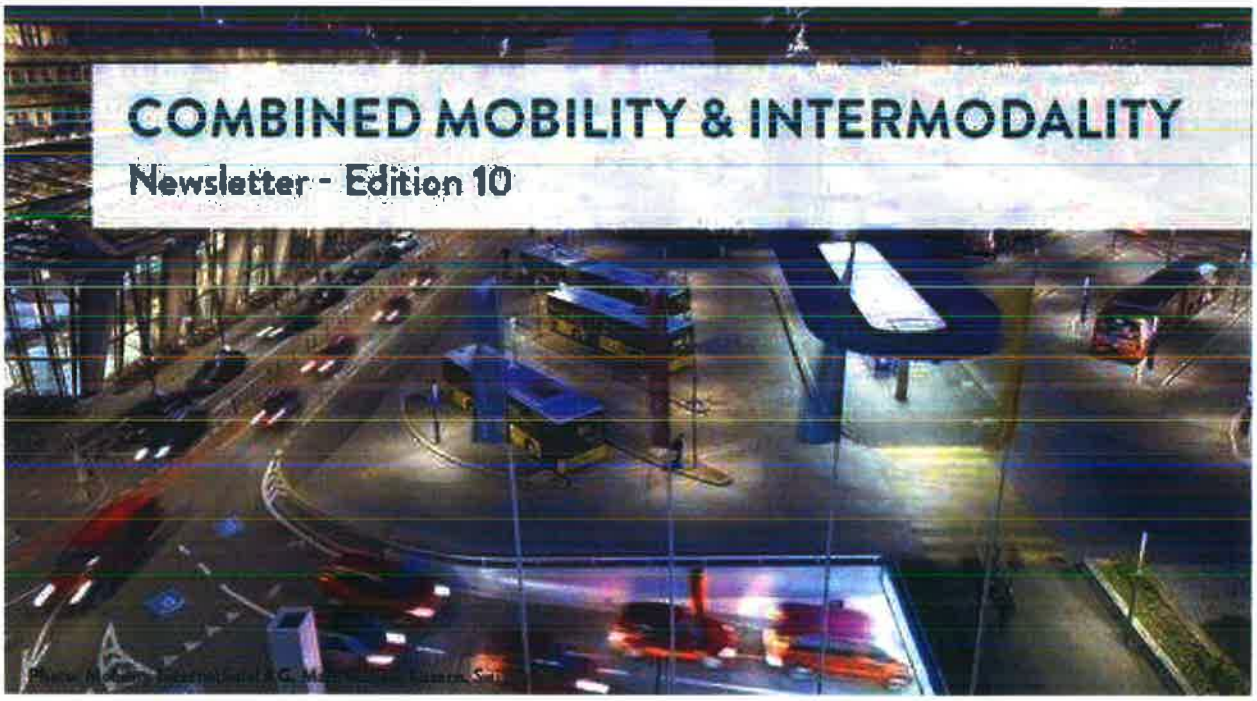
A Soflusa divulgou, na sua Intranet, o conjunto de iniciativas de comemoração do Dia Nacional do Mar, organizado pela Comissão Cultural de Marinha, com o objetivo de assinalar a data e de destacar a importância que o Mar tem em Portugal.

o) Recicle Sempre

Na época de Natal, a Soflusa partilhou, na sua Intranet, a campanha de sensibilização da Sociedade Ponto Verde sobre a reciclagem e o ambiente. Sob o mote "Neste Natal, transforme ideais em gestos reais", foram veiculadas dicas simples, fáceis e divertidas para pôr em prática.

5.7. Relações Internacionais

A Soflusa, através da empresa-mãe Transtejo, assegura a sua participação em organizações internacionais do setor da mobilidade e transporte público de passageiros, nomeadamente, na CEEP e na UITP. Nesta última, a empresa integra a *Waterborne Transport Platform*, na qual se promove a partilha de práticas essenciais para o incremento do negócio e o conhecimento das melhores práticas internacionais, potenciando o desenvolvimento da sua atividade.



6. Gestão de Pessoas

6.1. Gestão do Efetivo

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto e, no âmbito do processo de autonomização das empresas, anteriormente sob gestão conjunta, foi necessário, ao longo de 2018, continuar o processo de recomposição de uma nova estrutura organizacional, promovendo a reorganização interna, no sentido do dimensionamento do efetivo às reais necessidades, tendo em conta o seu nível de atividade e de forma a garantir uma organização eficiente.

Destaca-se o esforço desenvolvido para otimizar os recursos da Transtejo e da Soflusa, mantendo o projeto de gestão conjunta das entidades que compõem o Grupo Transtejo.

	Δ 18/17		2018	2017	2016
Efetivo médio	-5,6%	-8	135	143	145
N.º efetivos - 31.DEZ	-4,3%	-6	133	139	145

Tabela 11 - Gestão do Efetivo (2016-2018)

Quanto à movimentação de pessoas, não se verificaram entradas, tendo-se registado um total de 6 saídas, sendo que:

- 5 por motivo de reforma;
- 1 por mobilidade funcional - pluralidade de empregadores acordada com um trabalhador da Soflusa que passou a ser considerado no efetivo da Transtejo.

	18/17	17/16	16/15
Variação do nº efetivos a 31.DEZ	-6	-6	-2

Tabela 12 - Variação do número de efetivos (2016-2018)

Os gráficos seguintes apresentam a caracterização do efetivo, em 31 de dezembro de 2018, por faixa etária e área de atividade.

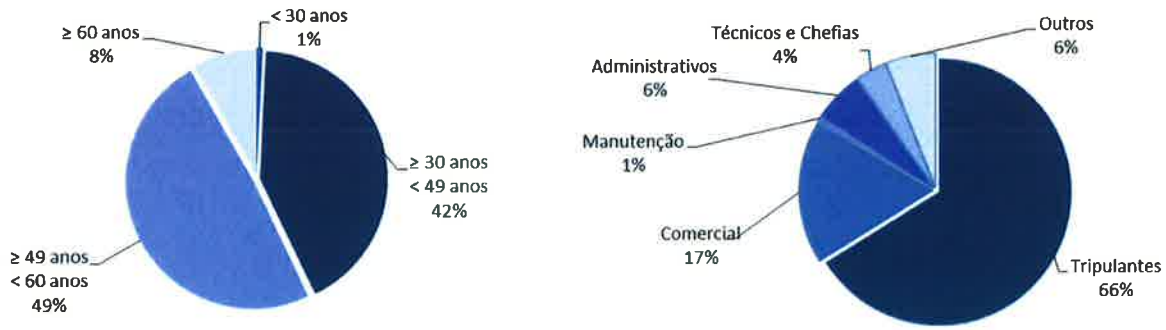


Gráfico 3 - Distribuição do efetivo, por faixa etária e área de atividade a 31 de dezembro de 2018

O quadro seguinte caracteriza o efetivo, em 31 de dezembro de 2018, por género, faixa etária e área de atividade.

SOFLUSA	2018		
	Homens	Mulheres	Nº Efetivos
Tripulantes	**88**	**-**	**88**
menos de 30 anos	1	-	1
entre 30 e 48 anos	32	-	32
entre 49 e 59 anos	46		46
60 ou mais anos	9	-	9
Comercial	**15**	**8**	**23**
menos de 30 anos	-	-	-
entre 30 e 48 anos	10	5	15
entre 49 e 59 anos	5	2	7
60 ou mais anos	-	1	1
Manutenção	**1**	**-**	**1**
menos de 30 anos	-	-	-
entre 30 e 48 anos	1	-	1
entre 49 e 59 anos	-	-	-
60 ou mais anos	-	-	-
Administrativos	**2**	**6**	**8**
menos de 30 anos	-	-	-
entre 30 e 48 anos	1	5	6
entre 49 e 59 anos	1	1	2
60 ou mais anos	-	-	-
Técnicos e Chefias	**5**	**-**	**5**
menos de 30 anos	-	-	-
entre 30 e 48 anos	1	-	1
entre 49 e 59 anos	3	-	3
60 ou mais anos	1	-	1
Outros	**8**	**-**	**8**
menos de 30 anos	-	-	-
entre 30 e 48 anos	1	-	1
entre 49 e 59 anos	7	-	7
60 ou mais anos	-	-	-
TOTAL	**119**	**14**	**133**

Tabela 13 - Efetivos por área de atividade, género e faixa etária a 31 de dezembro de 2018

Os dados apresentados permitem extrair as seguintes conclusões:

a) 83% dos efetivos estão afetos às áreas operacionais (Tripulantes 66%; Comercial 17%);
b) 57% dos trabalhadores têm mais de 48 anos de idade, sendo que 49% dos trabalhadores se encontram na faixa etária compreendida entre os 49 e os 60 anos de idade;
c) Apenas 11% dos trabalhadores são do género feminino, estando estes, exclusivamente, afetos às áreas Comercial (8) e Administrativa (6).

6.2. Princípio de Igualdade do Género

No quadro da sua política de gestão, a Soflusa observa os princípios de igualdade e de não discriminação entre homens e mulheres no sentido de dar o seu contributo para que a Sociedade seja mais equilibrada, justa, inclusiva e coesa.

Estão identificados os aspetos que evidenciam a persistência das desigualdades de género e o ritmo lento das evoluções ocorridas globalmente, sublinhando que: as disparidades de género na população ativa e nas taxas de emprego diminuíram apenas marginalmente; as mulheres jovens enfrentam o maior risco de desemprego; a

qualidade do emprego das mulheres continua a ser um desafio; as diferenças entre homens e mulheres na distribuição das tarefas não remuneradas e nos cuidados significam que há uma maior probabilidade das mulheres trabalharem menos horas numa atividade remunerada de qualquer natureza; com as tendências atuais serão necessários 70 anos para eliminar as disparidades salariais de género; e as desigualdades no trabalho entre homens e mulheres resultam em disparidades de género no acesso à proteção social, nomeadamente nas prestações por maternidade e de velhice.

Importará, por isso, continuar a assumir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres como um compromisso e uma prioridade estratégica e tê-la em consideração em todos os aspetos da tomada de decisão. A existência de condições que promovam a igualdade de género nas organizações e, de forma mais abrangente, a diversidade, permite que as pessoas, individualmente e integradas em equipas, se revelem mais criativas, com níveis mais elevados de motivação, de realização e de satisfação, mais produtivas e mais capazes de corresponder aos objetivos e aos desafios colocados às e pelas entidades empregadoras.

Trata-se de uma relação "*win-win*": organizações mais conscientes da importância da afirmação de uma cultura coletiva de responsabilidade social e justiça, que incorporam nas suas estratégias de gestão os princípios de igualdade e de não discriminação entre mulheres e homens, e que obtêm, por esta via, o melhor aproveitamento de todo o potencial existente nas pessoas, fazendo prevalecer o talento em detrimento de estereótipos infundados, têm trabalhadores e trabalhadoras mais produtivos/as, empenhados/as e felizes e são agentes mais fortes de desenvolvimento económico e social e, em regra, também, mais bem-sucedidas, mais sustentáveis e, de forma crescente, mais valorizadas e a merecer a preferência e a confiança de clientes e restantes "*stakeholders*".

A Soflusa, integrando o Grupo Transtejo, predispôs-se, à medida que os documentos estratégicos são revistos, bem como na comunicação interna/ externa, produzida, editada e distribuída, incorporar princípios de igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, adotando linguagem inclusiva (escrita, não escrita e em imagens).

Destaca-se, também, a entrada em vigor, a 1 de setembro de 2018, do Código de Conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho.

A prossecução desta estratégia está, porém, condicionada à especificidade de grande parte das funções desempenhadas pelo efetivo da Soflusa, maioritariamente relacionadas com a área marítima, designadamente pelas tripulações (mestres, maquinistas e marinheiros), cuja atividade é, tradicionalmente, desempenhada por homens, e em que o número de pessoal do género feminino habilitado é, ainda, reduzido.

Tal justifica que no final de 2018, conforme evidenciado na Tabela 13 apresentada anteriormente, do universo de 133 efetivos que integram a Soflusa, 89,5% (119 trabalhadores) são do género masculino e apenas 10,5% (14 trabalhadoras) são do género feminino.

De acordo com o n.º2, da RCM n.º18/2014, de 5 de março, que determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, apresenta- se no quadro seguinte o valor dos Gastos de Pessoal do ano em análise, por género.

Remunerações Pagas	Homens	Mulheres	Total 2018
Remunerações Orgão Sociais	-	324	324
Remunerações do Pessoal	2 547 230	238 464	2 785 695
Indemnizações	-	-	-
Encargos sobre remunerações	628 996	58 373	687 369
Outros Gastos com Pessoal - *Processamento*	259 280	15 263	274 543
Total Remunerações Pagas	**3 434 878**	**313 053**	**3 747 931**

Tabela 14 - Remunerações pagas em 2018, por género

6.3. Política Salarial

Ao setor público empresarial aplicou-se, em 2018, e nos termos do artigo 21.º da LOE 2018, o disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, considerando-se repostos os direitos adquiridos na sua totalidade desde 1 de janeiro de 2018.

Relativamente às categorias profissionais não previstas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho foi aplicável o disposto no artigo 18.º da LOE 2018.

Em 2018, o subsídio de Natal voltou a ser pago, na sua totalidade, no mês de novembro.

No ano em análise e no que respeita aos gastos com pessoal, verificou-se um aumento de 2,9%:

	Δ 18/17		2018	2017	2016
Gastos com Pessoal	2,9%	114	4 067	3 953	3 678
Massa Salarial	-1,3%	-42	3 115	3 156	2 937

Tabela 15 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2016-2018)

Este acréscimo reflete o impacto da aplicação plena do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme determinado no artigo 21.º da LOE 2018, bem como do processo de revisão salarial para 2018.

- ✓ Com base no artigo 18.º da LOE 2018, e após adequada apreciação favorável e propostas apresentadas pelas respetivas hierarquias, foi possível proceder à alteração obrigatória do posicionamento remuneratório de técnicos para níveis superiores da respetiva categoria profissional, retomando o processo de progressão de carreiras que se encontrava impedido desde de 2011, por questões legais.
- ✓ Salienta-se, igualmente que, com efeitos a 01 de julho de 2018, foram repostos em 50% os direitos adquiridos, relativamente a matérias abrangidas pelos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme estabelecido no artigo 21.º da Lei do OE2018.
- ✓ Neste sentido, conforme enquadrado no AE da Soflusa e tendo por base adequada apreciação favorável e propostas apresentadas pelas respetivas hierarquias, foi possível proceder à promoção de técnicos administrativos para as categorias imediatamente superiores, retomando o processo de progressão de carreiras impedido desde 2011, por questões legais.
- ✓ Refira-se, ainda, a reposição na sua totalidade, dos direitos adquiridos dispostos em instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, conforme estabelecido no artigo 23.º da Lei do OE2018.

- ✓ Adicionalmente, decorreu um processo de revisão salarial que resultou num acordo entre a Soflusa e os Sindicatos representativos dos trabalhadores, datado de 8 de junho, sendo que a 1.ª fase deste teve efeitos no processamento salarial de junho de 2018.

6.4. Formação

Neste ano, o volume de formação (aferido em número de horas) registou uma diminuição de 68%, quando comparado com 2017, atingindo um total de 153 horas de formação.

O número de ações de formação sofreu uma redução (de 25 para 19). Consequentemente, verificou-se uma diminuição no número de participações, de 56 para 40 (-29%), quando comparado com o período homólogo.

Formação	Δ 18/17		2018	2017	2016
Horas de Formação	-68%	-324	153	477	449
Ações de Formação	-24%	-6	19	25	52
Participantes em Formação	-29%	-16	40	56	99

Tabela 16 - Formação – Horas, ações e participações (2016-2018)

6.5. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.5.1. Horário de Trabalho

No que se refere à distribuição dos trabalhadores pelo tipo de horário, a grande maioria está afeta a horários por turnos (86%), devido à natureza da atividade, sendo que os restantes trabalhadores estão afetos a horários flexíveis, fixos, ou sujeitos a regime de isenção de horário de trabalho.

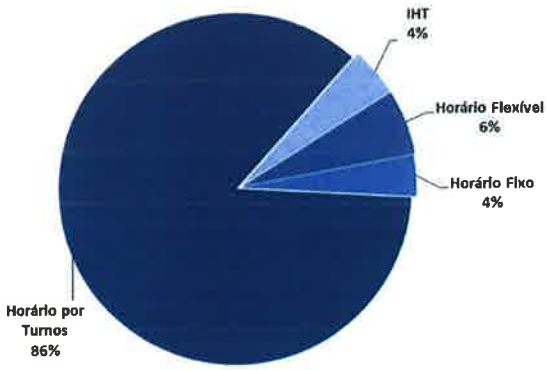


Gráfico 4 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2018

6.5.2. Taxa de Absentismo

	18/17	2018	2017	2016
Taxa de Absentismo	2,33 pp	8,90%	6,57%	7,31%

Tabela 17 - Evolução da Taxa de Absentismo (2016-2018)

A taxa de absentismo sofreu um incremento de 2,33 pp face ao ano anterior, explicado pelo aumento do absentismo de longa duração, nomeadamente doença e acidentes de trabalho, sendo que o maior motivo de ausência é por doença, com 65%, conforme se evidencia no gráfico seguinte.

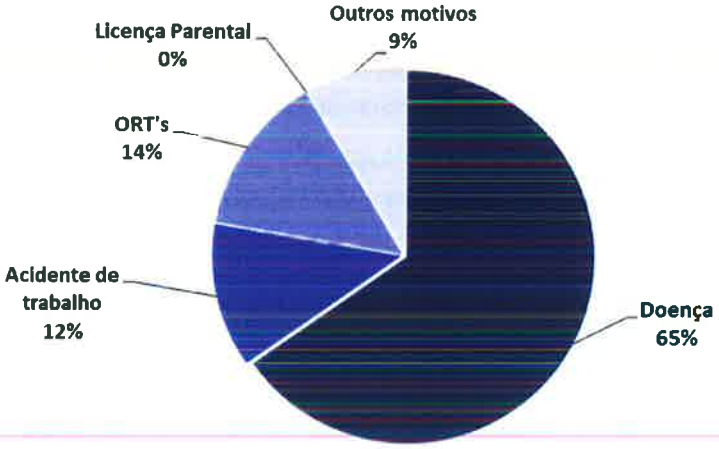


Gráfico 5 - Causas do absentismo - 2018

6.5.3. Horas Trabalhadas

O número de horas trabalhadas encontra-se associado à Taxa de absentismo, pelo que este indicador decorre do aumento das horas de ausência evidenciadas no ponto anterior.

	Δ 18/17		2018	2017	2016
N.º Horas Trabalhadas	-3,0%	-7 712	245 961	253 673	253 254

Tabela 18 - Horas Trabalhadas (2016-2018)



7. Situação Económica e Financeira

7.1. A Soflusa como Entidade Pública Reclassificada

Com base na análise dos dados estatísticos de 2012 que aferiram, através do Rácio de Mercantilidade, o baixo grau de autonomia financeira e insuficiência de meios financeiros próprios gerados pela sua atividade, desde abril de 2013 que o Instituto Nacional de Estatística incluiu a Soflusa no perímetro das Administrações Públicas, na lista de Entidades Públicas Reclassificadas, equiparada a Serviço e Fundo Autónomo.

Desta reclassificação decorreram impactos relevantes para a Soflusa em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação específica, aplicável com efeitos ao longo dos exercícios de 2013 a 2018:

a) Lei do Orçamento de Estado aprovada para cada ano económica (Em 2018: Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Lei do OE 2018);

b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2014 de 10 de julho), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças:

   a. Em 2018: No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2019, dando cumprimento às orientações transmitidas através da Circular DGO n.º 1390, de 08 de agosto de 2018;

   b. No âmbito da execução do OE (de 2018): reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 33/2018, de 15 de maio);

c) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

No exercício de 2018 foi dada continuidade ao cumprimento do conjunto de obrigações acima referido, em linha com os processos implementados desde 2014, que visaram o desenvolvimento interno de mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte à Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e da Transição Energética - SG MATE) e à DGO.

7.2. Adoção do SNC-AP

Destaca-se neste ano em particular, o desafio colocado à Soflusa, decorrente das reformas em curso no sistema de Contabilidade Pública, pela necessidade de adoção pela 1ª vez, do SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de outubro.

O referido diploma determinou que durante o exercício de 2018 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições técnicas para adoção deste referencial contabilístico, impondo-se esta mudança pela necessidade de permitir uma visão integrada, através de um processo de consolidação de contas, que proporcione uma compreensão completa das finanças das Administrações Públicas.

O SNC-AP constitui uma aproximação ao Sistema de Normalização Contabilística em vigor nas empresas privadas, com as necessárias adaptações ao Setor Público, contemplando 3 subsistemas da contabilidade pública:

Contabilidade Orçamental

- Ótica da Despesa / Receita (Registo de todas as fases, ex: Cabimento / Compromisso / Obrigação / Pagamento)
- Destaque para a NCP 26 – Que inclui requisitos para a consolidação orçamental;
- Apresentação de uma classe de contas própria (classe 0) e Classificadores Orçamentais da Despesa / Receita

Contabilidade Financeira

- Contabilidade patrimonial (Ativos, Passivos, Gastos e Rendimentos) / Adotando plano de contas nacionais, semelhante ao utilizado no setor privado (SNC / IFRS);

Contabilidade de Gestão

- Integra os modelos de Contabilidade Analítica e Investimentos (projetos)
- Destaca-se a NCP 27
- Possibilidade de integração com o modelo de orçamentação por programas (Sistema ABC)

A adoção do SNC-AP na Soflusa, implicou a coexistência dos 3 subsistemas de contabilidade (Orçamental, Financeira e de Gestão) num mesmo sistema de informação, suportando toda a informação necessária para assegurar os reportes de execução orçamental, a par do apuramento de resultados e contabilização de Ativos e Passivos.

Para permitir o cumprimento destes requisitos foi necessário assegurar a substituição dos sistemas informático de apoio (software AGRESSO / contabilidade e funcionalidades de gestão orçamental no Workflow), por um novo Sistema de Informação, o ERP (*Enterprise Resource Planning*) Primavera.

Nesse sentido, com início em janeiro de 2018, foi empreendido um elevado esforço de parametrização do referido ERP e recuperação de dados históricos, com início no processo de aquisição de bens e serviços, envolvendo de forma muito específica as áreas da Contratação e da Gestão Financeira (Contabilidade e Operações Financeiras).

Como qualquer mudança, este exigiu uma adaptação e reflexão sobre os processos internos, no sentido da sua melhoria, salientando-se a importância da participação em ações de formação promovidas pelo INA e pela Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

A motivação para este desafio residiu, essencialmente, na expectativa de obter, a curto prazo, ganhos de produtividade e simplificação de processos, obtendo informação sistematizada e de melhor qualidade, para assegurar uma gestão orçamental eficaz, um apuramento de resultados financeiros coerente e o cumprimento dos reportes a que a empresa se encontra obrigada.

O objetivo e compromisso assumido junto da UNILEO (entidade que procede à monitorização da adoção do SNC-AP) foi de entrar em plena adoção do novo referencial a partir do exercício de 2019, tendo sido possível recuperar e validar no novo ERP, todos os dados contabilísticos, financeiros e orçamentais referentes ao exercício de 2018, assegurando o cumprimento desta imposição legal por parte da Soflusa, dando desse modo, o seu contributo para a correta aferição das contas públicas.

7.3. Fluxos Financeiros

euros €

Resultados	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Total de Rendimentos Operacionais	**339 743**	**3**	**12 693 468**	**12 353 725**	**11 500 782**
Prestação de Serviços	648 693	7	9 644 513	8 995 820	8 459 077
Subsídios à Exploração	115 712	22	650 017	534 306	506 197
Reversões	(3 500)	(100)	-	3 500	-
Outros Rendimentos e Ganhos	(421 162)	(15)	2 398 938	2 820 100	2 535 509
Total de Gastos Operacionais	**469 636**	**3**	**14 312 116**	**13 842 479**	**12 776 506**
Custo Matérias Consumidas	671 649	22	3 658 293	2 986 644	2 896 742
Fornecimentos e Serviços Externos	308 126	9	3 785 654	3 477 527	3 469 739
Gastos com o Pessoal	114 085	3	4 066 868	3 952 783	3 677 613
Imparidade Inventários	(14 797)	(100)	-	14 797	14 417
Provisões	(573 826)	(92)	52 500	626 326	65 031
Amortizações	53 126	2	2 578 368	2 525 242	2 566 133
Outros Gastos e Perdas	(88 727)	(34)	170 433	259 160	86 831

Tabela 19 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2016-2018)

O desempenho económico e financeiro da Soflusa, no ano de 2018 face a 2017, caracterizou-se essencialmente pelo seguinte:

a) Incremento em 2,8% (+340 mil €) dos **Rendimentos Operacionais**, devido ao aumento de 7,2% (+648 mil €) na **Prestação de Serviços** e de 21,7% (+116 mil €) nos **Subsídios à Exploração.** Esta melhoria é consequência do aumento da Receita Tarifária (vide ponto 4.1.3 deste Relatório) e, correlacionado com o incremento na venda de títulos, pelo aumento das Compensações Tarifárias (ponto 7.4) em 39,1% (+116 mil €);

b) Comportamento inverso é observado pela rúbrica **Reversões** (-3,5 mil €), inexistentes em 2018, e a redução em 14,9% (-421 mil €) em **Outros Rendimentos e Ganhos**; redução de 36,7% (-233 mil €), face a 2017, dos rendimentos com o Afretamento de Navios (à Transtejo), bem como pela inexistência de quaisquer Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros (-144 mil €, de acordo com a Tabela 27 - ponto 7.9.2 deste Relatório);

c) Os **Gastos Operacionais**, tal como em 2017, inverteram a trajetória descendente dos últimos anos, com um acréscimo de 3,4% (+470 mil €), consequência (vide ponto 7.9.3 deste Relatório) do aumento em:

   i. 22,5% (+672 mil €), na rubrica de **Custo Matérias Consumidas**;

   ii. 8,9% (+308 mil €) em **Fornecimentos e Serviços Externos**;

   iii. 2,9% (+114 mil €) na rubrica **Gastos com o Pessoal**, como detalhado no ponto 6.3 deste Relatório;

   Em sentido inverso registou-se uma diminuição de 91,6% (-574 mil €) nas **Provisões**;

d) Têm-se mantido as dificuldades desta empresa em reverter a situação de défice de exploração, associado ao elevado custo dos fatores de produção - destacando-se o gasóleo (o principal recurso consumido na atividade de exploração), as intervenções de manutenção na frota de navios e pontões e os custos da estrutura de recursos indispensáveis à prestação do serviço - verificando-se a recorrente insuficiência de receitas diretas da atividade para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais;

e) Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado com o Apoio do Acionista Transtejo, através de empréstimo a Médio/Longo Prazo para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimento.

Em 2018, os *cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço público mantiveram a trajetória negativa, fruto da recorrente insuficiência em gerar receitas diretas da atividade, para cobrir a despesa associada à estrutura de Gastos Operacionais, pelas razões anteriormente referidas.

euros €

DEMONSTRAÇÃO dos FLUXOS CAIXA	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Fluxo Atividades Operacionais	952 118	(46,2)	(1 110 848)	(2 062 966)	(1 597 191)
Fluxo das Atividades de Investimentos	(1 028 657)	132,2	(1 806 602)	(777 946)	(93 985)
Fluxo das Atividades de Financiamento	207 012	4,6	4 703 055	4 496 043	(21)
Variação de caixa e seus equivalentes	130 474	7,9	**1 785 604**	**1 655 131**	**(1 691 198)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 655 131	117,0	**3 069 591**	**1 414 460**	**3 105 657**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 785 604	58,2	**4 855 195**	**3 069 591**	**1 414 460**

Tabela 20 - Variação de caixa e seus equivalentes (2016-2018)

7.4. Modelo de Financiamento

Após um período em que o modelo de financiamento era suportado pela contratação sucessiva de linhas de crédito obtidas na banca comercial, foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6 M€, prestado pelo Estado Português à Transtejo (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas em financiamento de M/L Prazo.

Esta operação visou o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

O modelo de financiamento em vigor é caracterizado pela concentração de novos financiamentos em empréstimos de M/L prazo a obter junto da Transtejo, para fazer face às necessidades de Tesouraria Corrente.

No final de 2018, o montante em dívida ascendia a 4.791 mil €.

O apoio financeiro obtido no exercício de 2018, ascendeu a 4.703.055€ (foram efetuados dois desembolsos: 2.200.000€ em junho e 2.503.055€ em novembro).

Destaca-se ainda, a realização em dezembro de 2018, de um aumento de capital em espécie, por conversão de créditos detidos pela Transtejo, no montante de 15.000.000€. Esta operação visou dar cumprimento às medidas de recomposição do capital próprio da Soflusa conforme adiante se explicará e conduziu a redução do passivo financeiro da empresa, conforme se demonstra na variação do endividamento:

euros €

ENDIVIDAMETO	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Bancário - Curto Prazo	-	-	-	-	-
Accionista TRANSTEJO - Curto Prazo	-	-	-	-	-
Accionista TRANSTEJO - M/L Prazo	(10 535 190)	(68,7)	4 790 758	15 325 948	11 557 736
Total	**(10 535 190)**	**(68,7)**	**4 790 758**	**15 325 948**	**11 557 736**

Tabela 21 - Endividamento (2016-2018)

7.5. Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2014 constituiu o último ano de vigência do Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CPSP) celebrado entre o Estado e a Soflusa em 21 de setembro de 2012, no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar pela Soflusa no período 2012-2014.

No âmbito do referido CPSP, foram fixados os montantes das compensações financeiras mínimas por passageiro.km transportado, garantindo desse modo o apoio financeiro do Estado à prestação do serviço público de transporte.

Durante os exercícios de 2015 a 2018, a Soflusa deu continuidade à exploração do serviço público de transporte de passageiros na ligação do Barreiro a Lisboa na forma anteriormente contratualizada, assegurando o mesmo nível de oferta e no respeito pelas condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança que estiveram subjacentes ao período de vigência do CPSP.

Não existindo qualquer compensação previamente fixada, os montantes de Indemnizações Compensatórias transferidos para a Soflusa foram substancialmente reduzidos, sem correspondência direta com a compensação financeira unitária por passageiro.km transportado.

Na tabela seguinte apresenta-se o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio direto à Soflusa durante os exercícios de 2016 a 2018:

euros €

RENDIMENTOS DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Indemnizações Compensatórias	(1)	(0,0)	238 678	238 679	238 679
Prog. Apoio Integrado a Idosos (PAII)	-	-	0	0	0
4_18 e Sub-23	47 712	31,3	200 286	152 574	123 725
Passe Social +	68 001	47,5	211 053	143 052	143 793
Outros Subsídios	-	-	0	0	0
TOTAL	**115 713**	**21,7**	**650 017**	**534 306**	**506 197**

Tabela 22 - Rendimentos de Subsídios à Exploração (2016-2018)

Relativamente ao montante atribuído em 2018 (650 mil €) + IVA, a sua distribuição, entre indemnização compensatória e compensações tarifárias aos títulos subsidiados, foi determinada através da RCM n.º 150/2018.

7.6. Investimentos

A análise do quadro seguinte permite verificar que no ano de 2016, a despesa de investimento realizada tinha sido residual, correspondendo, exclusivamente, ao remanescente do investimento no projeto plurianual de aquisição

de balsas pneumáticas, para substituição de balsas rígidas, dando cumprimento à legislação em matéria de meios de salvação das embarcações.

Em 2017 foi possível retomar os projetos de Grande Beneficiação da Frota, tendo a despesa de investimento correspondido a grandes revisões dos motores das embarcações (683 mil €) com o principal objetivo de repor os recursos operacionais para assegurar os níveis de oferta programada.

Em 2018, dando continuidade a essa estratégia de recuperação dos principais ativos de exploração, o incremento do investimento na frota de navios foi de 125% (+855 mil € comparativamente a 2017), destacando-se ainda a realização de investimento em renovação e beneficiação da Infraestrutura (175 mil €), mais especificamente no terminal fluvial do Barreiro, conforme se evidência no quadro seguinte:

euros €

	2018	2017	2016
Beneficiação Frota (Motores)	**1 537 783**	**682 751**	-
* Navio "Almeida Garrett"	51 199	-	-
* Navio "Fantasia"	70 000	-	-
* Navio "Miguel Torga"	81 485	84 800	-
* Navio "Fernando Namora"	737 236	163 129	-
* Navio "Gil Vicente"	306 499	158 831	-
* Navio "Cesário Verde"	41 950	-	
* 2 MTU Rotáveis	183 994	275 991	-
* Outros Investimentos na Frota	65 419	-	-
Renovação e Beneficiação Infraestrutura (ILD's)	**175 396**	-	-
Terminal do Barreiro	175 396	-	-
Investimentos Correntes	**67 011**	**123 206**	**75 730**
Balsas Pneumáticas	-	-	75 730
Equipamentos de Informação ao Público	48 484	-	-
Software Bilhética		59 434	-
Equipamentos Bilhética	17 159	63 665	-
Equipamentos Sociais	1 368	107	-
TOTAL	**1 780 190**	**805 957**	**75 730**

Tabela 23 - Despesa de Investimento (2016-2018)

7.7. Estrutura Patrimonial

euros €

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	Var. 2018/2017		SNC-AP		IFRS*
	Abs.	%	2018	2017	2017
Ativo	**1 346 900**	**6,6**	**21 761 417**	**20 414 517**	**20 414 517**
Ativos não Correntes	(798 178)	(5,1)	14 710 137	15 508 316	15 508 316
Ativos Correntes	2 145 078	43,7	7 051 279	4 906 201	4 906 201
Património Líquido e Passivo	**1 346 900**	**6,6**	**21 761 417**	**20 414 517**	**20 414 517**
Património Líquido	11 481 045	390,5	14 420 911	2 939 866	(7 026 905)
Passivos não Correntes	(10 482 690)	(64,9)	5 666 316	16 149 006	24 552 339
Passivos Correntes	348 545	26,3	1 674 190	1 325 645	2 889 082

** normativo anterior*

Tabela 24 - Variação do Património (2016-2018)

- **Ativo não Corrente**
  Esta rubrica apresenta uma variação de -5,1% (-798 mil €) contemplando o efeito líquido das Amortizações Acumuladas (incrementadas pelos Gastos de Depreciação e de Amortização do exercício no montante de 2.578 mil € e o total das capitalizações, associadas aos novos Investimentos (+1.780 mil €)) efetuados no exercício.

- **Ativo Corrente**
  O acréscimo de 2.142 mil € reflete, o aumento do saldo de gerência (Caixa e Depósitos Bancários) em 1.786 mil €, refletindo o reforço de financiamento em dezembro, no montante de 1.500 mil €, efetuado pelo Acionista Transtejo. Contempla ainda em um acréscimo do saldo de dividas de terceiros, no montante global de 427 mil €, registado nas rubricas "clientes" e "outras contas a receber", referentes a concessionários de atividades acessórias e ao acréscimo de proveitos relativos a Receita Tarifária.

- **Património Líquido**
  Como nota prévia, importa referir que no âmbito da aplicação do SNC-AP, foram efetuadas reclassificações sobre os dados de 2017, com impacto nesta rubrica de Balanço (no anterior referencial, IFRS, designada "Capital Próprio). As operações de reconciliação encontram-se divulgadas no Anexo às Demonstrações Financeiras - "Divulgação transitória - Reconciliação para o Balanço de abertura de acordo com o SNC-AP"

  De acordo com o referencial contabilístico IFRS, no final de 2017 o Capital Próprio ("Património Líquido" em SNC-AP) apresentava-se negativo, no montante de 7.027 mil €. Verificando-se a situação de Capital Próprio negativo por mais de 3 anos consecutivos, de modo a dar cumprimento ao determinado no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (Decreto-Lei nº 133/2013 de 03 de outubro), foi deliberado pela acionista Transtejo, na Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2017, proceder a uma operação de recomposição do Capital Próprio da Soflusa, através de um aumento de Capital Social em espécie, no montante de 15.000.000 €, por conversão de créditos resultantes de financiamentos anteriormente concedidos.

  De acordo com o referencial SNC-AP, no final de 2018, a Soflusa apresentava Património Líquido positivo, no montante de 14.421 mil €, representando um crescimento de 11.481 mil € no período.

  O aumento do Património Líquido reflete os seguintes efeitos conjugados:

  i. **Aumento de capital**
     No montante de 15.000 mil €, na sequência da operação de recomposição do capital próprio;

  ii. **Agravamento do Resultado Líquido negativo do período**
     No valor de 172 mil€, considerando que o prejuízo de 2018 ascendeu a 1.955.518 €.

  iii. **Aumento dos Resultados transitados negativos**
     No montante de 1.784 mil€, decorrente da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 (1.783.813 €).

  iv. **Outras variações**
     Redução no montante de 1.564 mil€, referente à amortização dos subsídios ao investimento efetuada no período - esta operação decorre da reclassificação (por aplicação do SNC-AP) dos saldos de subsídios ao investimento a reconhecer em períodos futuros (na cadência da depreciação dos bens subsidiados), no montante de 8.403 mil €, anteriormente classificado como diferimentos (em passivo não corrente).

- **Passivo não Corrente**

O Passivo Não Corrente ascende a 5.666 mil €, refletindo uma redução líquida no período no montante de 10.483, associada às seguintes operações:

Provisões - Reforço no montante de 52,5 mil € para fazer face aos riscos decorrentes de processos judiciais em curso;

Financiamentos Obtidos - O valor apresentado (4.791 mil €) representa uma variação do endividamento, face ao início do período, no montante de 10.535 mil € (ver tabela 21), decorrente da redução de 15.000 mil € associada à operação de conversão de créditos; e aumento de 4.703.mil € referente ao novo financiamento obtido em 2018.

- **Passivo Corrente**

O Passivo Corrente apresenta um aumento no montante de 348 mil€ que resulta, essencialmente do aumento de dívidas a fornecedores (+230 mil €) e outras contas a pagar (+133 mil €).

7.8. Gestão de Risco Financeiro

A Soflusa apresenta uma estrutura financeira pouco equilibrada, uma vez que, como referido anteriormente, não consegue gerar receita suficiente para cobrir os seus custos operacionais, pelo que, o Modelo de Financiamento tem vindo, desde 2013, a ser suportado em apoio específico do Acionista Transtejo; para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e para financiamento dos planos de investimento.

De salientar que na sequência desse modelo de financiamento, a Soflusa tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013 e, como se pode verificar na tabela seguinte, permitiu reduzir significativamente os gastos suportados pela empresa com os seus financiamentos.

euros €

Stock da Dívida	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Taxa de Juro	3,32%	2,18%	2,26%	2,26%	2,63%	2,14%	(4,75% a 7,75%)	(2,0% a 7,75%)
Juros Suportados	333 646	292 383	279 098	281 463	475 291	1 752 653	2 306 386	1 768 982
Stock da Dívida	4 790 758	15 325 948	11 557 736	12 805 595	11 187 985	42 049 015	35 945 829	34 066 879

Tabela 25 - Stock da Dívida - Evolução

7.9. Resultados Globais

7.9.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2018, a Soflusa apresenta um Resultado Líquido negativo de 1.956 mil €, representando um agravamento do prejuízo em 9,6%, face ao período homólogo.

Não obstante a Soflusa ter dado continuidade à prossecução de uma política de contenção de custos, durante o ano de 2018, verificou-se, contudo, um aumento nos Gastos Operacionais de 470 mil € (+3,4%) por comparação com 2017.

Este aumento resulta, essencialmente, do aumento de 22,5% (+672 mil €) em Custo Matérias Consumidas e, do incremento de 8,9% (+308 mil €) em Fornecimentos e Serviços Externos, conforme detalhe no ponto 7.9.3 deste Relatório.

euros €

Resultados	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Total de Rendimentos Operacionais	**339 743**	**3**	**12 693 468**	**12 353 725**	**11 500 782**
Prestação de Serviços	648 693	7	9 644 513	8 995 820	8 459 077
Subsídios à Exploração	115 712	22	650 017	534 306	506 197
Reversões	(3 500)	(100)	-	3 500	-
Outros Rendimentos e Ganhos	(421 162)	(15)	2 398 938	2 820 100	2 535 509
Total de Gastos Operacionais	**469 636**	**3**	**14 312 116**	**13 842 479**	**12 776 506**
Custo Matérias Consumidas	671 649	22	3 658 293	2 986 644	2 896 742
Fornecimentos e Serviços Externos	308 126	9	3 785 654	3 477 527	3 469 739
Gastos com o Pessoal	114 085	3	4 066 868	3 952 783	3 677 613
Imparidade Inventários	(14 797)	(100)	-	14 797	14 417
Provisões	(573 826)	(92)	52 500	626 326	65 031
Amortizações	53 126	2	2 578 368	2 525 242	2 566 133
Outros Gastos e Perdas	(88 727)	(34)	170 433	259 160	86 831
Resultado Operacional	**(129 893)**	**9**	**(1 618 647)**	**(1 488 754)**	**(1 275 723)**
EBITDA	(76 767)	(7)	959 721	1 036 488	(273 028)
Resultado Financeiro	**(41 263)**	**14**	**(333 646)**	**(292 383)**	**(279 098)**
Resultado Líquido	**(171 705)**	**10**	**(1 955 518)**	**(1 783 813)**	**(1 557 310)**

Tabela 26 - Resultados (2016-2018)

Assinala-se, contudo, em linha com o verificado em 2017, um crescimento dos Rendimentos Operacionais (+2,8%; +340 mil €), conforme se explica no ponto seguinte deste Relatório.

7.9.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Da observação do gráfico seguinte, pode constatar-se alguma ligeira evolução positiva no valor da receita proveniente do serviço público de transporte. É, porém, também evidenciado, o impacto da redução das indemnizações compensatórias desde 2014 (último ano de vigência do contrato de prestação do serviço público, celebrado com o Estado para o período 2012-2014).

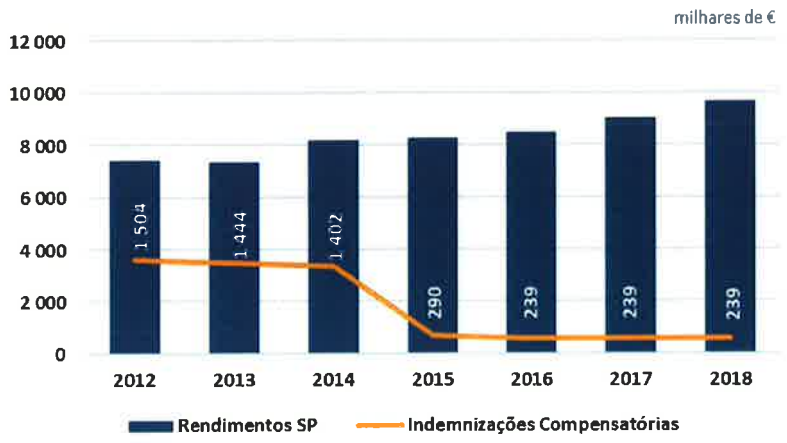


Gráfico 6 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2018)

Na análise comparativa sobre os Rendimentos Operacionais, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destaca-se:

- Aumento das Compensações Tarifárias, referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (Passe Social +, 4_18 e Sub-23), no montante de 116 mil € (+39,1%) face a 2017;
- As atividades acessórias relativas a concessões (aluguer de espaços comerciais, parque de estacionamento e espaços para publicidade), incluindo afretamentos e vendas de suportes "Viva-viagem", teve uma variação negativa de 227 mil € justificada, na sua maioria, pelo decréscimo de receita relacionada com o afretamento de navios à Transtejo (-233 mil €; -36,7%);

euros €

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Títulos Ocasionais	165 337	6,4	2 765 936	2 600 599	2 440 003
Títulos Mensais	483 356	7,6	6 878 577	6 395 221	6 018 656
Rendimento do Serviço Público	**648 693**	**7,2**	**9 644 513**	**8 995 820**	**8 458 659**
Indemnizações Compensatórias	(1)	(0,0)	238 678	238 679	238 679
Compensações Tarifárias	115 713	39,1	411 339	295 626	267 518
Outros subsídios à exploração	-	-	-	-	-
Subsídios à Exploração	**115 712**	**21,7**	**650 017**	**534 306**	**506 197**
Alugueres, vendas de cartões passe	(226 890)	(22,6)	776 634	1 003 525	890 529
Ganhos em investimentos não financeiros	(143 859)	(100,0)	0	143 859	0
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	(0)	(0,0)	1 563 437	1 563 438	1 563 437
Outros	(50 412)	(46,1)	58 866	109 278	81 542
Outros Rendimentos e Ganhos	**(421 162)**	**(14,9)**	**2 398 938**	**2 820 100**	**2 535 509**
Reversões	**(3 500)**	**(100,0)**	-	3 500	-
TOTAL	**339 743**	**2,8**	**12 693 468**	**12 353 725**	**11 500 365**

Tabela 27 - Rendimentos Operacionais (2015-2017)

Em 2018, os rendimentos provenientes da prestação de serviços representaram 76% da estrutura total de rendimentos, sendo que o total registou uma evolução positiva de 2,8%, relativamente ao período homólogo.

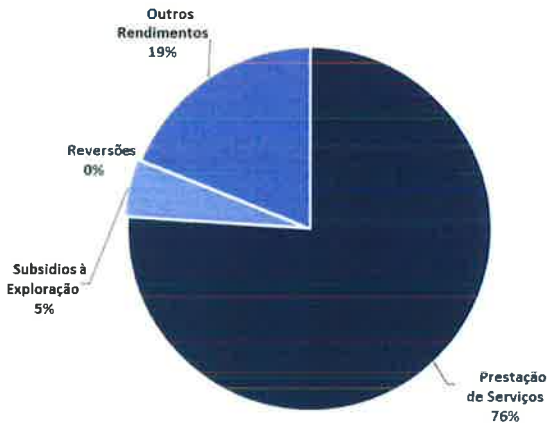


Gráfico 7 - Estrutura de Rendimentos (2018)

7.9.3. Gastos Totais por Natureza

O gráfico e tabela seguintes apresentam a estrutura de gastos da Soflusa. As rúbricas com maior destaque - Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal - representam em conjunto 79% do total de Gastos.

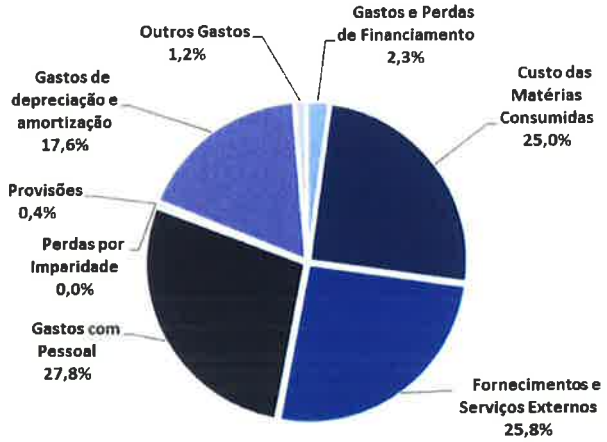


Gráfico 8 - Estrutura de Gastos (2018)

euros €

GASTOS (Total)	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Custo das Matérias Consumidas	671 649	22,5	3 658 293	2 986 644	2 896 742
Fornecimentos e Serviços Externos	308 126	8,9	3 785 654	3 477 527	3 469 739
Gastos com Pessoal	114 085	2,9	4 066 868	3 952 783	3 677 613
Perdas por Imparidade	(14 797)	(100,0)	0	14 797	14 417
Provisões	(573 826)	(91,6)	52 500	626 326	65 031
Gastos de depreciação e amortização	53 126	2,1	2 578 368	2 525 242	2 566 133
Outros Gastos	(88 727)	(34,2)	170 433	259 160	86 831
Gastos e Perdas de Financiamento	41 263	14,1	333 646	292 383	279 098

Tabela 28 - Síntese de Gastos (2016-2018)

Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

- **Custo das Matérias Consumidas** (3.658 mil €) - relativamente ao período homólogo, regista-se um acentuado acréscimo nos gastos com combustível para as embarcações (+23,4%, +681 mil €).

euros €

CMVMC	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Consumo de Gasóleo	681 060	23,4	3 585 490	2 904 430	2 803 548
Consumo de Lubrificantes	463	0,9	49 315	48 851	58 577
Consumo de Bilhetes	(9 874)	(29,6)	23 489	33 363	34 617
Consumo de Sobressalentes	-	-	-	-	-
Consumo de outros materiais	-	-	-	-	-
TOTAL	*671 649*	*22,5*	*3 658 293*	*2 986 644*	*2 896 742*

Tabela 29 - Detalhe CMVMC (2016-2018)

A variação do preço do combustível constitui um fator exogéneo, condicionando de modo determinante os objetivos de redução de gastos operacionais.

O gráfico seguinte ilustra a irregularidade do custo anual médio por litro de gasóleo consumido. Assinalando, contudo, a inversão da tendência de redução deste custo verificada nos últimos anos, pela subida do custo anual médio (€/L) do gasóleo consumido em 2017 e 2018.

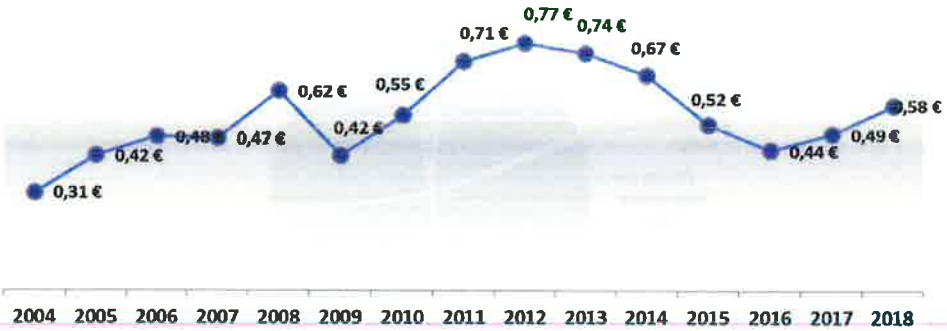


Gráfico 9 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2004-2018)

Face a 2017, destaca-se o aumento do preço médio por litro (+0,09 €/L), situação que, a par do aumento da quantidade de combustível consumida (+4,5%; +265 mil L), fruto de maior n.º de viagens realizadas (+2,4%; +3,5% LKO), conduziu a um acréscimo deste gasto, diretamente relacionado com a atividade de transporte fluvial de passageiros.

Para este incremento da atividade contribuiu a resolução de alguns dos constrangimentos enquadrados nos pontos 4.2.2, 4.2.3 e 5.3.1 deste Relatório, motivando menor quantidade de supressões na oferta comparativamente ao ano de 2017 (-68,8%; -1.465 supressões).

€/L

GASÓLEO	2018	2017	2016
Gasto do consumo na operação SL	3 585 490 €	2 904 430 €	2 803 548 €
Quantidades consumidas	6 197 580 L	5 932 439 L	6 397 498 L
Custo médio por litro	**0,58 €\L**	**0,49 €\L**	**0,44 €\L**

Tabela 30 – Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2016-2018)

De referir, ainda, alguns ganhos de eficiência no consumo de combustível alcançados nos últimos anos que decorrem de medidas implementadas pela empresa, nomeadamente, redução de velocidades na operação fora das horas de ponta e aos fins-de-semana, redução da quantidade de combustível embarcado em cada abastecimento, maior sensibilização dos operacionais para uma condução mais eficiente e monitorização do desempenho energético de cada embarcação, medidas que em 2018 continuaram a ser monitorizadas pela Gestão.

- **Fornecimentos e Serviços Externos** (3.786 mil €) - apresenta um aumento de 308 mil € (+8,9%) face a 2017.

euros €

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Conservação e reparação (Frota de Navios e Pontões)	104 390	5,4	2 026 330	1 921 940	2 127 591
Conservação e reparação (outra)	36 941	125,0	66 484	29 543	22 410
Trabalhos Especializados	35 044	12,3	319 197	284 153	261 877
Seguros	(63 995)	(15,0)	363 092	427 087	242 739
Vigilância e Segurança	36 077	10,3	386 736	350 659	358 380
Combustíveis	(1 541)	(23,2)	5 089	6 630	3 420
Limpeza, Higiene e Conforto	5 131	3,4	154 989	149 858	140 062
Rendas e Alugueres	203 503	441,1	249 636	46 132	180 671
Comunicação	6 549	340,3	8 473	1 924	1 925
Publicidade	6 577	1 152,2	7 148	571	2 962
Electricidade	(61 393)	(38,6)	97 615	159 008	45 401
Água	(5 718)	(29,8)	13 476	19 194	21 820
Honorários	6 248	189,0	9 553	3 305	1 800
Afretamentos	-	-	0	0	1 143
(Outros)	313	0,4	77 835	77 522	57 539
TOTAL	**308 126**	**8,9**	**3 785 654**	**3 477 527**	**3 469 739**

Tabela 31 - Detalhe de FSE (2016-2018)

As rubricas de FSE evidenciadas no gráfico seguinte, representam cerca de 96% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos, salientando-se os gastos de conservação e reparação da frota que representaram, 53% do total de FSE.

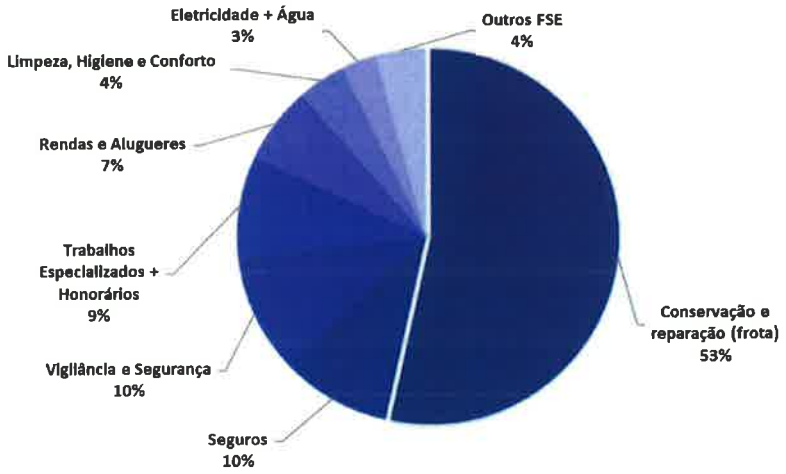


Gráfico 10 - Estrutura de FSE (2018)

Considerando o seu peso na estrutura dos FSE, merecem destaque as seguintes rúbricas, que se apresentam com indicação da variação face ao período homólogo:

i. **Conservação e reparação (frota)** (+5,4%) - A variação dos gastos de conservação da frota está associada ao plano de intervenção na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).

   O incremento do valor desta rúbrica, no montante de 104 mil €, reflete algum esforço de recuperação do plano de intervenções na frota de navios apesar do constrangimento orçamental a que a empresa tem estado sujeita. O gráfico seguinte evidencia a distribuição de gastos de conservação e reparação da frota de navios no âmbito das intervenções realizadas em 2018;

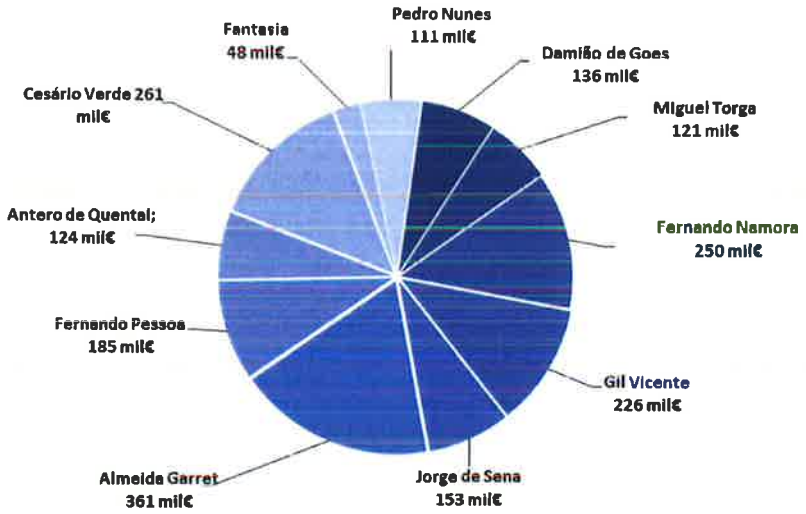


Gráfico 11 - Distribuição dos Gastos de Manutenção da Frota de Navios (2018)

ii. **Seguros** (-15,0%) - Prémios de seguros de diversos ramos, com destaque para o ramo marítimo de cascos referente aos 11 navios que compõem a frota da Soflusa. O valor elevado referente a 2017 contemplava o efeito da recuperação de processos de sinistros acumulados de anos anteriores e em particular do acidente ocorrido em janeiro de 2017 com o navio "Antero de Quental", situações estas que implicam a cobrança de franquias.

iii. **Vigilância e Segurança** (+10,3%) - Gastos decorrentes dos serviços de vigilância e segurança humana e policiamento gratificado prestado nos Terminais Fluviais da empresa e gastos dos serviços de recolha e transporte de valores. Este aumento está associado a um modelo de contratualização com uma abrangência maior de serviços.

iv. **Trabalhos Especializados** (+12,3%) - Rúbrica que inclui o serviço externo de amarração prestado nas operações de atracação das embarcações e contempla, na subconta "assistências e avenças", os vários contratos de prestação de serviços de assistência técnica especializada (manutenção de equipamentos em regime de contrato de avença). Contempla ainda, trabalhos especializados diretamente associados às atividades de manutenção da frota: vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe. O aumento face a 2017, decorre do incremento de contratualização de serviços de consultoria técnica (navios), financeira (SNCAP) e mão-de-obra externa para colmatar as necessidades de recursos humanos (áreas operacionais).

- **Gastos com Pessoal** (4.067 mil €) - Apresenta um aumento de 114 mil € (+2,9%) face a 2017, refletindo o aumento em 85,4% dos encargos com trabalho extraordinário (+112 mil €), bem como o incremento de 144% com os prémios de seguros de saúde e acidentes de trabalho (+167 mil €). Não obstante aos incrementos salariais decorrentes da aplicação plena do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, conforme determinado no artigo 21.º da LOE 2018, bem como do processo de revisão salarial efetuado em 2018, assinalam-se reduções nas rubricas relacionadas com a massa salarial (vencimentos e outras remunerações), refletindo o efeito da redução do número de efetivos.

euros €

GASTOS COM PESSOAL	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Vencimentos e Outras Remunerações	(55 976)	(2,2)	2 529 151	2 585 126	2 502 196
Subsídios de Férias e Natal	(30 780)	(9,6)	289 085	319 866	280 290
Trabalho Extraordinário	111 647	85,4	242 326	130 679	106 794
Encargos Sociais	1 848	0,3	687 369	685 521	659 066
Indemnizações	(65 017)	(100,0)	0	65 017	20 361
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	166 762	143,6	282 875	116 113	85 483
(Outros Gastos com Pessoal)*	(14 399)	(28,5)	36 063	50 462	23 424
TOTAL	**114 085**	**2,9**	**4 066 868**	**3 952 783**	**3 677 613**

** Inclui formação, assistência médica e seguro de acidentes pessoais*

Tabela 32 - Detalhe de Gastos com Pessoal (2016-2018)

- **Provisões do Período** (52,5 mil €) - Redução de 574 mil € (-91,6%) em relação a 2017, ano em que foi provisionado valor visando reconhecer o risco associado a processos judiciais relacionados com a componente remuneratória de trabalhadores marítimos.
- **Gastos de Depreciação e Amortização** (2.578 mil €) - Incremento de 53 mil € (+2,1%) face ao período homólogo. Este incremento está associado às amortizações dos novos investimentos (grandes intervenções em motores de navios) efetuadas no período.
- **Outros Gastos e Perdas** (170 mil €) - Diminuição de 89 mil € (-34,2%) em relação ao ano transato. Para esta variação contribuíram as rubricas taxas associadas ao consumo de água e eletricidade, a regularização de sinistros e regularizações de Outros gastos e perdas.
- **Gastos e Perdas de Financiamento** (334 mil €) - Acréscimo de 41 mil € (+14,1%) em relação ao período homólogo. Em 2018, esta rubrica corresponde na totalidade aos juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pela Transtejo referentes ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos. Salienta-se que a operação de conversão de créditos em capital (e consequente redução do passivo oneroso) no montante de 15 M€ ocorreu apenas em dezembro de 2018, pelo que ao longo do exercício o montante de financiamento utilizado esteve sujeito à aplicação da taxa de juro.

euros €

GASTOS DE FINANCIAMENTO	Var. 2018/2017		2018	2017	2016
	Abs.	%			
Juros de Financiamentos Obtidos (Banca Comercial)	-	-	0	0	0
Juros de Apoio Financeiro TRANSTEJO*	41 263	14,1	333 646	292 383	279 098
Outros Gastos de Financiamento	-	-	0	0	0
TOTAL	**41 263**	**14,1**	**333 646**	**292 383**	**279 098**

** Anulados na Consolidação de Contas*

Tabela 33 - Gastos de Financiamento (2016-2018)

De acordo com o gráfico seguinte, que apresenta a evolução registada nas grandes rubricas de gastos operacionais no período de 2016 a 2018, verifica-se o não cumprimento dos objetivos estabelecidos no Artigo 145.º, do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2018, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)[2]:

[2] Artigo 145.º - Gastos operacionais das empresas do setor empresarial do Estado

1 – Para efeitos do disposto no artigo 55.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2017, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

i. **Outros Gastos de Funcionamento** registaram um aumento de acordo com razões enumeradas, anteriormente, neste Relatório;

ii. **Gastos com Pessoal** assinalaram um aumento, no entanto, excecionado pelo mesmo artigo da Lei do OE 2018, referido no ponto anterior;

iii. **Gastos de Depreciação e Amortização** mantiveram valores semelhantes a 2016 e 2017.

Importa salientar os impactos, devidamente autorizados, decorrentes da RCM nº 44/2018 (referida no ponto 2 deste relatório), através da qual foi permitido à Soflusa a celebração dos contratos de manutenção necessários para a execução de empreitadas e intervenções de manutenção, de modo a permitir assegurar a atividade operacional da Soflusa. Através do mesmo diploma, foi ainda a Soflusa dispensada do cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 58º da Lei do OE2018, que limitava a despesa com aquisição de serviços.

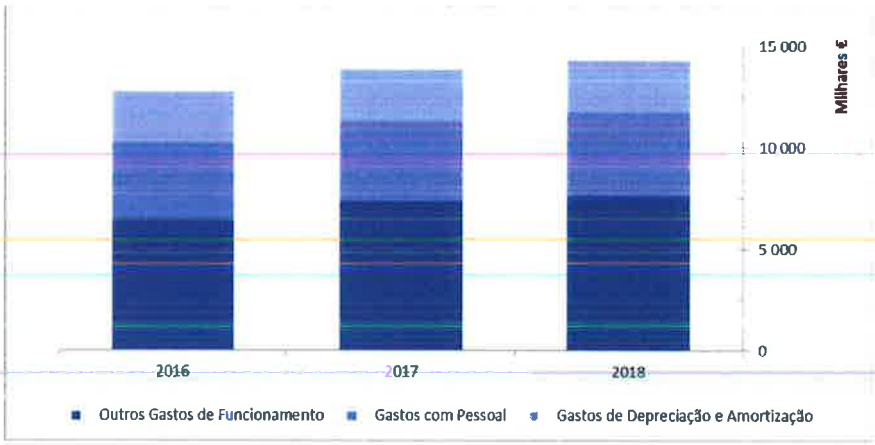


Gráfico 12 - Evolução dos Gastos Operacionais (2016-2018)

2 – Nos casos em que o volume de negócios não se revele adequado para aferir o nível de atividade da empresa, ou em que os gastos operacionais sejam afetados por despesas ocasionais, de elevado montante, imprescindíveis à sua atividade, e que não tenha sido autorizado outro indicador de otimização da estrutura dos gastos operacionais em 2017, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade podem autorizar outro indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais em 2018, o qual deve ser mantido, pelo menos, nos exercícios de 2019 e 2020.

3 – Para efeitos do disposto nos números anteriores, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017 os seguintes gastos operacionais:
a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;
b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

4 – O acréscimo dos gastos operacionais referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.

5 – Considerando as especificidades da sua missão, a aplicação do disposto nos n.ºs 1 e 3 às entidades públicas empresariais integradas no SNS pode ser adaptada nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

6 – A aplicação do disposto nos n.ºs 1 e 3 às empresas públicas em liquidação e às empresas públicas que constituírem veículos de liquidação de património é adaptada nos termos estritamente necessários ao cumprimento do respetivo plano de atividade e orçamento aprovado, nos termos do n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual.

7 – Os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo a discriminação dos gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na Lei do Orçamento do Estado e no presente decreto-lei.

No entanto, e conforme se demonstra na tabela seguinte, a Soflusa superou o objetivo de redução dos gastos operacionais estabelecido para o período 2018/2010, atingindo a redução global de 16,3%, em cumprimento do PRC (1), no âmbito das orientações emitidas pela DGTF (-15% no total de custos referidos no quadro infra, face a 2010) e constante do PAO 2018.

euros €

RUBRICAS	Var. 2018/2010		2018	2017	2016	2010
	Abs.	%				
Consumos	(1 146 488)	-23,9%	3 658 293	2 986 644	2 896 742	4 804 781
Fornecimentos e Serviços Externos	(624 608)	-14,2%	3 785 654	3 477 527	3 469 739	4 410 262
Gastos com Pessoal	(477 736)	-10,5%	4 066 868	3 952 783	3 677 613	4 544 604
TOTAL	**(2 248 832)**	**-16,3%**	**11 510 814**	**10 416 954**	**10 044 094**	**13 759 647**

Tabela 34 - Plano de Redução dos Gastos (2010-2018)



8. Governo Societário

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – "Princípios de Governo Societário" do referido Decreto-Lei.

Neste sentido, a Soflusa, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do referido diploma, bem como as orientações sobre o processo de prestação de contas de 2015, transmitidas através do Ofício Circular DGTF n.º 712, de 12.02.2016, elaborou um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2017, que será publicado em documento autónomo.

Relatório do Governo Societário		Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	**Sumário Executivo**	**√**		**√**	
II.	**Missão, objetivos e políticas**	**√**		**√**	
III.	**Estrutura de Capital**	**√**		**√**	
IV.	**Participações Sociais e Obrigações legais detidas**	**√**		**√**	
V.	**Órgãos Sociais - Identificação e funcionamento**	**√**		**√**	
A.	Mesa da Assembleia Geral	√		√	
B.	Administração e supervisão	√		√	
C.	Fiscalização	√		√	
D.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
E.	Auditor Externo	√		√	
VI.	**Organização interna**	**√**		**√**	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especiais de informação	√		√	
E.	Sítio de internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	**Remunerações dos Órgãos Sociais**	**√**		**√**	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura e divulgação das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	**Transações com partes relacionadas e Outras**	**√**		**√**	
IX.	**Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental**	**√**		**√**	
X.	**Avaliação do Governo Societário**	**√**		**√**	

Tabela 35 – Grelha-resumo das boas práticas de governação

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Soflusa disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa - https://ttsl.pt/ - bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do Estado - http://www.dgtf.gov.pt - mantendo-a, periodicamente, atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da DGTF - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018", de 12 de março de 2019, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

O quadro seguinte sistematiza um conjunto de indicadores de monitorização extraídos do PAO de 2018, permitindo monitorizar os objetivos operacionais subjacentes à estratégia de sustentabilidade da Soflusa.

	INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO		PAO * 2018	REAL 2018	Variação
1	**Rendimentos do Serviço Público**	10^3 €			
	Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros		9 488	9 645	157
2	**Margem do EBITDA**	(%)			
	EBITDA (€) / Volume de Negócios		-0,2%	10,0%	10,15 pp
3	**Prazo Médio Pagamentos (PMP)**	Dias			
	Prazo Médio Pagamentos (PMP)		60	43	-17
4	**Consumo de combustível por LKO**	Litros			
	Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos		0,026 L	0,015 L	-0,011 L
5	**Gastos de Manutenção por LKO**	(€)			
	Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos		0,010 €	0,009 €	-0,001 €
6	**Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais**	(%)			
	Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais		83,2%	89,3%	6,12 pp
7	**Gastos Operacionais por Passageiro Transportado**	(€)			
	Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados		1,54 €	1,39 €	-0,15 €
8	**Taxa de Absentismo**	(%)			
	Taxa de Absentismo			8,9%	
9	**Grau cumprimento Plano de Investimentos**	(%)			
	Grau cumprimento Plano de Investimentos			51,3%	
10	**Índice Qualidade da Oferta** *(a aferir após desempenho)*				
	a) **Nº Reclamações por mil PT**			0,06	
	b) **Regularidade**			96,9%	
	c) **Nº acidentes com passageiros por mil PT**			0,001	

* Valores reexpressos em SNC-AP

Tabela 36 - Indicadores de Acompanhamento 2018

De acordo com o quadro acima, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos vetores da estratégia de sustentabilidade, apoiados nos indicadores de acompanhamento:

- **Prestar um serviço público de qualidade** (Indicador 10) - ainda que não tenha sido definido objetivo para 2018 nas várias componentes deste indicador, é possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por

mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são reduzidas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, foi aproximadamente de 96,9%;

- **Promover o consumo eficiente de recursos** (Indicadores 4, 5 e 7) – os indicadores de consumo de combustível por LKO, gastos de manutenção por LKO e gastos operacionais por passageiro transportado apresentam melhorias face ao previsto;
- **Criar valor para o Acionista** (Indicadores 6 e 2) – a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais e a margem do EBITDA apresentam variações positivas face ao previsto.

1.b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O seguinte quadro, evidencia a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2018 no que diz respeito aos princípios financeiros de referência, investimento e quadro de pessoal:

euros

INDICADORES	PAO 2018 *	REAL 2018	Variação	
			Abs.	%
Rendimentos Operacionais[1]	**11 012 801**	**11 130 031**	**117 230**	**1,1%**
72 Prestações de serviços	9 487 572	9 644 513	156 941	1,6%
75 Subsídios à exploração	534 305	650 017	115 713	17,8%
78 Outros rendimentos e ganhos [1]	990 924	835 501	(155 424)	-18,6%
Gastos Operacionais[2]	**12 595 060**	**11 681 247**	**(913 813)**	**-7,8%**
61 Custo das mercadorias e das matérias consumidas	3 516 498	3 658 293	141 795	3,9%
62 Fornecimentos e serviços	4 556 261	3 785 654	(770 608)	-20,4%
63 Gastos com pessoal	4 513 743	4 066 868	(446 875)	-11,0%
68 Outros gastos e perdas	8 558	170 433	161 875	95,0%
EBITDA *(Ajustado)* [3]	**(1 582 259)**	**(551 216)**	**1 031 043**	**-187,0%**
Resultado Operacional	**(3 211 000)**	**(1 618 647)**	**1 592 353**	**-98,4%**
Resultado Líquido	**(3 536 729)**	**(1 955 518)**	**1 581 211**	**-80,9%**
Gasóleo - Custo Total	**3 380 000**	**3 585 490**	**205 490**	**5,7%**
Consumo *(litros)*	6 337 500 L	6 197 580 L	-139 920 L	-2,3%
Preço médio / litro	0,52	0,58	0,06	10,1%
Plano de Investimentos	**3 472 380**	**1 780 190**	**-1 692 190**	**-95,1%**
Frota - Navios e Pontões *(Material Circulante)*	2 554 630	1 537 783	(1 016 847)	-66,1%
Infraestruturas (ILD's)	447 500	175 396	(272 104)	-155,1%
Investimentos Correntes			-	
- Segurança	147 100	-	(147 100)	
- Equipamento Informação ao Público	17 850	48 484	30 634	63,2%
- Equipamento Eficiência Energética	304 500	-	(304 500)	
- Bilhética e controlo de Acessos	-	17 159		
- Outros	800	1 368	568	41,5%
Quadro de Pessoal[4]				
Nº Médio de Efetivos	152	135	-17	-12,6%
Nº de trabalhadores a 31.dez	152	133	-19	-14,3%

Notas:

1 - Exclui Subsídios ao Investimento
2 - Exlui Amortizações, Provisões e Ajustamentos
3 - Exclui rubricas Non-Cash (referidas em 1 e 2)
4 - Unidade: número

* Valores reexpressos em SNC-AP

Tabela 37 – Indicadores de Execução PAO (2018)

1.c) Grau de Execução do Orçamento

Esta análise está desenvolvida no capitulo de Demonstrações Orçamentais.

2. Gestão do Risco Financeiro

Não se aplica.

3. Limites Máximos de Endividamento

Não se aplica.

4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, consta da tabela infra:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	43	54	-11	-21,0%

Tabela 38 - PMP (2018-2017)

No ano em análise foram adotadas medidas criteriosas para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento. Estas medidas permitiram uma redução do PMP, conseguindo alcançar o objetivo de assegurar um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 60 dias, data de vencimento acordada com os fornecedores.

O quadro seguinte demonstra a posição em 31-12-2018 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso *"arrears"*, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

	Dívidas não vencidas	Dívidas Vencidas de acordo com o Art.º1º DL 65-A/2011					Total
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias	
Serviços	235 673	-65	0	0	0	-1 839	233 769
Aquisições de Capital	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em dívida	235 673	-65	0	0	0	-1 839	233 769

Tabela 39 - Atrasos nos Pagamentos (2018)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[3], aplicáveis às sociedades Transtejo e Soflusa a desde de janeiro de 2014, em consequência da reclassificação destas entidades no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviços e Fundos Autónomos.

[3] O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

5. Recomendações do Acionista

Não aplicável.

6. Remunerações (*Apêndice 1*)

6.a) Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2018-2020	Presidente	Dr. Rui Jorge Fernandes Faria	324,22	0
2018-2020	Secretária	Dra. Margarida Perez Perdigão	324,22	324,22
				324,22

Tabela 40 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

Conselho de Administração

Para enquadramento da informação apresentada nos quadros seguintes, importa referir que o Conselho de Administração da Soflusa, nomeado em 02/01/2017 em regime de acumulação de funções, não aufere qualquer remuneração especifica suportada pela Soflusa, sendo os seus encargos remuneratórios assumidos integralmente pela Transtejo.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017-2019	Presidente	Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	02/01/2017	n.a	n.a	n.a	1
2017-2019	Vogal	Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	DUE	02/01/2017	n.a	n.a	n.a	1
2017-2019	Vogal	Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	DUE	02/01/2017	n.a	n.a	n.a	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Tabela 41 - Identificação dos Membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Função	Entidade	Regime
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Presidente	Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Público
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	Vogal	Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Público
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	Vogal	Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Público

Tabela 42 - Acumulação de Funções

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	n/a	n/a	n/a	n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 43 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a		n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	n/a	n/a	n/a		n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	n/a	n/a	n/a		n/a

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Tabela 44 - Remunerações CA

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 45 - Benefícios Sociais

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Tabela 46 - Encargos com Viaturas

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 47 - Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço

Revisor Oficial de Contas

Mandato		Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2018-2020	Efectivo	RSM & Associados - SROC, Lda, representado por Dr. Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)	21	20161380	DUE	n/a	n/a	11	11
2018-2020	Suplente	Dr. António José Lino do Patrocínio Santos (ROC n.º 840)	21	20161280	DUE	n/a	n/a		

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Tabela 48 - Identificação do ROC

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
RSM & Associados - SROC, Lda	12 360		12 360	n/a			

Tabela 49 - Remuneração do ROC

6.b) Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda	29	20161384	09/04/2018	1	2	2

Tabela 50 - Identificação do Auditor Externo

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018(€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda	7 988		7 988	n/a			

Tabela 51 -Remuneração do Auditor Externo

6.c) Remunerações dos restantes trabalhadores

Dando cumprimento ao estatuído no art.º 18.º (Prorrogação de efeitos), da Secção I, Capítulo III, da Lei N.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016) concretizou-se a reversão de 20% por trimestre, da norma de redução remuneratória, tendo o seu efeito sido eliminado a partir de outubro de 2016.

	2018	2017	2016	2015
Remunerações do Pessoal* *(sem Orgãos Sociais)*	4 066 868 €	3 887 684 €	3 657 252 €	3 729 645 €
Reduções decorrentes de alterações legislativas	0 €	0 €	11 079 €	31 013 €

** Inclui Encargos com a Entidade Patronal / Exclui Indemnizações por rescisão contratual*

Tabela 52 - Remunerações do Pessoal (sem Órgãos Sociais) e reduções remuneratórias 2015-2018

7. Artigos 32º e 33º do EGP

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	n/a	n/a	n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	n/a	n/a	n/a

Tabela 53 - Gastos com Comunicações

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Dr.ª Sara Maria Murta Ribeiro	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Eng.º José Osvaldo do Carmo Baptista Bagarrão	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 54 - Gastos com Viaturas

8. Despesas não documentadas

A Soflusa cumpriu o disposto no n.º 2, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, não tendo realizado despesas não documentadas.

9. Relatório sobre remunerações

O n.º2, da RCM n.º18/2014, de 5 de março, determina que as empresas do sector empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O cumprimento desta disposição encontra-se subjacente à informação divulgada no Ponto 6.2. – Princípio de Igualdade de Género deste relatório.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

As empresas Transtejo e Soflusa tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Foi elaborado o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que obteve aprovação do Conselho de Administração em 27 de junho de 2019.

Nota: O relatório de execução do ano de 2018, foi carregado no SIRIEF em 19 de julho de 2019.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2018.

11. Contratação Pública

Em 2018, a Soflusa, aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83 C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho. Durante o exercício de 2017, não houve lugar à submissão de contratos a visto prévio do Tribunal de Contas.

Esta matéria será divulgada com maior detalhe no Relatório do Governo Societário referente ao ano em análise.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que a Soflusa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), IP., foi concluído o procedimento pré-contratual relativo à aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de produtos de higiene para o Grupo Transtejo (Acordo Quadro, de 17 de agosto de 2010).

13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Ofício Circular n.º 3708, de 07 de agosto de 2017, referente às "Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão - 2018" estabeleceu os seguintes "Princípios Financeiros" de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no artigo 145º do DLEO 2018:

- Crescimento do EBITDA, face ao ano anterior;
- Para empresas deficitárias, redução de custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, face a 2016.
- Redução ou manutenção dos gastos com comunicações e deslocações, face a 2016.
- Redução ou manutenção dos gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria face a 2016
- Redução ou manutenção dos gastos com ajudas de custo, alojamento e frota automóvel face a 2016.

A concretização do cenário de otimização previsto, decorrente da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, pressuposto que tem vindo a ser considerado nas propostas de Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) desde 2010, teria facilitado o atingir dos limites de despesa máxima fixados.

Ao longo de 2018, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas.

O desempenho da Soflusa, no exercício 2018 foi o seguinte:

Medidas de redução de gastos operacionais (PRC)

PRC	2018 Exec.	2018 Orc. *	2017 Exec.	2016 Exec.	2018/2017 Δ Absol.	2018/2017 Var. %
(0) EBITDA	959 721	-1 582 259	-526 949	-273 028	1 486 671	-282,1%
(1) CMVMC	3 658 293	3 516 498	2 986 644	2 896 742	671 649	22,5%
(2) FSE	3 785 654	4 556 261	3 475 270	3 469 739	310 384	8,9%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	4 066 868	4 513 743	3 887 766	3 646 173	179 102	4,6%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	65 017	20 361	-65 017	-100,0%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	0	0	0	11 079	0	
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	0	0	0	0	0	
(4) Gastos Operacionais[a)] = (1)+(2)+(3)	11 510 814	9 644 513	10 349 680	10 012 655	1 161 134	11,2%
(5) Volume de negócios (VN)[b)]	9 644 513	9 487 572	8 995 820	8 459 077	648 693	7,2%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	1,2	1,0	1,2	1,2	0,0	3,7%
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	7 078	3 000	1 065	1 304	6 013	564,8%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	36	250	180	46	-144	-80,2%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	500	250	125	0	375	300,3%
(iv) Gastos com as viaturas[c)]	14 450	34 578	14 021	11 023	428	3,1%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	22 063	38 178	16 751	12 994	5 813	35,8%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	136	154	141	147	-5	-3,5%
N.º Órgãos Sociais (OS)	2	2	2	2	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	1	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	133	151	138	144	-5	-3,6%
N.º Trabalhadores/N.º CD	133	151	138	144	-5	-3,6%
N.º de viaturas	4	4	4	4	0	0,0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.
b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

* Valores reexpressos em SNC-AP

Tabela 55 - Avaliação do cumprimento do PRC (2018)

O aumento dos gastos operacionais é justificado pela recuperação de parte do plano de manutenção dos navios e pelo o efeito conjugado da variação do preço do combustível e acréscimo do consumo de gasóleo.

O aumento registado em 2018 em gastos com comunicações reflete do alargamento de serviços aos terminais e navios.

Em relação à frota automóvel registou-se uma diminuição face ao real de 2017, contudo, importa salientar elevada antiguidade do parque automóvel.

Relativamente ao quando supra, enumeram-se os Despachos autorizadores para excecionamento do cumprimento das medidas de redução de custos:

i) Ofício SEAAmb nº 6164, de 28 de setembro de 2018 - Autorização para contratação de 11 trabalhadores, nos termos e para efeitos do disposto do artigo 51.º, da LOE 2018 conjugado com os nºs 1 e 3 do artigo 144.º do DLEO2018.

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, a Soflusa procedeu abertura de conta no IGCP, no âmbito do cumprimento do Princípio de UTE.

Conforme previsto no artigo 111.º, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º, do Decreto-Lei n.º 27/2017, de 3 de março, a Soflusa procura manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

Banca Comercial*	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
Depositadas no IGCP	3 644 356	875 711	3 048 157	2 562 305
Outras	900 553	663 880	815 059	808 918
Total	4 544 909	1 539 591	3 863 216	3 371 223
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.
** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto

Tabela 56 - Cumprimento Princípio UTE

Não obstante a Soflusa dispor de conta à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial da empresa compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente:

- Recolha, tratamento e depósito de receita de bilheteira e máquinas de venda automática;
- Abastecimento de trocos às máquinas e bilheteiras dos terminais e estações fluviais;
- Gestão dos terminais POS instalados pela SIBS em condições comerciais favoráveis;
- Emissão e gestão de garantias bancárias;
- Instalação de terminais MB nas estações e terminais fluviais.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF e ao IGCP um pedido de dispensa, fundamentada do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE), que seguidamente se reproduz:

- Através de ofício de 08 de fevereiro de 2018, a Soflusa solicitou à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2018, reforçado por ofício de 06 de junho de 2018 solicitando extensão do pedido para o ano de 2019. Por ofício de 9 de julho de 2018, o IGCP comunicou o despacho de autorização para excecionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2018 e 2019;

15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS.

Para efeitos de acompanhamento, as empresas deram conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas.

Considerando que o processo de auditoria foi desenvolvido numa perspetiva conjunta e que as recomendações foram dirigidas ao Grupo Transtejo, remete-se a abordagem mais aprofundada para a divulgação a efetuar no Relatório de Gestão Consolidado.

16. Informação divulgada no SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	Empresas Transtejo e Soflusa
Caracterização da Empresa	S	2014	Empresas Transtejo e Soflusa
Função de tutela e acionista	S	2017	Empresas Transtejo e Soflusa
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Identificação dos órgãos sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	16/10/2014	Empresas Transtejo e Soflusa
Esforço Financeiro Público	S	2016	Empresas Transtejo e Soflusa
Ficha Síntese	S	2017	Empresas Transtejo e Soflusa
Informação Financeira histórica e atual	S	2009	Empresas Transtejo e Soflusa
Princípios de Bom Governo	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Outras transações	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Económico	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Social	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
Ambiental	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa
- Código de etica	S	05/06/2013	Empresas Transtejo e Soflusa

Tabela 57 - Informação divulgada no SEE

17. APÊNDICE 2

Cumprimento das Orientações legais - 2018	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2018	S		9-1.a)
Metas a Atingir constantes no PAO 2018	S		9-1.b)
Princípios Financeiros de Referência	S		9-1.b)
Investimento	S	Variação de -95%	9-1.b)
Gastos com pessoal	S	Variação de -11%	9-1.b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita = 96,3% | Despesa =76,6%	9-1.c)
Gestão do Risco Financeiro	N.A.	Taxa média de financiamento	
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	Var. Endividamento	
Evolução do PMP a fornecedores	S	-17 dias relativamente a 2017	9-4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de "Arrears" em 31 de Dezembro (em euros) 233.769€	9-4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
(Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida em 18 de dezembro de 2018 - aprovação de contas do exercício de 2017)	S	Recomendação: aprovação de uma operação de recomposição de Capital Próprio , Através de um aumento de Capital em espécie até ao montante de € 15,000,000	9-5.
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.		9-6.a)
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.		9-6.b)
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		9-7.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		9-7.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		9-7.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		9-7.
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		9-8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		9-9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/08/TTSL_Relatorio-de-Execucao-PPRCIC_2018.pdf	9-10.
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		9-11. / 9-12.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		9-11. / 9-12.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas [b]			
Recomendações	N.A.	Remetido para o Relatório de Gestão Consolidado	9-15.
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	Variação (em n.º) 0 Viaturas	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		9-13.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		9-14.
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	76% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31 de Dezembro	9-14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.	Ofício SET n.º 2885, 19 julho 2017 - Dispensa do cumprimento	9-14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		9-14.

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Tabela 58 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2018)

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social da Soflusa, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos, ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de 1.955.517,65€ (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dezassete euros e sessenta e cinco cêntimos) seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

11. Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2018 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte".

Lisboa, 23 de janeiro de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Luís Filipe Dias Carvalho Maia

SIGLAS E ACRÓNIMOS

Sigla / Acrónimo	Significado
AE	Acordo de Empresa
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ASN	Autoridade de Segurança de Exploração
CA	Conselho de Administração
CARRIS	Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
CCP	Código dos Contratos Públicos
CEEP	European Centre Of Employers and Enterprises Providing Public Services
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVMC	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CO_2	Dióxido de Carbono
CP	CP - Comboios de Portugal, EPE
CPL	Capitania do Porto de Lisboa
CPSP	Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passgeiros
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGRM	Direção Geral dos Recursos Marítimos
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DL	Decreto-Lei
DUE	Deliberação Social Unânime por Escrito
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
EBIT	Resultado operacional
EDP	EDP - Energias de Portugal, SA
EGP	Estatuto de Gestor Público
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA
EPR	Entidade Pública Reclassificada
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos
EU	União Europeia
FEDER	Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GEE	Gases com Efeito de Estufa
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
IFRIC	International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
ILD	Infraestrutura de Longa Duração
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
ISA	Intelligent Sensing Anywhere
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
KPI	Indicador Chave de Desempenho
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LKO	Lugares KM Oferecidos
MAVB	Máquina Automática de Venda de Bilhetes
ME	Ministério da Economia
ML	Metropolitano de Lisboa, EPE
NCRF	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NOx	Número de Oxidação
NP	Normas Portuguesas
NP EN	Norma Portuguesa que adopta uma norma europeia
OE	Orçamento de Estado
OPRLO	Opção pela Remuneração do Lugar de Origem
PAII	Programa de Apoio Integrado a Idosos
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PC	Personal Computer
PET	Plano Estratégico dos Transportes
PKT	Passageiros KM Transportados
PMP	Prazo Médio de Pagamentos
pp	Pontos Percentuais
PPRCIC	Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PRC	Plano Redução de Custos
PT	Passageiros Transportados
RATP	Régie Autonome des Transports Parisiens
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
REFER	Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE
RGPD	Regulamento Geral Proteção de Dados
RH	Recursos Humanos
RJSPE	Regime Jurídico do Setor Público Empresarial
ROC	Revisor Oficial de Contas
SA	Sociedade Anónima
SADI	Sistema Automático de Deteção de Incêndios
SEAAmb	Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente
SEE	Setor Empresarial do Estado
SEO	Secretário de Estado do Orçamento
SETF	Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
SGMAmb	Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
Soflusa	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
TC	Tribunal de Contas
Transtejo	Transtejo - Transportes Tejo, SA
UCLE	Ultimate Cell Large Engine
UITP	Union Internationale du Transport Public
UTE	Unidade de Tesouraria do Estado

TRANSTEJO SOFLUSA

SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

&

ANEXO I

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	14 678 518,67	15 456 885,53
Ativos intangíveis	3	31 618,82	51 430,36
Total Ativo Não Corrente		**14 710 137,49**	**15 508 315,89**
Ativo Corrente			
Inventários	10	153 288,46	150 794,48
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	31 174,14	225 218,06
Estado e outros ente públicos	18.2	542 148,53	389 434,40
Outras contas a receber	18.2	1 469 472,94	1 071 159,83
Diferimentos		-	-
Caixa e depósitos	1.2.e)	4 855 195,19	3 069 590,74
Total Ativo Corrente		**7 051 279,26**	**4 906 197,51**
Total do ATIVO		**21 761 416,75**	**20 414 513,40**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	59 500 000,00	44 500 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18.18	3 720 000,00	3 720 000,00
Resultados transitados	18.18	(55 246 904,84)	(53 463 092,02)
Outras variações no património líquido	14	8 403 332,99	9 966 770,39
Resultado líquido do período		(1 955 517,65)	(1 783 812,82)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		**14 420 910,50**	**2 939 865,55**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	875 558,18	823 058,18
Financiamentos obtidos	7	4 790 757,91	15 325 948,23
Total Passivo Não Corrente		**5 666 316,09**	**16 149 006,41**
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2	238 857,03	8 257,23
Estado e outros entes públicos	18.2	115 181,21	111 550,33
Outras contas a pagar	18.2	1 186 004,71	1 050 798,25
Diferimentos	18.2	134 147,21	155 035,63
Total Passivo Corrente		**1 674 190,16**	**1 325 641,44**
TOTAL DO PASSIVO		**7 340 506,25**	**17 474 647,85**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		**21 761 416,75**	**20 414 513,40**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração dos Resultados por Natureza Individual
período findo em 31 de dezembro de 2018

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2018	31.12.2017
Prestações de serviços e concessões	13	9 644 513,08	8 995 819,95
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	650 017,46	534 305,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(3 658 292,76)	(2 986 643,91)
Fornecimentos e serviços externos	23.2	(3 785 653,51)	(3 477 527,32)
Gastos com pessoal	23.3	(4 066 868,15)	(3 952 782,86)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			(14 797,30)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(52 500,00)	(622 825,62)
Outros rendimentos	13/14	2 398 937,95	2 820 099,61
Outros Gastos	23.4	(170 432,89)	(259 159,95)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**959 721,18**	**1 036 488,18**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(2 578 368,19)	(2 525 242,44)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**(1 618 647,01)**	**(1 488 754,26)**
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	7	(333 645,92)	(292 383,31)
Resultado antes de imposto		**(1 952 292,93)**	**(1 781 137,57)**
Imposto sobre o rendimento		(3 224,72)	(2 675,25)
Resultado líquido do Período		**(1 955 517,65)**	**(1 783 812,82)**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2018

Descrição	Notas	Património Líquido atribuido aos detentores do Património líquido da entidade-mãe					
		Capital/Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados Transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período (1)		**44 500 000,00**	**3 720 000,00**	**(53 463 092,02)**	**9 966 770,39**	**(1 783 812,82)**	**2 939 865,55**
Alterações no Perído							-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							-
Alterações de políticas contabilísticas							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-
Realização do excedente de revalorização							-
Excedentes de reavalorização e respectivas variações							-
Transferências e subsídios de capital					(1 563 437,40)		(1 563 437,40)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				(1 783 812,82)		1 783 812,82	-
(2)		-	-	**(1 783 812,82)**	**(1 563 437,40)**	**1 783 812,82**	**(1 563 437,40)**
Resultado Líquido do Período (3)						**(1 955 517,65)**	**(1 955 517,65)**
Resultado integral (4)=(2)+(3)		-	-	**(1 783 812,82)**	**(1 563 437,40)**	**(171 704,83)**	**(3 518 955,05)**
Operações com detentores de Capital no Período							-
Realizações de capital/património		15 000 000,00					15 000 000,00
Entradas para cobertura de perdas							-
Outras operações							-
(5)		**15 000 000,00**	-	-	-	-	**15 000 000,00**
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**59 500 000,00**	**3 720 000,00**	**(55 246 904,84)**	**8 403 332,99**	**(1 955 517,65)**	**14 420 910,50**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2018

Rubricas	Notas	Período	
		2018	2017
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10 249 611,27	8 332 116,30
Pagamentos a fornecedores		(8 941 656,74)	(7 955 775,85)
Pagamentos ao pessoal		(3 715 631,07)	(3 367 754,88)
Caixa Gerada de Operações		**(2 407 676,54)**	**(2 991 414,43)**
Outros recebimento/pagamentos		1 296 828,44	928 448,29
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		**(1 110 848,10)**	**(2 062 966,14)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos tangíveis		(1 806 602,45)	(777 945,61)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**(1 806 602,45)**	**(777 945,61)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4 703 055,00	4 518 615,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			(22 572,35)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**4 703 055,00**	**4 496 042,65**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**1 785 604,45**	**1 655 130,90**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.2.e)	3 069 590,74	1 414 459,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.e)	4 855 195,19	3 069 590,74
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**3 069 590,74**	**1 414 459,84**
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 069 590,74	1 414 459,84
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**4 855 195,19**	**3 069 590,74**
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		4 855 195,19	3 069 590,74
De execução orçamental		4 848 792,31	2 948 319,74
De operações de tesouraria		6 402,88	121 271,00

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dra. Ema Maria de Almeida Ferreira

Adoção pela primeira vez do SNC-AP - divulgação transitória

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas pela Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP), dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de outubro. Esta legislação determinou que, durante o período de 2018, todas as entidades públicas deviam assegurar as condições para transitar para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

No cumprimento das orientações sobre a transição para este normativo, as entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem:

- Reconhecer todos os seus ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de acordo com o Plano Oficial de Contas de Contabilidade Pública, e
- Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verifiquem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os elementos são reconhecidos e mensurados e as entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.

A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras - contém um conjunto de divulgações que devem ser efetuadas no ano de transição. No primeiro período de relato em que a entidade aplica pela primeira vez o SNC-AP, deve ser efetuada a divulgação de um conjunto de informações:

- Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;
- Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com património líquido segundo as NCP;
- Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período de mais recentes demonstrações financeiras anuais;
- Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com a s NCP;
- Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

Com todas as dificuldades inerentes à mudança que esta alteração implicou (ao nível dos processos internos e sistema de informação), a Soflusa procurou dar cumprimento ao desafio de adotar um novo referencial, apresentando-se neste documento as contas do exercício de 2018 de acordo com o mesmo.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

Rubricas do Balanço	Valores conforme normativo anterior 31/12/2017	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/ reversões	Outros	Erros	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2018
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...+(9)
ATIVO									
ATIVOS NÃO CORRENTES	15 508 315,89								15 508 315,89
Ativos fixos tangíveis	15 456 885,53								15 456 885,53
Ativos intangíveis	51 430,36								51 430,36
ATIVOS CORRENTES	4 906 201,01							(3,50)	4 906 197,51
Inventários	150 794,48								150 794,48
Clientes, contribuintes e utentes	227 838,96							(2 620,90)	225 218,06
Estado e outros entes públicos	389 434,40								389 434,40
Outras contas a receber	1 068 542,43							2 617,40	1 071 159,83
Diferimentos									
Caixa e depósitos	1 069 590,74								1 069 590,74
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	(7 026 904,84)							9 966 770,39	2 939 865,55
Património/Capital	44 500 000,00								44 500 000,00
Ações (quotas) próprias									
Outros instrumentos de Capital	3 720 000,00								3 720 000,00
Resultados transitados	(53 463 092,02)								(53 463 092,02)
Outras variações no património líquido								9 966 770,39	9 966 770,39
Resultado líquido do período	(1 783 812,82)								(1 783 812,82)
PASSIVO									
PASSIVO NÃO CORRENTE	24 552 339,30							(8 403 332,89)	16 149 006,41
Provisões	823 058,18								823 058,18
Financiamentos obtidos	15 325 948,23								15 325 948,23
Diferimentos	8 403 332,89							(8 403 332,89)	
PASSIVOS CORRENTE	2 889 082,44							(1 563 441,00)	1 325 641,44
Fornecedores	8 257,23								8 257,23
Estado e outros entes públicos	111 550,33								111 550,33
Financiamentos obtidos									
Fornecedores de investimentos									
Outras contas a pagar	1 050 801,75							(3,50)	1 050 798,25
Diferimentos	1 718 473,13							(1 563 437,50)	155 035,63

O valor a reconhecer em rendimentos no exercício de 2018 relacionado com os subsídios ao investimento é de 1.563.437,50€, os quais são reconhecidos em rendimentos à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados. Foi transferido de diferimentos para outras variações do património líquido (593 - Transferências e subsídios de capital).

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2018			Período de 2017		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Damião de Goes (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	195 707,52	195 707,52	946 391,70	195 707,52	195 707,52	1 142 099,22
		Miguel Torga (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 615,76	197 615,76	1 054 459,23	197 615,76	197 615,76	1 252 074,99
		Fernando Namora (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 842,20	197 842,20	1 055 703,46	197 842,20	197 842,20	1 253 545,66
		Gil Vicente (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 864,04	197 864,04	1 055 617,96	197 864,04	197 864,04	1 253 482,00
		Jorge Senna (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 604,68	192 604,68	1 028 194,23	192 604,68	192 604,68	1 220 798,91
		Almeida Garrett (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 746,64	192 746,64	1 028 078,23	192 746,64	192 746,64	1 220 824,87
		Fernando Pessoa (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 828,60	192 828,60	1 108 119,90	192 828,60	192 828,60	1 300 948,50
		Antero Quental (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	196 227,96	196 227,96	1 126 768,28	196 227,96	196 227,96	1 322 996,24
Total			1 563 437,40	1 563 437,40	8 403 332,99	1 563 437,40	1 563 437,40	9 966 770,39

Balanço para a primeira prestação de contas em SNC-AP

Rubricas	SNC-AP 31-12-2018	SNC-AP 31-12-2017	Normativo anterior 31-12-2017
ATIVOS NÃO CORRENTES			
Ativos fixos tangíveis	14 678 518,67	15 456 885,53	15 456 885,53
Ativos intangíveis	31 618,82	51 430,36	51 430,36
ATIVO CORRENTE			
Inventários	153 288,46	150 794,48	150 794,48
Clientes, contribuintes e utentes	31 174,14	227 838,96	227 838,96
Estado e outros entes públicos	542 148,53	389 434,40	389 434,40
Outras contas a receber	1 469 472,94	1 068 542,43	1 068 542,43
Diferimentos	-	-	-
Caixa e depósitos	4 855 195,19	3 069 590,74	3 069 590,74
Total do Ativo	21 761 416,75	20 414 516,90	20 414 516,90
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	59 500 000,00	44 500 000,00	44 500 000,00
Outros instrumentos de Capital	3 720 000,00	3 720 000,00	3 720 000,00
Resultados transitados	(55 246 904,84)	(53 463 092,02)	(53 463 092,02)
Outras variações no património líquido	8 403 332,99	9 966 770,39	-
Resultado líquido do período	(1 955 517,65)	(1 783 812,82)	(1 783 812,82)
Total do Património Liquido	**14 420 910,50**	**2 939 865,55**	**(7 026 904,84)**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	875 558,18	823 058,18	823 058,18
Financiamentos obtidos	4 790 757,91	15 325 948,23	15 325 948,23
Diferimentos			8 403 332,89
PASSIVOS CORRENTE			
Fornecedores	238 857,03	8 257,23	8 257,23
Estado e outros entes públicos	115 181,21	111 550,33	111 550,33
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	1 186 004,71	1 050 801,75	1 050 801,75
Diferimentos	134 147,21	155 035,63	1 718 473,13
Total do Passivo	**7 340 506,25**	**17 474 651,35**	**27 441 421,74**
Total do Património Liquido e Passivo	**21 761 416,75**	**20 414 516,90**	**20 414 516,90**

Anexo às demonstrações financeiras individuais

1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação a entidade e período de relato

A Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (referida neste documento como "Soflusa" ou "Empresa"), com sede[1] na Rua Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, concelho de Lisboa, freguesia da Misericórdia, foi constituída por escritura pública celebrada em 11 de novembro de 1992, tendo como objeto social a exploração de transportes fluviais de passageiros, bem assim como efetuar outras operações civis e comerciais, industriais e financeiras que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa é detida integralmente pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A., com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, concelho de Lisboa, freguesia de Misericórdia.

A Soflusa é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o setor dos transportes públicos e com a própria Empresa, e ainda subsidiariamente subordinada à disciplina estatutária em vigor para a Acionista-Única (no âmbito de aquisições de ativos fixos tangíveis), cujos estatutos, nos termos da alínea g) do Artigo 8º remetem para a competência da Assembleia-Geral (Acionista-Estado) a autorização para realizar investimentos cujo valor exceda 20% do Capital Social.

A Soflusa é uma Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparada a Serviços e Fundos Autónomos (SFA) desde 2013. O código da classificação orgânica é o 5872 e está sob a tutela do Ministério do Ambiente.

Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro do organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2018);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2014 de 10 de julho), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2018, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2019, foi aplicada a Circular n.º 1390, de 08 de agosto de 2018);

[1] Em 31 de dezembro de 2018 a sede social da Soflusa situava-se na Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, concelho de Lisboa, freguesia de Avenidas Novas, aguardando-se condições para proceder à sua alteração e adequar os registos na conservatória.

d) No âmbito da execução do OE2018: reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 33/2018, de 15 de maio);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Financeiras (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Natureza da reclassificação	Quantia do item ou classe	Razão da classificação
Subsídios não reembolsáveis de capital (transferência da #2823 para #5931)	9 966 770,39	Alteração do referencial contabilístico de IFRS para SNC-AP
Clientes para Outros Terceiros	2 620,90	Alteração de critério de classificação

Enquadramento sobre as principais reclassificações efetuadas:

- Reclassificação na rubrica 593 - Transferências e subsídios de capital, do montante igual a 9.966.770,39€ referente a Subsídios ao Investimento a reconhecer em compensação das amortizações dos bens subsidiados (de acordo com o mesmo grau de depreciação) anteriormente reconhecidos em Diferimentos. Este valor encontrava-se repartido em rubricas de Diferimentos do Passivo Corrente (1.563.437,50€, montante a reconhecer em período inferior a 1 ano) e Passivo não Corrente (8.403.332,89€).
- Reclassificação nas rubricas de Outros Terceiros por alteração do critério de classificação das entidades da atividade não principal.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2018	31.dez.2017
111	Caixa/Máquinas Automáticas	24 201,80	45 700,30
118	Caixa Pequena	287,50	250,00
121	Depósitos à ordem no Tesouro	4 021 380,14	2 354 481,78
1221	Banco BPI, S.A.	809 325,75	669 158,66
	Equivalentes de caixa	-	-
	Descobertos bancários	-	-
Total		4 855 195,19	3 069 590,74

2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Soflusa, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os leitores destas Demonstrações Financeiras.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Soflusa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Soflusa, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

ii) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), a Soflusa efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 10 anos
Embarcações	20 anos
Recondicionamento motores embarcações	Entre 5 a 7 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos
Outras ativos tangíveis	Entre 4 a 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

iii) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 - Ativos Intangíveis.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;
ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Soflusa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Soflusa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Soflusa referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

iv) Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Soflusa não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Soflusa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

v) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
b) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
c) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
d) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

A Empresa reavalia esta classificação a cada data de relato.

vi) Inventários

Os inventários na Soflusa são tratados de acordo com o disposto na *NCP 10 - Inventários*. São reconhecidos como inventários os materiais de consumo (peças, sobressalentes e consumíveis) a utilizar na manutenção dos ativos fixos tangíveis e o inventário de combustíveis e lubrificantes, principal matéria-prima de exploração.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados subsequentemente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

vii) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

viii) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Soflusa não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

ix) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Contribuições adicionais de capital por parte do acionista, sem prazo de reembolso e sem remuneração configuram instrumentos de capital e são classificados como prestação suplementar no Património Líquido.

x) Passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xi) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados por natureza ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo não corrente, considerando o modelo de financiamento em vigor no Grupo Transtejo, com base na contratação de financiamentos de Médio / Longo Prazo junto do IGCP.

xii) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

Em 31 de dezembro de 2018 a Soflusa não dispõe de qualquer financiamento contratado na banca comercial.

xiii) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Soflusa não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Soflusa tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Soflusa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Soflusa tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Soflusa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xv) Subsídios e apoios do Governo

A Soflusa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 – Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis", no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados por Natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Soflusa regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xvi) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Soflusa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Soflusa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Soflusa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Soflusa não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

xvii) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Soflusa terá de registar os passivos pelo valor presente.

xviii) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xix) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Soflusa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Soflusa refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela Soflusa resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Soflusa, passes intermodais ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TCB)

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Soflusa é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido de acordo com a repartição da receita mensal, efetuada pela AML - Área Metropolitana de Lisboa, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do setor dos transportes, nos termos do disposto na Lei nº 25/2015 de 09 de junho (RJSTPT - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros).

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
ii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Soflusa. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

xx) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades do financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
(g) Pagamentos a empregados;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em Diário da República, 1.ª série — N.º 178 — 11 de setembro de 2015 7611 empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos

relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);

(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);

(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);

(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e

(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;

(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e

(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, se materiais.

xxii)Segmentos operacionais

A Soflusa identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e

custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Soflusa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** A Soflusa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.
  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

  A Soflusa utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.
- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza de cada exercício.
  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.
- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.
- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Soflusa.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Soflusa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Na Soflusa não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

i)*Fatores do risco financeiro*

As atividades da Soflusa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Soflusa, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que a Soflusa está sujeita, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pela Soflusa.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros da Soflusa, no contexto do Grupo Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

Risco de mercado

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional da Soflusa desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Soflusa, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Soflusa associado ao custo do serviço da dívida contratada com a acionista Transtejo.

Risco de crédito:

O risco de crédito da Soflusa é reduzido uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AML - Área Metropolitana de Lisboa, não existindo riscos de crédito significativos a considerar. No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações com partes relacionadas, operadores de transporte, como a Transtejo ou a CP.

Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Soflusa no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

Gestão do risco de capital

O objetivo da Soflusa em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3 Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	262 703,08	211 272,72	-	51 430,36	262 703,08	231 084,26	-	31 618,82
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	**262 703,08**	**211 272,72**	**-**	**51 430,36**	**262 703,08**	**231 084,26**	**-**	**31 618,82**

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	51 430,36						(19 811,54)			31 618,82
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	51 430,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(19 811,54)	0,00	0,00	31 618,82

i) Ativos Intangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não se registaram adições em ativos intangíveis.

ii) Ativos Intangíveis - Diminuições

No exercício de 2018 não se registaram diminuições nesta rubrica.

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

3.5. Outras divulgações

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável dos ativos fixos tangíveis, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utlizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	209 983,21	209 983,21		-	289 483,95	210 645,72		78 838,23
Equipamento básico	55 437 429,41	40 579 005,27		14 858 424,14	57 222 154,49	43 123 389,54		14 098 764,95
Equipamento de transporte	90 021,25	90 021,25		-	90 021,25	90 021,25		-
Equipamento Administrativo	90 210,50	89 700,50		510,00	86 179,91	86 179,91		-
Equipamentos biológicos								
Outros					17 456,62	17 030,46		426,16
Ativos fixos tangíveis em curso	597 951,39			597 951,39	500 489,33			500 489,33
	56 425 595,76	40 968 710,23	-	15 456 885,53	58 205 785,55	43 527 266,88	-	14 678 518,67
Total	**56 425 595,76**	**40 968 710,23**	-	**15 456 885,53**	**58 205 785,55**	**43 527 266,88**	-	**14 678 518,67**

e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada (final)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	-	79 500,74					(662,51)			78 838,23
Equipamento básico	14 858 424,14	1 796 783,45					(2 556 442,64)			14 098 764,95
Equipamento de transporte	-									-
Equipamento Administrativo	510,00	189,00	(510,00)				(189,00)			-
Outros	-	1 178,66	510,00				(1 262,50)			426,16
Ativos fixos tangíveis em curso	597 951,39	1 616 743,56	(1 714 205,62)							500 489,33
	15 456 885,53	3 494 395,41	(1 714 205,62)	-	-	-	(2 558 556,65)	-	-	14 678 518,67
Total	15 456 885,53	3 494 395,41	(1 714 205,62)	-	-	-	(2 558 556,65)	-	-	14 678 518,67

i) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											-
Edifícios e outras construções		79 500,74									79 500,74
Equipamento básico		82 577,83		1 714 205,62							1 796 783,45
Equipamento de transporte											-
Equipamento Administrativo		189,00									189,00
Outros		1 178,66									1 178,66
Ativos fixos tangíveis em curso		1 616 743,56									1 616 743,56
	-	1 780 189,79	-	1 714 205,62	-	-	-	-	-	-	3 494 395,41
Total	-	1 780 189,79	-	1 714 205,62	-	-	-	-	-	-	3 494 395,41

O aumento registado na rubrica de "Equipamento Básico", no montante de 1.796.783,45€, respeita, essencialmente, à capitalização das revisões das caixas redutoras e dos motores diesel MTU que se encontravam em curso (1.714.205,62€) correspondentes a grandes beneficiações de motores dos navios Fernando Namora (616.194,12€), Gil Vicente (556.541,22€) e Miguel Torga (541.470,28€).

O valor apresentado em Ativos Fixos Tangíveis em Curso (1.616.743,56€) diz respeito a: trabalhos de recondicionamento de motores que se encontravam em curso do ano anterior (1.116.254,23€), a novos contratos para revisão geral dos motores e caixas redutoras (356.489,33€) dos navios Cesário Verde (191.230,62€), Almeida Garrett (94.879,28€) e Fantasia (70.000€), à reabilitação do Terminal Fluvial do Barreiro (95.895,50€) e à implementação de Wi-Fi nos terminais e navios (48.483,93€).

ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Outros Ativos fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções						-
Equipamento básico						-
Equipamento de transporte						-
Equipamento Administrativo						-
Equipamentos biológicos						-
Outros						-
Ativos fixos tangiveis em curso	-	1 714 205,62	-	-	-	1 714 205,62
	-	1 714 205,62	-	-	-	1 714 205,62
Total	-	**1 714 205,62**	-	-	-	**1 714 205,62**

A diminuição registada em 2018 deve-se à transferência de Ativo Fixo Tangível em curso para Ativo Fixo Tangível.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2018 foram assumidos 1.445.259,68€ em compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis e transitaram de 2017 compromissos no montante de 1.222.268,44€. Durante o ano libertaram-se verbas destes compromissos no valor de 258.828,85€, por terem sido comprometidos em excesso.

A quantidade total de compromissos assumidos em 2018 para a aquisição de Ativos Fixos Tangíveis ascendeu a 2.408.699,27€.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outros Ativos fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	662,51	
Equipamento básico	2 556 447,64	
Equipamento de transporte		
Equipamento Administrativo	189,00	
Equipamentos biológicos		
Outros	1 262,50	
Ativos fixos tangíveis em curso		
	2 558 556,65	
Total	**2 558 556,65**	

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2018 a Soflusa tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

Descrição	
Edifícios	209 983,21
Pontões, Passadiços e Flutuadores	104 842,29
Embarcações	6 462 921,05
Acessórios Utensílios de Navegação	23 309,87
Máquinas e Acessórios	216 652,64
Ferramentas e Utensílios	14 384,10
Veículos	90 021,25
Equipamento informático	16 966,71
Equipamento de telecomunicações	918,41
Máquinas e equipamento de escritório	1 903,73
Equipamento de reprografia	119,31
Mobiliário de escritório e de arquivo	66 082,75
Mobiliário e equipamento comum	12 191,11
Utensílios de decoração e conforto	1 211,06
Equipamento e dispositivos de iluminação	9,67
Equipamento de ar condicionado e de circulação de ar	1 756,19
Equipamento de aquecimento de ambiente e aquecedores de água domésticos	429,93
	7 223 703,28

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

6 Locações

Norma não aplicável.

7 Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos nos exercícios de 2018 e 2017 foram os seguintes:

Entidade	Data do Contrato	Data do vcto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo a 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	30/09/2013	N/A	7 Anos	4 750 000,00	941 817,54	2,38%	2,38%	3 808 182,46	325 630,52	4 133 812,98	941 817,54	22 726,58	964 544,12		941 817,54	-
	20/09/2013	N/A	7 Anos	3 000 000,00	3 000 000,00	2,38%	2,38%	-	302 855,00	302 855,00	3 000 000,00	72 391,67	3 072 391,67		3 000 000,00	-
	19/03/2014	N/A	7 Anos	250 000,00	250 000,00	3,04%	3,04%	-	28 436,67	28 436,67	250 000,00	7 705,56	257 705,56		250 000,00	-
	01/04/2014	N/A	7 Anos	299 014,69	299 014,69	3,04%	3,04%	-	33 683,88	33 683,88	299 014,69	9 216,30	308 230,99		299 014,69	-
	30/06/2014	N/A	7 Anos	850 000,00	850 000,00	2,88%	2,88%	-	88 048,13	88 048,13	850 000,00	24 906,18	874 906,18		850 000,00	-
	01/07/2014	N/A	7 Anos	750 000,00	750 000,00	2,89%	2,89%	-	74 838,96	74 838,96	750 000,00	21 976,04	771 976,04		750 000,00	-
	28/07/2014	N/A	7 Anos	450 000,00	450 000,00	2,86%	2,86%	-	43 472,00	43 472,00	450 000,00	13 048,75	463 048,75		450 000,00	-
	27/08/2014	N/A	7 Anos	500 000,00	500 000,00	2,86%	2,86%	-	47 110,56	47 110,56	500 000,00	14 498,61	514 498,61		500 000,00	-
	23/09/2014	N/A	7 Anos	320 000,00	320 000,00	2,86%	2,86%	-	29 464,36	29 464,36	320 000,00	9 279,11	329 279,11		320 000,00	-
	29/10/2014	N/A	7 Anos	546 501,00	546 501,00	2,63%	2,63%	-	44 835,70	44 835,70	546 501,00	14 572,60	561 073,60		546 501,00	-
	27/11/2014	N/A	7 Anos	150 000,00	150 000,00	2,63%	2,63%	-	11 988,41	11 988,41	150 000,00	3 999,79	153 999,79		150 000,00	-
	27/02/2015	N/A	7 Anos	500 000,00	500 000,00	1,43%	1,43%	-	19 940,56	19 940,56	500 000,00	7 249,31	507 249,31		500 000,00	-
	28/05/2015	N/A	7 Anos	350 000,00	350 000,00	1,30%	1,30%	-	11 589,86	11 589,86	350 000,00	4 624,19	354 624,19		350 000,00	-
	30/07/2015	N/A	7 Anos	200 000,00	200 000,00	1,30%	1,30%	-	6 182,22	6 182,22	200 000,00	2 638,11	202 638,11		200 000,00	-
	30/09/2015	N/A	7 Anos	950 000,00	950 000,00	1,33%	1,33%	-	27 937,39	27 937,39	950 000,00	12 810,49	962 810,49		950 000,00	-
	31/10/2015	N/A	7 Anos	150 000,00	150 000,00	1,33%	1,33%	-	4 244,92	4 244,92	150 000,00	2 022,71	152 022,71		150 000,00	-
	30/11/2015	N/A	7 Anos	600 000,00	600 000,00	1,35%	1,35%	-	16 582,50	16 582,50	600 000,00	8 212,50	608 212,50		600 000,00	-
	30/06/2017	N/A	7 Anos	3 018 615,00	3 018 615,00	2,09%	2,09%	-	31 194,03	31 194,03	3 018 615,00	63 965,29	3 082 580,29		3 018 615,00	-
	27/12/2017	N/A	7 Anos	1 500 000,00	1 500 000,00	0,55%	0,55%	-	92,00	92,00	1 412 297,09	8 395,00	1 420 692,09		1 500 000,00	87 702,91
	31/07/2018	N/A	7 Anos	2 200 000,00	2 200 000,00	0,76%	0,76%	-	-	-	-	7 105,39	7 105,39		-	2 200 000,00
	21/11/2018	N/A	7 Anos	2 503 055,00	2 503 055,00	0,83%	0,83%	-	-	-	-	2 314,77	2 314,77		-	2 503 055,00
				23 837 185,69	20 029 003,23			3 808 182,46	1 149 127,46	4 957 309,92	15 238 245,32	333 645,94	15 571 891,26	-	15 325 948,23	4 790 757,91

Todos os empréstimos estão negociados em Euros e correspondem a operações de financiamento de tesouraria, negociados com a Transtejo, aos quais se encontra aplicada uma taxa fixa nominal média de 3,32%, tendo por base o custo do financiamento obtido pela Transtejo junto do acionista Estado.

A amortização dos empréstimos é efetuada por encontro de contas e não pela entrada de valores em caixa e equivalentes de caixa.

O montante de juros suportados corresponde, na sua totalidade, aos valores debitados pela acionista Transtejo, sendo calculados com base na taxa de juro aplicada ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dívidas de Clientes	Gerador de caixa	217 230,44	186 056,30	31 174,14		Fluxos de Caixa
TOTAL		217 230,44	186 056,30	31 174,14		

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respeita, na sua maior parte, ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa *Damen Shipyards*, cuja regularização se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.019,18 €).

10 Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Soflusa adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários da Empresa detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	150 794,48	3 728 904,80	3 658 292,76			68 118,06		153 288,46
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	**150 794,48**	**3 728 904,80**	**3 658 292,76**	-	-	**68 118,06**	-	**153 288,46**

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 inclui:

	2018	2017
Combustíveis	51 456,10	56 299,54
Outros	349 088,79	341 751,37
Imparidade de inventários	(247 256,43)	(247 256,43)
Total inventários	**153 288,46**	**150 794,48**

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2018, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 3.658.292,76€ (em 2017: 2.986.643,91€), dos quais 3.585.489,56€ correspondem a consumos de combustíveis (2017: 2.904.429,81€).

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

	2018	2017
Gasóleo p/consumo	3 585 489,56	2 904 429,81
Consumo de lubrificantes	49 314,60	48 851,10
Consumo Bilhetes	23 488,60	33 363,00
Total	**3 658 292,76**	**2 986 643,91**

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível realizado pelas embarcações na atividade de exploração. O acréscimo registado no custo do consumo de gasóleo deve-se, principalmente, ao aumento do preço médio do gasóleo consumido (0,06€/L), passando de 0,52€/L, em 2017, para 0,58€/L, em 2018.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2018 e 2017 foi determinado como segue:

	2018	2017
Existências iniciais	150 794,48	147 512,99
Compras de materiais diversos	3 728 904,80	3 237 181,83
Regularização de existências	(68 118,06)	(247 256,43)
Existências finais	(153 288,46)	(150 794,48)
Gastos do exercício	**3 658 292,76**	**2 986 643,91**

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2018
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	247 256,43				247 256,43
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	**247 256,43**	-	-	-	**247 256,43**

A imparidade de inventários acumulada, foi constituída em 2015, e corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2017 foi reconhecido um reforço da imparidade no montante de 14.797,30€, não sendo assinalável qualquer operação em 2018.

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro não ocorreram quaisquer movimentos de reversão de ajustamento de inventários.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

11 Agricultura

Norma não aplicável.

12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

13 Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2018	31.12.2017
Prestação de Serviços	9 644 513,08	8 995 819,95
Venda de bens	-	-
Outros rendimentos operacionais	815 756,99	1 043 838,30
Juros	-	-
Total	**10 460 270,07**	**10 039 658,25**

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Descrição	Obs.	2018	2017
Tráfego de Passageiros			
Bilhetes	i)	1 630 452,20	1 590 733,56
Intermodais	ii)	2 553 185,50	2 418 101,06
Passes próprios	iii)	529 107,69	500 601,51
Combinados	iv)	3 796 283,76	3 476 518,07
Zapping	v)	1 135 166,56	1 009 448,37
Outros		317,37	417,38
Total		**9 644 513,08**	**8 995 819,95**

i) **Bilhetes:** rendimentos de carregamentos de cartões Lisboa Viva (títulos de viagem ocasionais).
ii) **Intermodais:** rendimentos de passes de transporte de utilização multimodal, que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público.
iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para a carreira da Empresa.
iv) **Combinados:** sistema de combinação entre dois, três ou quatro operadores para uso exclusivo nas suas redes.
v) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar a Soflusa, a Carris e o Metro Lisboa mediante carregamento de valores, com descontos associados, em suporte Viva Viagem.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição		2018	2017
Outros rendimentos			
Afretamento de Navios	i)	401 500,00	634 700,00
Aluguer de Espaços e Outros	ii)	288 389,73	290 999,20
Outros	iii)	24 702,58	4 929,32
Venda de Cartões p/passes		79 994,31	77 825,45
Cedência de energia		16 474,44	25 818,72
Consumo de água		4 695,93	9 565,61
		815 756,99	**1 043 838,30**

i) **Afretamento de navios:** refere-se aos rendimentos obtidos com o afretamento à Transtejo de duas embarcações ("Cesário Verde" e "Pedro Nunes") na sequência de contrato de afretamento "a casco nu" celebrado entre as duas sociedades. No ano 2018, o rendimento gerado por esta operação foi de 401.500,00€, e, em 2017, o rendimento ascendeu a 634.700,00€, esta redução deveu-se ao facto de, no ano de 2018, apenas ter estado em funcionamento a embarcação "Pedro Nunes";

ii) **Aluguer de Espaços e Outros:** inclui os rendimentos obtidos com o aluguer de bares nos navios 50.481,60€ (2017: 49.922,48€), licenças de ocupação de espaços comerciais a retalho 183.377,93€ (2017: 181.517,97€), exploração do parque do estacionamento do Barreiro 54.530,20€ (2017: 54.202,20€) e cedência de espaços para publicidade 6.750,36€ (2017: 5.356,55€);

iii) **Outros:** inclui os rendimentos obtidos com comissões obtidas.

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

14 Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Rendimentos	31.12.2018	31.12.2017
Subsídios obtidos	**650 017,46**	**534 305,58**
Indemnizações Compensatórias	238 678,39	238 679,24
Compensação 4/18 e Sub 23	200 286,35	152 574,46
Compensação Passe Social +	211 052,72	143 051,88
Outros Rendimentos	**1 583 180,96**	**1 776 261,31**

O valor na rubrica de "Outros Rendimentos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2018			Período de 2017		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Damião de Goes (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	195 707,52	195 707,52	946 391,70	195 707,52	195 707,52	1 142 099,22
		Miguel Torga (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 615,76	197 615,76	1 054 459,23	197 615,76	197 615,76	1 252 074,99
		Fernando Namora (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 842,20	197 842,20	1 055 703,46	197 842,20	197 842,20	1 253 545,66
		Gil Vicente (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 864,04	197 864,04	1 055 617,96	197 864,04	197 864,04	1 253 482,00
		Artur Semedo (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 604,88	192 604,88	1 028 194,23	192 604,88	192 604,88	1 220 798,91
		Almeida Garrett (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 746,64	192 746,64	1 028 078,23	192 746,64	192 746,64	1 220 824,87
		Fernando Pessoa (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 828,60	192 828,60	1 108 119,90	192 828,60	192 828,60	1 300 948,50
		Antero Quental (FEDER - 80% / PIDDAC - 81%)	198 227,96	198 227,96	1 126 788,28	198 227,96	198 227,96	1 322 998,24
Total			1 563 437,40	1 563 437,40	8 403 352,99	1 563 437,40	1 563 437,40	9 966 770,39

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte decomposição no balanço:

Balanço	Ano 2018	Ano 2017
Activos Sujeitos a restrições		
Contas a Receber de transações sem contraprestação	115 712,74	-
Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação		
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições		
Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos		
Passivos perdoados		

O valor indicado corresponde a um valor a receber de subsídios à exploração referente a valores que transitaram de compensações de 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

O valor mais significativo registado nesta rubrica corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas, registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA, correspondem ao montante atribuído à Soflusa pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental (Secretaria Geral do Ministério do Ambiente). Este montante, inscrito no Orçamento de Estado de cada um dos anos em referência, foi fixado por distribuição de *plafond*, de acordo com a RCM nº150/2018 e 133/2017. Encontra-se em fase de preparação um novo projeto de Contratualização do Serviço Público de suporte à atribuição de compensações financeiras à Soflusa.

Estes diplomas suportaram, também, a distribuição das compensações recebidas, entre indemnizações compensatórias e compensações tarifárias.

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2018 e 2017, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2017	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2018
Impostos					
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	771 558,18	52 500,00			824 058,18
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					-
Matérias ambientais	51 500,00				51 500,00
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras Provisões					
Total	**823 058,18**	**52 500,00**	-	-	**875 558,18**

Em 2018 as provisões foram reforçadas em 52.500€ e dizem respeito a diversos processos judiciais interpostos por trabalhadores ao serviço da Empresa.

Em 2017 foram reforçadas provisões no montante de 626.325,62€. Este montante é composto pela provisão para processo judicial instaurado pelo Sindicato da Marinha Mercante, Indústrias e Energia, tendo associado um risco de condenação da Soflusa à regularização aos trabalhadores de componente remuneratória correspondente à média das remunerações variáveis integrada nas férias, subsídios de férias e natal (616.325,62€) e de uma contraordenação instaurada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (10.000,00€).

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer exfluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 a Soflusa não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 a Soflusa não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A Soflusa reconhece as transações e moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro

17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 23 de janeiro de 2020 pelo Conselho de Administração.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18 Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela Soflusa quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Soflusa.

18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		24 489,30		24 489,30	45 950,30		45 950,30
Depósitos bancários		4 830 705,89		4 830 705,89	3 023 640,44		3 023 640,44
		4 855 195,19	-	**4 855 195,19**	**3 069 590,74**	-	**3 069 590,74**
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:							
Ativos correntes							
Clientes	a)	217 230,44	(186 056,30)	31 174,14	411 274,36	(186 056,30)	225 218,06
Estado e Outros Entes Públicos	f)	542 148,53		542 148,53	389 434,40		389 434,40
Outras contas a receber	b)	1 469 472,94		1 469 472,94	1 071 159,83	-	1 071 159,83
		2 228 851,91	**(186 056,30)**	**2 042 795,61**	**1 871 868,59**	**(186 056,30)**	**1 685 812,29**
		7 084 047,10	**(186 056,30)**	**6 897 990,80**	**4 941 459,33**	**(186 056,30)**	**4 755 403,03**
Passivos Financeiros							
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Passivos não correntes							
Financiamentos bancários		4 790 757,91	-	4 790 757,91	15 325 948,23	-	15 325 948,23
		4 790 757,91	-	**4 790 757,91**	**15 325 948,23**	-	**15 325 948,23**
Passivos correntes							
Fornecedores	c)	238 857,03	-	238 857,03	8 257,23	-	8 257,23
Estado e Outros Entes Públicos	f)	115 181,21	-	115 181,21	111 550,33	-	111 550,33
Outras contas a pagar	d)	1 186 004,71	-	1 186 004,71	1 050 798,25	-	1 050 798,25
Diferimentos	e)	134 147,21	-	134 147,21	155 035,63	-	155 035,63
		1 674 190,16	-	**1 674 190,16**	**1 325 641,44**	-	**1 325 641,44**
		6 464 948,07	-	**6 464 948,07**	**16 651 589,67**	-	**16 651 589,67**

a) Clientes: Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber decorrentes de protocolos de prestação de serviços de transporte, celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

Descrição	Obs.	2018	2017
Outros devedores		42 237,37	100 198,88
Imparidade outros devedores		-	-
Outros Devedores		**42 237,37**	**100 198,88**
Compensações tarifárias		115 712,74	-
Sinistros em regularização	i)	100 150,56	100 150,56
Receitas passes intermodais	ii)	913 804,23	578 222,39
Outros acréscimos de rendimentos	iii)	297 568,04	286 108,32
Acréscimos de rendimentos		**1 427 235,57**	**964 481,27**
Seguros			6 479,68
Acréscimos de gastos		-	**6 479,68**
	Total	**1 469 472,94**	**1 071 159,83**

i) Especializações de regularizações de sinistros e indemnizações a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridas com a frota de navios da Soflusa (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Lusitânia, SA);

ii) Especializações da quota-parte atribuível à Soflusa pela venda de passes intermodais por outros operadores públicos de transporte. O acréscimo registado nesta rubrica deve-se ao atraso no envio da informação por parte da AML - Área Metropolitana de Lisboa.

iii) Especializações das concessões dos parques de estacionamento, publicidade, licenças de ocupação de espaços e receitas dos terminais

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos são como segue:

Descrição entidade	2018	2017
Soc. Consultores marítimos , Lda	108 510,91	-
Petrogal-Petróleos de Portugal	93 379,63	-
Rodoviária de Lisboa	25 585,19	-
Rinave-Reg. Internacional Naval,SA.	4 385,74	-
Prosegur - Log. Trat. Val. Portugal, Unipes	3 692,92	-
Capitania do Porto de Lisboa	1 424,94	-
Triângulo d'Ideias, Lda.	1 142,31	-
TNOLEN, Lda.	460,02	-
Informantem, SA.	159,90	-
CP - Comboios de Portugal SA	-	7 715,70
Otlis ACE	-	507,83
Outras entidades	115,47	33,70
Total	**238 857,03**	**8 257,23**

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Obs.	2018	2017
Credores diversos		15 820,88	13 284,44
Outros credores		15 820,88	13 284,44
Remunerações a pagar	i)	544 014,94	531 230,11
Outros	ii)	626 168,89	506 283,70
Acréscimo de gastos		1 170 183,83	1 037 513,81
Total		**1 186 004,71**	**1 050 798,25**

i) Especialização de encargos a pagar em 2019 aos colaboradores, relativos a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam o subsídio de alimentação, o subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros, cujo direito foi adquirido em 2018;

ii) Inclui especializações diversas de fornecimentos e serviços externos, nomeadamente montantes referentes aos ajustes de carregamento de passes face a repartição de receita (323.895,59€) e gastos do 4º. Trimestre suportados pela Acionista referentes a serviços.

e) Diferimentos: Especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro, referentes a janeiro do ano seguinte.

f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	50 835,61	-	48 401,09	-
Imposto a recuperar	12 620,40	-	12 480,64	-
Imposto a pagar	-	3 224,72	-	2 675,25
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares	-	38 381,50	-	34 974,00
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	478 692,52	-	328 552,67	-
Contribuições p/ Segurança Social	-	72 928,69	-	73 254,78
Outras tributações	-	646,30	-	646,30
Total	**542 148,53**	**115 181,21**	**389 434,40**	**111 550,33**

O saldo devedor de IRC em 2018 corresponde ao montante do PEC dos exercícios de 2013 (15.642,38€], 2014 (15.484,10€), 2016 (17.274,61€) e 2018 (18.076,90€).

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de IVA a receber ascendia a 478.692,52€, cujo reembolso, no montante de 380.000€ foi solicitado em dezembro de 2018 (300.000€) e janeiro de 2019 (80.000€), valor que foi recebido em fevereiro de 2019.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.
Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2018	2017
Imposto a recuperar	12 620,40	12 480,64
Imposto a pagar	(3 224,72)	(2 675,25)
Total	**9 395,68**	**9 805,39**
Estimativa de imposto a pagar	(3 224,72)	(2 675,25)
Retenções na fonte de terceiros	12 620,40	12 480,64
Total	**9 395,68**	**9 805,39**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2018	2017
Tributação Autónoma	(3 224,72)	(2 675,25)
Outros	-	-
Total	**(3 224,72)**	**(2 675,25)**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2000), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2018	2017	Ano Limite de Utilização
Gerados no exercício de 2018	1 840 063,48	-	2023
Gerados no exercício de 2017	1 197 040,85	1 197 040,85	2022
Gerados no exercício de 2016	1 447 018,44	1 447 018,44	2028
Gerados no exercício de 2015	8 627,57	8 627,57	2027
Gerados no exercício de 2014	2 800 504,20	2 800 504,20	2026
	7 293 254,54	**5 453 191,06**	

Em 31 de dezembro de 2018 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 7,29 Milhões €. A Empresa entendeu não reconhecer o correspondente ativo por imposto diferido, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar. A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 Milhões € são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3% até aos 7,5 Milhões €, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 euros. Em resultado das sucessivas modificações ao Código do IRC, foi limitada a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável a partir de 2015, e foram sendo alterados os períodos de reporte de prejuízos fiscais (ver quadro acima).

Nos exercícios de 2018 e 2017, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

	2018	2017
Resultado antes de imposto	(1 952 292,93)	(1 781 137,57)
Taxa nominal de imposto até 15.000€	17,00%	17,00%
Taxa nominal de imposto	21,50%	21,50%
Imposto esperado	-	-
Diferenças temporárias e permanentes		
Provisões não dedutíveis	52 500,00	620 325,62
Estim. IRC e insufic. estimativa imposto	-	-
Perdas por imparidade em inventários	-	14 797,30
Donativos não previstos	-	750,00
Diferença entre mais e menos valias fiscais	-	-
Mais valias contabilísticas	-	-
Limitação dedução gastos de financiamento	-	-
Outras deduções	59 729,45	(57 776,20)
Total dos acertos	112 229,45	584 096,72
Lucro tributável	-	-
Prejuízos fiscais	(1 840 063,48)	(1 197 040,85)
Materia colectável	(1 840 063,48)	(1 197 040,85)
Colecta + Derrama	-	-
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	3 224,72	2 675,25
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	-	-
Impostos sobre o rendimento do período	3 224,72	2 675,25
Taxa efectiva de imposto	-0,17%	-0,15%
Imposto corrente	3 224,72	2 675,25
Imposto diferido	-	-
	3 224,72	**2 675,25**

18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2018 e 2017.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Soflusa por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de Dezembro de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamento obtidos correntes			
Empréstimo Acionista	-	-	4 790 757,91
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	-	-	4 790 757,91
Fornecedores	238 857,03	-	-

31 de Dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamento obtidos correntes			
Empréstimo Acionista	-	-	15 325 948,23
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	-	-	15 325 948,23
Fornecedores	8 257,23	-	-

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Soflusa não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de Dezembro de 2018, o capital social da Soflusa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 11.900.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

2018		2017	
Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
11 900 000	59 500 000	8 900 000	44 500 000

A Soflusa não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.17. Aumentos de capital realizados no período

Em 2018 verificou-se um aumento de capital em espécie por conversão de créditos detidos pela Transtejo sobre a Soflusa, no montante de 15.000.000 €.

Com esta operação deliberada na Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2017, realizada em 18 de dezembro de 2018, o Acionista procurou dar cumprimento às medidas de recomposição do capital próprio determinadas no nº.3 do artigo 35º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro), considerando que em 31 de dezembro

de 2017 a Soflusa cumpria o limite de apresentar consecutivamente, por mais de 3 anos, capitais próprios negativos.

18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do Capital próprio referem-se às Prestações Suplementares e Resultados Transitados:

	Prestações Suplementares	Resultados Transitados	Total
1 de janeiro de 2017	**3 720 000,00**	**(51 905 781,94)**	**(48 185 781,94)**
Aplicação do resultado 2016	-	(1 557 310,08)	(1 557 310,08)
31 de dezembro de 2017	**3 720 000,00**	**(53 463 092,02)**	**(49 743 092,02)**
Aplicação do resultado 2017	-	(1 783 812,82)	(1 783 812,82)
31 de dezembro de 2018	**3 720 000,00**	**(55 246 904,84)**	**(51 526 904,84)**

Prestações suplementares

As prestações suplementares, no montante de 3.720.000€, não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. De acordo com a legislação vigente as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio, após a sua restituição, não fique inferior a soma do capital e das reservas não distribuíveis.

Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 18 de dezembro de 2018, os prejuízos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram transferidos integralmente para resultados transitados.

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20 Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Empresa-mãe: Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Soflusa não exercia controlo sobre qualquer entidade.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Partes relacionadas	Sede	Percentagem de Participação	
		31.12.2018	31.12.2017
Empresa-mãe:			
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Terminal Fluvial do Cais do Sodré Rua Cintura do Porto de Lisboa 1249-249 Lisboa	100%	100%
Entidades conjuntamente controladas:			
Subsídiárias:			
Associadas:			
Outras entidades:			

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Empresa-mãe								
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	-	-	401 500,00	333 645,92	-	-	634 700,00	292 383,31
Outras partes relacionadas								
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	-	1 139 588,16	82,10	-	-	574 830,92	903,20
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	-	-	313 105,51	14 490,29	-	-	202 635,59	24 103,48
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	245 475,92	-	-	-	52 915,02	-
Otlis, A.C.E.	-	-	1 632 718,98	59 182,32	-	-	1 210 260,12	62 792,98
	-	-	**3 732 388,58**	**407 400,63**	-	-	**2 675 341,65**	**380 182,97**

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldos	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Saldos Ativos	Saldos Passivos	Saldos Ativos	Saldos Passivos
Empresa-mãe				
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	-	4 790 757,91	-	15 325 948,23
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	4 666,78	-	222,58	-
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	837,73	-	132 582,10	7 715,70
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	-	-
Otlis, A.C.E.	18 219,23	-	20 417,55	507,83

21 Relato por segmentos

A Soflusa detém apenas um segmento operacional, o que consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre Lisboa e o Barreiro. A Soflusa não prepara informação financeira específica para reporte e relato por segmentos.

22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23 Outras divulgações

23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

a. Regime de concessão

A Empresa foi constituída em 1992 pela C.P. - Caminhos-de-Ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa - Barreiro para articulação da rede ferroviária a norte e a sul do Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2001 a Empresa foi integralmente adquirida pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

b. Contrato de serviço público

Apesar da relevância social do serviço prestado pela Soflusa, este não se encontrava contratualizado. Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, na ligação Lisboa - Barreiro.

Atualmente encontra- se em fase de preparação novo modelo de contrato de serviço público, por intermédio da sua acionista, Transtejo.
Neste contrato serão definidas as obrigações de prestação de serviços da Empresa bem como a compensação devida pelo seu cumprimento.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público a contratar:

- Assegurar a oferta do número de circulações definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Serão, igualmente, contratualizadas as regras de determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações.

23.2. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2018 e 2017, é como segue:

		2018	2017
Conservação e reparação	i)	2 092 814,31	1 951 482,97
Seguros	ii)	363 092,02	427 087,43
Vigilância e segurança	iii)	386 735,97	350 659,47
Trabalhos especializados	iv)	319 196,68	284 152,95
Limpeza, higiene e conforto	v)	154 989,42	149 858,37
Eletricidade	vi)	97 615,41	159 008,48
Rendas e alugueres	vii)	249 635,56	46 132,32
Outros		121 574,14	109 145,33
Fornecimentos e serviços externos		**3 785 653,51**	**3 477 527,32**

i) Conservação e reparação: os gastos desta natureza resultam de intervenções correntes efetuadas na frota, englobando diversas ações de manutenção de carácter preventivo e corretivo, executadas em estaleiros e em oficinas especializadas. Inclui ainda, o Serviço de Gestão Técnica da frota, subcontratado à entidade SCMA - Sociedade de Consultores marítimos Lda;

ii) Seguros: esta rubrica inclui prémios de seguro para diversas coberturas de risco sendo o mais significativo, relacionado com o ramo marítimo-cascos (riscos de navegação) referente às 11 embarcações que compõem a frota da Empresa;

iii) Vigilância e segurança: encargos suportados com os serviços de segurança e vigilância humana prestados por entidades externas, nos terminais do Barreiro e Terreiro do Paço;

iv) Trabalhos especializados: serviço de natureza diversa, dos quais se destaca o recurso a mão-de-obra externa para preenchimento de necessidades temporárias de recursos humanos (com maior

relevância para as áreas operacionais) e ainda encargos com as inspeções e vistorias de certificação e classificação estatutária de classe das embarcações;

v) Limpeza, Higiene e conforto: gastos do período associados aos serviços de higiene e limpeza das instalações e embarcações, prestados por uma entidade externa;

vi) Eletricidade: gastos de consumo de eletricidade do Terminal do Terreiro do Paço relativos ao período de dezembro/2015 a dezembro/2017 (regularizações) e consumo do Terminal do Barreiro do corrente ano;

vii) Rendas e alugueres: gastos de arrendamento pela concessão do uso das instalações do Terreiro do Paço e Terminal Fluvial do Barreiro, incluindo taxas referentes ao uso de bens domínio publico.

23.3. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Orgãos sociais	324,22	-
Pessoal	3 060 238,03	3 035 670,90
Sub-total	**3 060 562,25**	**3 035 670,90**
Indemnizações	-	65 016,56
Encargos sobre remunerações	687 368,70	685 520,73
Seguros acidentes de trabalho	227 516,96	60 173,51
Gastos acção social	0,00	125,00
Outros gastos com pessoal	91 420,24	106 276,16
Sub-total	**1 006 305,90**	**917 111,96**
Total de gastos com o pessoal	**4 066 868,15**	**3 952 782,86**

Em 2018, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificada, essencialmente, por uma regularização no seguro de acidentes de trabalho, decorrente do aumento da sinistralidade.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2018 foi de 133 (em 31 dezembro de 2017: 139), assinalando-se uma redução de 6 trabalhadores.

Esta redução é justificada por saídas em situação de reforma ao longo do exercício (5 colaboradores).

23.4. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2018 e 2017, é como segue:

Descrição	2018	2017
Outros Gastos		
Outros Gastos e Perdas	170 432,89	259 159,95
	170 432,89	**259 159,95**

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, regularização de sinistros de anos anteriores (120.185,32€) e taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade, no montante global de 25.554,81€.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ema Maria de Almeida Ferreira

TRANSTEJO SOFLUSA

SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS & ANEXO II

Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RP	RG	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais (1)	**3 069 590,74**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3 069 590,74**	**0,00**
	Restituição do saldo por. Orçamentais							
	Operações de tesouraria (A)							
	Receita corrente	**11 009 528,94**	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 575 891,94**	**0,00**
R1	**Receita Fiscal**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	**Transferências Correntes**	**0,00**	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**566 363,00**	**0,00**
R51	**Administrações Públicas**	**0,00**	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**566 363,00**	**0,00**
R511	Administração central - Estado	0,00	566 363,00	0,00	0,00	0,00	566 363,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R513	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R53	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	10 066 913,34	0,00	0,00	0,00	0,00	10 066 913,34	0,00
R7	Outras receitas correntes	942 615,60	0,00	0,00	0,00	0,00	942 615,60	0,00
	Receita de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	**Transferências de Capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R91	**Administrações Públicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Exterior - EU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R93	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva (2)	**11 009 528,94**	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 575 891,94**	**0,00**
	Receita não efetiva (3)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**0,00**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	4 703 055,00	0,00	4 703 055,00	0,00
	Soma (4)= (1)+(2)+(3)	**14 079 119,68**	**566 363,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**0,00**	**19 348 537,68**	**0,00**
	Operações de tesouraria (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	38 154,16	38 154,16	0,00

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		RG	RP	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Despesa corrente	**8 761 316,71**	**565 906,65**	**0,00**	**3 002 166,34**	**0,00**	**12 329 389,70**	**0,00**
D1	Despesas com o pessoal	**2 418 345,33**	**565 906,65**	**0,00**	**760 117,52**	**0,00**	**3 744 369,50**	**0,00**
D11	Remunerações certas e permanentes	826 895,35	565 906,65	0,00	760 117,52	0,00	2 152 919,52	0,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais	891 703,25	0,00	0,00	0,00	0,00	891 703,25	0,00
D13	Segurança Social	699 746,73	0,00	0,00	0,00	0,00	699 746,73	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	6 287 372,40	0,00	0,00	2 242 048,82	0,00	8 529 421,22	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4	**Transferências correntes**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D41	**Administrações Públicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D415	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D43	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D44	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	55 598,98	0,00	0,00	0,00	0,00	55 598,98	0,00
	Despesa de capital	**484 256,73**	**0,00**	**0,00**	**1 686 098,94**	**0,00**	**2 170 355,67**	**0,00**
D7	Investimento	484 256,73	0,00	0,00	1 686 098,94	0,00	2 170 355,67	0,00
D8	**Tranferências de capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D81	**Administrações Públicas**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D812	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D813	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D814	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D815	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D83	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D84	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva (5)	**9 245 573,44**	**565 906,65**	**0,00**	**4 688 265,28**	**0,00**	**14 499 745,37**	**0,00**
	Despesa não efetiva (6)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma (7) = (5)+(6)	**9 245 573,44**	**565 906,65**	**0,00**	**4 688 265,28**	**0,00**	**14 499 745,37**	**0,00**
	Operações de tesouraria (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	31 751,28	31 751,28	0,00
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais (8)= (4)-(7)	**4 833 546,24**	**456,35**	**0,00**	**14 789,72**	**0,00**	**4 848 792,31**	**0,00**
	Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-(C)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6 402,88**	**6 402,88**	**0,00**
	Saldo global (2)-(5)	**1 763 955,50**	**456,35**	**0,00**	**-4 688 265,28**	**0,00**	**-2 923 853,43**	**0,00**
	Despesa primária	9 245 573,44	565 906,65	0,00	4 688 265,28	0,00	14 499 745,37	0,00
	Saldo corrente	2 248 212,23	456,35	0,00	-3 002 166,34	0,00	-753 497,76	0,00
	Saldo de capital	-484 256,73	0,00	0,00	-1 686 098,94	0,00	-2 170 355,67	0,00
	Saldo primário	1 763 955,50	456,35	0,00	-4 688 265,28	0,00	-2 923 853,43	0,00
	Receita total (1)+(2)+(3)	**14 079 119,68**	**566 363,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**0,00**	**19 348 537,68**	**0,00**
	Despesa total (5)+(6)	**9 245 573,44**	**565 906,65**	**0,00**	**4 688 265,28**	**0,00**	**14 499 745,37**	**0,00**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Demonstração de execução orçamental da receita

Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
Receita corrente	**11 975 428,00**	**0,00**	**0,00**	**13 412 783,14**	**1 630 072,95**	**13 015 104,68**	**1 439 212,74**	**1 439 212,74**	**0,00**	**11 575 891,94**	**11 575 891,94**	**0,00**	**206 818,25**
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos													
R1.2 Impostos indiretos													
R2 Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde													
R3 Taxas, multas e outras penalidades													
R4 Rendimentos de Propriedade													
R5 Transferências correntes	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**	**566 363,00**	**0,00**	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**566 363,00**	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**
R5.1 Administrações Públicas	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**	**566 363,00**	**0,00**	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**566 363,00**	**566 363,00**	**0,00**	**0,00**
R5.1.1 Administração Central - Estado	566 363,00		0,00	566 363,00	0,00	566 363,00	0,00	0,00	0,00	566 363,00	566 363,00		0,00
R6 Venda de bens e serviços	10 180 168,00		0,00	11 709 201,69	1 628 808,21	11 505 118,08	1 438 204,74	1 438 204,74	0,00	10 066 913,34	10 066 913,34		13 480,14
R7 Outras receitas correntes	1 228 897,00		0,00	1 137 218,45	1 264,74	943 623,60	1 008,00	1 008,00	0,00	942 615,60	942 615,60		193 338,11
Receita de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R8 Venda de bens de investimento													
R9 Transferências de capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R9.1 Administrações Públicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R9.1.1 Administração Central - Estado													
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades													
R9.1.3 Segurança Social													
R9.1.4 Administração Regional													
R9.1.5 Administração Local													
R9.2 Exterior - EU													
R9.3 Outras													
R10 Outras receitas de capital													
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos													
Receita efetiva (2)	**11 975 428,00**	**0,00**	**0,00**	**13 412 783,14**	**1 630 072,95**	**13 015 104,68**	**1 439 212,74**	**1 439 212,74**	**0,00**	**11 575 891,94**	**11 575 891,94**	**0,00**	**206 818,25**
Receita não efetiva (3)	**6 947 134,00**	**0,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4 703 055,00**	**4 703 055,00**	**0,00**	**0,00**
R12 Receita com ativos financeiros													
R13 Receita com passivos financeiros	6 947 134,00		0,00	4 703 055,00	0,00	4 703 055,00	0,00	0,00	0,00	4 703 055,00	4 703 055,00		0,00
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	3 069 590,74		0,00	3 069 590,74	0,00	3 069 590,74	0,00	0,00	0,00	3 069 590,74	3 069 590,74		0,00
Total	**21 992 152,74**	**0,00**	**0,00**	**21 185 428,88**	**1 630 072,95**	**20 787 750,42**	**1 439 212,74**	**1 439 212,74**	**0,00**	**19 348 537,68**	**19 348 537,68**	**0,00**	**206 818,25**

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

Demonstração de execução orçamental da despesa

Classificadores orçamentais detalhados	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas Pagas Líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
										Emitidas	Recebidas	Período anterior	Período corrente	Total		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)
Despesa Corrente	0,00	16 013 432,00	4 016 690,00	2 100 312,00	553 290,81	13 543 803,19	13 543 803,19	12 655 827,42	0,00	0,00	0,00	0,00	12 329 389,70	12 329 389,70	887 975,77	326 437,72
02 Despesas com o pessoal	0,00	1 067 320,00	208 212,00	208 212,00	310 108,07	3 856 834,83	3 856 834,83	3 856 834,83	0,00	0,00	0,00	0,00	3 744 566,55	3 744 566,55	0,00	112 268,28
02.1 Remunerações certas e permanentes	0,00	2 277 471,00	198 562,00	198 562,00	61 943,17	2 215 527,83	2 215 527,83	2 215 527,83				0,00	2 152 919,52	2 152 919,52	0,00	62 608,31
02.2 Abonos variáveis ou eventuais	0,00	334 080,00	101 750,00	101 750,00	42 370,73	891 703,23	891 703,23	891 703,23				0,00	891 703,25	891 703,25	0,00	0,00
02.3 Segurança Social	0,00	855 679,00	0,00	0,00	106 049,05	749 584,95	749 584,95	749 584,95				0,00	699 746,73	699 746,73	0,00	19 849,32
03 Aquisição de bens e serviços	0,00	11 384 441,00	3 219 918,00	1 800 000,00	338 109,75	9 627 198,25	9 627 198,25	8 743 407,41				0,00	8 529 421,22	8 529 421,22	883 790,84	213 986,19
03 Juros e outros encargos	0,00	37,00	0,00	0,00	37,00	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.1.1 Administração Central - Estado																
04.1.2 Administração Central - Outras entidades																
04.1.3 Segurança Social																
04.1.4 Administração Regional																
04.1.5 Administração Local																
04.2 Instituições sem fins lucrativos																
04.3 Famílias																
04.4 Outras																
05 Subsídios																
06 Outras despesas correntes	0,00	561 444,00	106 066,00	0,00	4 694,80	59 784,11	59 784,11	55 590,98				0,00	55 598,98	55 598,98	4 185,13	0,00
Despesa de Capital	0,00	2 909 130,00	0,00	0,00	500 430,73	2 408 699,27	2 408 718,00	2 170 355,67	0,00	0,00	0,00	0,00	2 170 355,67	2 170 355,67	238 343,60	0,00
07 Investimento	0,00	2 909 130,00	0,00	0,00	500 430,73	2 408 699,27	2 408 718,00	2 170 355,67				0,00	2 170 355,67	2 170 355,67	238 343,60	0,00
08 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.1.1 Administração Central - Estado																
08.1.2 Administração Central - Outras entidades																
08.1.3 Segurança Social																
08.1.4 Administração Regional																
08.1.5 Administração Local																
08.2 Instituições sem fins lucrativos																
08.3 Famílias																
08.4 Outras																
09 Outras despesas de capital																
Despesa efetiva (5)	0,00	18 922 562,00	4 016 690,00	2 100 312,00	1 053 681,54	15 952 503,46	15 952 521,19	14 826 183,09	0,00	0,00	0,00	0,00	14 499 745,37	14 499 745,37	1 126 319,37	326 437,72
Despesa não efetiva (8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com ativos financeiros																
D11 Despesa com passivos financeiros																
Total	0,00	18 922 562,00	4 016 690,00	2 100 312,00	1 053 681,54	15 952 503,46	15 952 521,19	14 826 183,09	0,00	0,00	0,00	0,00	14 499 745,37	14 499 745,37	1 126 319,37	326 437,72

O Conselho de Administração:

Dra. Marina Rita da Fonseca Lopes Ferreira

Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

Demonstração da Execução dos Encargos Plurianuais de Investimento e Funcionamento

Encargos plurianuais de investimento

Objetivo (1)	Número do Projeto SCEP (2)	Portaria Extensão Encargos (3)	Designação do Projeto (4)	Económica (5)	F.F. (6)	Datas		Valor Contrato c/IVA (9)	Anos Anteriores (10)	Ano t		Escalonamento					Modificação (+/-) (18)=(12)-(11)
						Inicio (7)	Fim (8)			Dotação Anual (11)	Despesa do Ano (12)	Ano t+1 (13)	Ano t+2 (14)	Ano t+3 (15)	Ano t+4 (16)	Outros (17)	
Investimento Serviços	01/2018/2017	Portaria n.º 227/2018 de 11 de abril	Aquisição de serviços para a revisão geral (MTU-QL4) dos motores diesel MTU 16V 4000 M70 do catamarã "Fernando Namora"	07.01.10.B0	713	31/12/2017	31/12/2018	653 614,77 €	169 358,04 €	484 256,73	484 256,73						0,00
Investimento Serviços	03/2018/2017	Portaria n.º 228/2018 de 11 de abril	Revisores dos MPPs Rotaveis	07.01.10.B0	713	31/12/2017	31/12/2018	565 781,40 €	339 468,84 €	226 312,56	226 312,56						0,00
Investimento Serviços	07/2017		Revisão geral de 2 caixas redutoras do catamarã "Gil Vicente"	07.01.10.B0	713	24/10/2017	09/03/2018	51 475,87 €		51 475,87	51 475,87						0,00
Investimento Serviços	08/2017		Revisão geral 4 caixas redutoras dos catamarãs "Miguel Torga" e "Fernando Namora"	07.01.10.B0	713	19/05/2017	09/03/2018	73 012,81 €		73 012,81	73 012,81						0,00
Investimento Serviços	12/2017	Portaria n.º 275/2018	revisão geral dos motores do catamarã "Gil Vicente"	07.01.10.B0	713	22/09/2017	31/12/2018	479 620,85 €		143 886,26	335 734,59						191 848,33
Investimento Serviços	26/2018		Instalação de rede Wireless nos navios	07.01.15.B0	713	15/10/2018	28/02/2019	85 193,19 €		85 193,19	76 673,87	8 519,32					-8 519,32
Investimento Serviços	28/2018		Renovação de postos automáticos de venda - MAVB	07.01.07.B0	713	15/09/2018	15/10/2019	92 573,08 €		92 573,08	83 589,99	8 983,09					-8 983,09
Investimento Bens/Serviços	29/2018		Aquisição de bens e serviços - reparação de dois motores propulsores Caterpillar e caixas redutoras do catamarã "Fantasia"	07.01.10.B0	713	25/12/2018	04/01/2019	172 200,00 €		172 200,00	86 100,00	86 100,00					-86 100,00
Investimento Serviços	31/2018		Aquisição de projeto de reformulação dos espaços comerciais e de serviços do Terminal Fluvial do Barreiro	07.01.03.B0	713	26/11/2018	04/03/2019	77 367,00 €		23 210,10	23 210,10	54 156,90					0,00
Investimento Bens/Serviços	03/2019/2018	Portaria n.º 253/2019 de 17 de abril	Revisão geral motores catamarã "Cesário Verde"	07.01.10.B0	713 513	19/09/2018	03/01/2019	478 477,67 €		478 477,67	149 927,68	328 550,02					-328 549,99
Investimento Bens/Serviços	04/2019/2018	Portaria n.º 252/2019 de 17 de abril	Reparação e docagem catamarã "cesário verde"	02.02.03.MF	513	11/09/2018	21/02/2019	195 486,97 €		195 486,97	58 646,09	136 840,88					-136 840,88

Encargos plurianuais de funcionamento

Objetivo	Número do Projeto SCEP	Portaria Extensão Encargos	Designação do Projeto	Económica	F.F.	Datas		Valor Contrato c/IVA	Anos Anteriores	Ano t		Escalonamento					Modificação (+/-)
						Inicio	Fim			Dotação Anual	Despesa do Ano	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)=(12)-(11)
Funcionamento Serviços	0001/2017		Energia Elétrica	02.02.01.EI	513	01/01/2018	31/12/2018	108 240,00 €		108 240,00	108 240,00						0,00
Funcionamento Serviços	04/2017		Medicina do trabalho (7)	02.02.22.HO	513	01/01/2017	31/12/2018	8 647,80 €		8 647,80	8 647,80						0,00
Funcionamento Bens	05/2017		Peças Jatos catamarã "Fernando Namora"	02.01.14.SB	513	04/10/2017	09/03/2018	48 166,44 €		48 166,44	48 166,44						0,00
Funcionamento Serviços	06/2017		Reparação e docagem catamarã "Gil Vicente"	02.02.03.MF	513	27/10/2017	09/03/2018	48 123,15 €		48 123,15	48 123,15						0,00
Funcionamento Bens	09/2017		Peças Jatos catamarã "Gil Vicente"	02.01.14.SB	513	09/1 /2017	21/02/2018	57 041,25 €		57 041,25	57 041,25						0,00
Funcionamento Bens	10/2017		Peças Jatos catamarã "Jorge de Sena"	02.01.14.SB	513	16/1 /2017	21/02/2018	52 544,86 €		52 544,86	52 544,86						0,00
Funcionamento Serviços	11/2017		Reparação e docagem do catamarã "Fernando namora"	02.02.03.MF	513	11/10/2017	23/02/2018	83 350,38 €		83 350,38	83 350,38						0,00
Funcionamento Serviços	18/2018		Logistica de tratamento e transporte de valores	02.02.20.EO	513	01/04/2018	30/06/2019	60 115,00 €		60 115,00	30 058,00	30 057,00					-30 057,00
Funcionamento Serviços	25/2018		Vigilância e segurança humana ESPAP	02.02.18.VS	513	01/03/2018	28/02/2019	400 927,66 €		400 927,66	334 106,38	66 821,28					-66 821,28
Funcionamento Serviços	27/2018		Manutenção sistema de bilhetica	02.02.03.OR	513	01/08/2018	02/08/2019	57 599,87 €		57 599,87	23 999,95	33 599,92					-33 599,92
Funcionamento Serviços	30/2018		Aquisição de serviços de conservação de edificios e manutenção de instalações a afetar ao desenvolvimento do serviço público de transporte fluvial	02.02.01.EI	513	30/04/2018	30/04/2019	19 674,54 €		113 116,35	13 116,35	6 556,18					-100 000,00
Funcionamento Serviços	32/2018		Aquisição de serviços de auditoria externa às contas individuais da Soflusa e revisão do relatório de contas individual e consolidado do Grupo Transtejo referente ao exercício de 2018	02.02.20.EO	513	30/11/2018	15/04/2019	9 825,24 €		9 825,24	0,00	9 825,24					-9 825,24
Funcionamento Serviços	06/2019/2018	Portaria n.º 250/2019 de 17 abril	reparação docagem catamarã "Fantasia"	02.02.03.MF	513	03/10/2018	30/03/2019	196 726,20 €		196 726,20	59 017,85	137 708,34					-137 708,34
Funcionamento Serviços	07/2019/2018		reparação e docagem "Almeida Garrett"	02.02.03.MF	513	28/08/2018	25/03/2019	195 553,88 €		195 553,88	97 776,94	97 776,94					-97 776,94

Síntese do Desempenho Orçamental – Notas Explicativas

Execução Orçamental da RECEITA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Receita, a **Receita Liquidada** em 2018 ascendeu ao montante global de 21.185.429 €, representando um grau de execução de 96,3% relativamente ao montante do orçamento, que apresentava uma previsão de 21.992.153 €.
- A **Receita Cobrada Líquida** ascendeu a 19.348.538 €, tendo transitado por cobrar, no final do período, o montante de 206.818 €
- Conforme detalhe apresentado na Demonstração do Desempenho Orçamental, a **Receita Cobrada Líquida** teve proveniência das seguintes Fontes de Financiamento:
  - **a) Saldo de Gerência transitado = 3.069.591 €**
  - **b) Receita efetiva = 11.575.892 €**
    - RP - Receita Própria corrente = 11.009.529 € - Receitas da prestação de serviços de transporte, receitas de atividades acessórias e reembolsos de impostos.
    - RG – Transferências correntes = 566.363 € - Transferências efetuadas pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, referentes a subsídios à exploração (Indemnizações compensatórias e compensações tarifárias);
  - **c) Receita não efetiva = 4.703.055 €**
    - Empréstimos – 4.703.055 € - Operação de financiamento – empréstimo de M/L Prazo, obtido junto da acionista Transtejo.

Execução Orçamental da DESPESA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Despesa, a **Despesa Líquida** de 2018 ascendeu ao montante global de 14.499.745 €, representando um grau de execução de 76,6% relativamente ao orçamento aprovado, que apresentava uma dotação de 18.922.562 €.
- Os **Compromissos** assumidos ascenderam a 15.952.521 €, tendo transitado por pagar, no final do período, o montante de 1.126.320 €

Saldo Global

A execução orçamental da Soflusa apresenta uma despesa efetiva de 14.499.745 € e receita efetiva de 11.575.892 €, pelo que o Saldo Global (Receita Efetiva – Despesa Efetiva) se apresenta negativo, no montante de 2.923.853 €.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

I. Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(+)-(5)+(6)	(8)
Receita corrente		11 975 428,00	0,00	0,00	0,00	11 975 428,00	
R4 Rendimentos de Propriedade						0,00	
R5 Transferências correntes		566 363,00	0,00	0,00	0,00	566 363,00	
R5.1 Administrações Públicas	P	566 363,00	0,00	0,00	0,00	566 363,00	
R5.1.1 Administração Central - Estado		566 363,00	0,00	0,00	0,00	566 363,00	
R6 Venda de bens e serviços		10 180 168,00	0,00	0,00	0,00	10 180 168,00	
R7 Outras receitas correntes		1 228 897,00	0,00	0,00	0,00	1 228 897,00	
Receita de capital		6 947 134,00	0,00	0,00	0,00	6 947 134,00	
R9 Transferências de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1 Administrações Públicas	P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1 Administração Central - Estado						0,00	
R13 Receita com passivos financeiros		6 947 134,00	0,00	0,00	0,00	6 947 134,00	
Outras receitas		0,00	0,00	0,00	3 069 590,74	3 069 590,74	
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		0,00	0,00	0,00	3 069 590,74	3 069 590,74	
	Total	18 922 562,00	0,00	0,00	3 069 590,74	21 992 152,74	

II. Alterações orçamentais da despesa

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(+)-(5)+(6)	(8)
Despesa Corrente		**15 122 562,00**	**3 398 552,00**	**2 507 682,00**	**0,00**	**16 013 432,00**	
D1 Despesas com o pessoal		**4 087 230,00**	**460 296,00**	**480 296,00**	**0,00**	**4 067 230,00**	
D1.1 Remunerações certas e permanentes		2 220 162,00	224 200,00	166 891,00	0,00	2 277 471,00	
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		1 090 448,00	67 978,00	224 346,00	0,00	934 080,00	
D1.3 Segurança Social	P	776 620,00	168 118,00	89 059,00	0,00	855 679,00	
D2 Aquisição de bens e serviços		10 484 812,00	2 915 434,00	2 015 525,00	0,00	11 384 721,00	
D3 Juros e outros encargos		0,00	37,00	0,00	0,00	37,00	
D6 Outras despesas correntes		550 520,00	22 785,00	11 861,00	0,00	561 444,00	
Despesa de Capital		**3 800 000,00**	**4 771 404,00**	**5 662 274,00**	**0,00**	**2 909 130,00**	
D7 Investimento	P	3 800 000,00	4 771 404,00	5 662 274,00	0,00	2 909 130,00	
	Total	**18 922 562,00**	**8 169 956,00**	**8 169 956,00**	**0,00**	**18 922 562,00**	

III. Operações de tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07	**Operações de Tesouraria**				
071	**Recebimentos por operações de tesouraria**	**0,00**	**38 154,16**	**0,00**	**38 154,16**
0711	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	0,00	0,00	0,00	0,00
07122	Receita não Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
0714	Cobrança de recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0719	Outras Receitas de operações tesouraria	0,00	38 154,16	0,00	38 154,16
072	**Pagamentos por operações de tesouraria**	**0,00**	**0,00**	**31 751,28**	**31 751,28**
0721	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
0722	Entrega de receita por conta de outrem	0,00	0,00	0,00	0,00
07222	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
0723	Devolução de cauções e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
0724	Entrega de recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0726	Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0729	Outras despesas de operações de tesouraria	0,00	0,00	31 751,28	31 751,28
	Total	**0,00**	**38 154,16**	**31 751,28**	**6 402,88**

As operações de tesouraria correspondem a fluxos financeiros associados a pagamentos e recebimentos relacionados com operações extraorçamentais, destacando-se recebimentos de cauções e garantias bancárias e pagamentos de prémios de seguro de saúde referentes à inclusão de familiares de trabalhadores no contrato do Grupo de Empresas.

IV. Contratação administrativa

Situação dos contratos

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número de Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalhos a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
Securitas - Serviços e Tecnologias de Segurança	Aquisição de serviços de vigilância e segurança	09/02/2018	55 156,02	67 841,90€	n.a.	n.a.	20/04/2018	67 841,90€	n.a.	55,35€	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em "Trabalhos a mais"
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal Lda	Aquisição de eletricidade ao abrigo do acordo quadro (AQ FLE2015) para o fornecimento de energia elétrica	27/12/2017	88 000,00€	108 240,00 €	n.a.	n.a.	16/04/2018	59 429,54 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tholen Estudos e Serviços de Proteção Ambiental, Lda	Aquisição de serviços de desinfestação e controlo de pragas	01/03/2018	5 640,00€	6 937,20 €	n.a.	n.a.	06/06/2018	1 498,14 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Previnave: Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda	Aquisição de serviços de manutenção e meios de 1ª intervenção	26/02/2018	3 912,66 €	4 812,57 €	n.a.	n.a.	22/06/2018	4 105,43 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Otis Operadores de Transporte da Região de Lisboa, A.C.E	Aquisição de bens para fornecimento de suportes sem contato	16/03/2018	32 000,00 €	39 360,00 €	n.a.	n.a.	06/06/2018	31 002,88 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cesário & Carlos Sanfins, Lda	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Navio Jorge de Sena	16/11/2018	160 425,00 €	197 322,75 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Securitas - Serviços e Tecnologias de Segurança	Aquisição de serviços de segurança humana	29/03/2018	298 794,32€	367 517,01 €	n.a.	n.a.	06/06/2018	300 695,76 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
BDO & Associados, Soc. de Revisores Oficiais de Contas Lda	Aquisição de serviços de auditoria externa Financeira e Contabilística)	09/04/2018	7 988,00€	9 825,24 €	n.a.	n.a.	17/08/2018	9 825,24 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Manvia Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, SA	Aquisição de serviços de conservação de edifícios e manutenção de instalações técnicas	30/04/2018	15 995,56 €	19 674,54 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	11 476,78 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
NPCF Soc. de Advogados RL	Serviços jurídicos e de consultoria em matéria de Contratação Pública	16/04/2018	19 920,00 €	24 501,60 €	n.a.	n.a.	23/07/2018	24 501,60 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
PCG Consulplano Viatúnel Engenharia SA	Aquisição de serviços de consultoria para avaliação técnica da frota e do modelo organizacional de manutenção	30/05/2018	19 500,00€	24 108,00 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	24 108,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Novabase Digital, SA	Aquisição de bens para fornecimento de 5 postos de venda manuais	29/08/2018	17 158,91€	21 105,45 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	21 105,45 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Powerserv,Lda	Aquisição de bens para fornecimento de peças sobressalentes p/ revisão dos jatos do Navio Almeida Garrett	27/06/2018	108 155,46€	133 031,21 €	n.a.	n.a.	13/09/2018	133 031,22 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
IIA -Soc. Inovação Ambiental,Lda	Aquisição de serviços de disponibilização e gestão da base de dados de legislação em matéria de ambiente	26/07/2018	4 000,00 €	4 920,00 €	n.a.	n.a.	17/08/2018	4 920,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Powerserv,Lda	Aquisição de bens para fornecimento de peças sobressalentes p/ revisão dos jatos do Navio Cesário Verde	23/07/2018	85 619,22 €	105 311,64 €	n.a.	n.a.	13/09/2018	105 311,64 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Powerserv,Lda	Aquisição de serviços para revisão geral dos jatos do Navio Cesário Verde	23/07/2018	46 925,00€	57 717,75 €	n.a.	n.a.	14/11/2018	28 858,88 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Prosegur Companhia de Segurança Lda	Aquisição de serviços de logística de tratamento e transporte de valores	31/07/2018	48 874,00€	60 115,02 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	20 849,46 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Refrigue, Lda	Aquisição de bens, fornecimento de fardamento (99 blusões)	18/07/2018	5 940,00€	7 306,20 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	7 306,20 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Lusamelh-Fornecimento de Bens e Serviços	Aquisição de bens, fornecimento de defensas para os pontões	23/07/2018	19 990,00€	24 587,70 €	n.a.	n.a.	14/11/2018	24 587,70 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no periodo					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
Puversers,Lda	Aquisição de serviços para revisão geral dos jatos do Navio Almeida Garrett	26/07/2018	49 070,00€	60 356,10 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	30 178,05 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Siemens, SA	Aquisição de serviços de manutenção do SADI no TF do T. Paço	02/08/2018	2 300,00€	2 829,00 €	n.a.	n.a.	21/12/2018	2 828,90 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fórum Seleção-Consultoria em Recursos Humanos e E.T.T., Lda	Aquisição de serviços de trabalho temporário de 2 auxiliares terra	01/07/2018	20 815,22€	25 602,72 €	n.a.	n.a.	13/09/2018	7 509,32 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
FAT. Future Architecture Thinking, Lda	Aquisição de projecto de arquitectura e especialidades para reabilitação do TF do Barreiro	02/08/2018	19 995,00€	24 593,85 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	22 134,47 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Estaleiros Navais de Peniche	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Navio Almeida Garrett	02/08/2018	158 986,90€	195 553,88 €	n.a.	n.a.	28/08/2018	97 776,94 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma- Máquinas Industriais, Lda	Aquisição de bens e serviços para a revisão de 2 caixas redutoras do Navio Cesário Verde	06/08/2018	68 470,36 €	84 218,54 €	n.a.	n.a.	16/10/2018	67 374,82 €	n.a.	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento posto maiúsculas em "Trabalhos a mais"
[illegible]	Aquisição de bens e serviços para a revisão de 2 caixas redutoras do Navio Cesário Verde, Aditamento ao Contrato de 06/08/2018	[illegible]	[illegible]	[illegible]	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma - Máquinas Industriais, Lda	Aquisição de bens e serviços para a revisão de 2 caixas redutoras do Navio Almeida Garrett, e a entrega de peças sobressalentes	13/08/2018	109 200,00 €	134 316,00 €	n.a.	n.a.	16/10/2018	116 701,51 €	n.a.	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em "Trabalhos a mais"
[illegible]	Aquisição de bens e serviços para a revisão de 2 caixas redutoras do Navio Almeida Garrett, e a entrega de peças sobressalentes Aditamento ao Contrato de 13/08/2018	[illegible]	[illegible]	[illegible]	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma - Máquinas Industriais, Lda	Aquisição de bens e serviços para revisão geral dos motores diesel do Navio Cesário Verde	28/08/2018	304 731,00€	374 819,13 €	n.a.	n.a.	16/10/2018	149 927,65 €	n.a.	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor do aditamento contemplado em "Trabalhos a mais"
[illegible]	Aquisição de bens e serviços para revisão geral dos motores diesel do Navio Cesário Verde - Aditamento ao Contrato 28/08/2018	[illegible]	[illegible]	[illegible]	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Estaleiros Navais de Peniche	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Navio Cesário Verde	06/09/2018	158 932,50€	195 486,97 €	n.a.	n.a.	25/09/2018	58 646,09 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Novabase Digital	Aquisição de bens e serviços de manutenção do sistema de bilhética	25/09/2018	46 829,16€	57 599,86 €	n.a.	n.a.	11/10/2018	19 199,96 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cegilo & Carlos Sanhins	Aquisição de serviços de reparação e docagem do Navio Fantasia	18/09/2018	159 940,00€	196 726,20 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	59 017,86 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações (19)
	Objeto (1)	Data (2)	Valor do Contrato (3)- s/IVA	Preço Contratual (4) - c/ IVA	Número do Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12)	Trabalhos normais (14)	Revisão de preços (15)	Trabalho a mais (16)	Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17)	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18)	
Novabase Digital	Aquisição de de bens e serviços para renovação de postos automáticos de venda e concentrador de estações	13/09/2018	75 262,67 €	92 573,08 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
IGEO - Tecnologia e Ambiente, SA	Aquisição de serviços de recolha, transporte, tratamento, armazenamento e eliminação de resíduos	25/09/2018	1 550,13€	1 643,13 €	n.a.	n.a.	14/11/2018	649,58 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Tecnasol - FGE - Fundações e Geotecnia, SA	Aquisição de serviços para elaboração de estudo geológico, geotécnico e campanha de prospeção geofísica do TF do Barreiro	26/09/2018	21 912,00€	IVA autoliquidação	n.a.	n.a.	27/12/2018	21 912,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
J. Henrique Coelho Lda	Empreitada de substituição de iluminação do parque de estacionamento e vias de acesso do TF do Barreiro	03/10/2018	57 588,74€	IVA autoliquidação	n.a.	n.a.	27/12/2018	57 588,74 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma - Máquinas Industriais, Lda	Aquisição de bens e serviços dos grupos auxiliares do Navio Cesário Verde	04/10/2018	29 494,29 €	36 277,97 €	n.a.	n.a.	02/11/2018	17 911,19 €	n.a.	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Valor de adiantamento contemplado em "Trabalhos a mais"
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	n.a.	n.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Certitecna - Engenheiros Consultores, SA	Aquisição de serviços para elaboração de planos de segurança / medidas de autoproteção e atualização do manual de segurança e proteção do Ambiente	11/10/2018	7 670,00 €	9 434,10 €	n.a.	n.a.	-	-	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cathrea - Serviços e Máquinas, Lda.	Empreitada de construção de novas garagens de autocarro no TF do Barreiro	12/10/2018	74 800,00€	92 004,00 €	n.a.	n.a.	31/12/2018	79 950,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Best Ability - Financial Consulting, Lda.	Aquisição de serviços Business Process Outsourcing para apoio à Direção de Gestão Financeira	12/10/2018	13 515,00€	16 623,45 €	n.a.	n.a.	14/11/2018	15 396,53 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Arianseu Digital Solutions, SA	Aquisição de bens e serviços para implementação de WiFi nos terminais e navios da Soflusa	19/10/2018	69 262,75€	85 193,18 €	n.a.	n.a.	27/12/2018	59 635,23 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Induma - Máquinas Industriais, Lda	Fornecimento de 4 monitores de sistema de monotorização dos motores principais	02/11/2018	44 728,92€	55 016,57 €	n.a.	n.a.	28/12/2018	55 016,57 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
FAT - Future Architecture Thinking, Lda	Aquisição de serviços para elaboração de projeto de reformulação dos espaços comerciais e de serviços do TF do Barreiro	21/11/2018	62 900,00 €	77 367,00 €	n.a.	n.a.	28/12/2018	15 867,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Cerisio & Carlos Sanfins	Aquisição de bens e serviços destinados à reparação de 2 motores e caixas redutoras para o Navio Fantasia	27/11/2018	140 000,00€	172 200,00 €	n.a.	n.a.	28/12/2018	86 100,00 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta Prévia		Contratação Excluida			
	Número dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Número dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Número dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Número dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Número dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Número dos contratos (11)	Preço contratual (12)	Número dos contratos (13)	Preço contratual (14)	Número dos contratos (15)	Valor (16)
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	132 388,74 €	2	132 388,74 €
Aquisição de serviços	1	160 425,00 €	-	-	-	-	-	-	11	356 368,40 €	4	322 244,45 €	8	503 436,86 €	24	1 342 474,71 €
Locação ou aquisição de bens móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1	88 000,00 €	-	-	-	-	7	585 929,97 €	-	-	8	563 609,44 €	16	1 237 539,41 €

V. Transferências e subsídios

Transferências e subsídios - Despesa

Nada a reportar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Transferências e subsídios - Receita

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita Prevista	Receita Recebida	Receita Prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)		
Transferências Correntes								
0602014253 Indemnizações Comcensatórias	Resolução Conselho de Ministros nº 141/2018		Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	566 363,00	566 363,00	0,00		
Total Transferências correntes				566 363,00	566 363,00	0,00		
Transferências de Capital				0,00	0,00	0,00		
Total Transferências capital				0,00	0,00	0,00		
Total				566 363,00	566 363,00	0,00		

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia